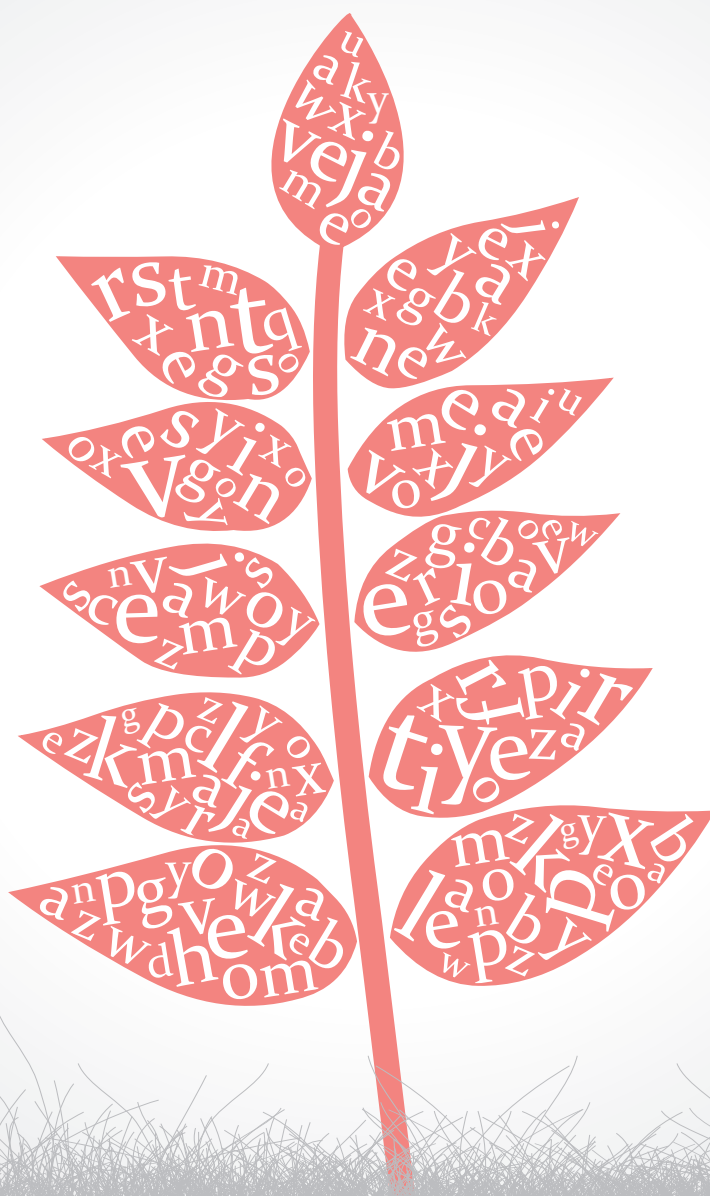


REVISTA DOS ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ao pé da letra

VERSÃO ONLINE - ISSN 1984-7408 - VOLUME 15.2 - ANO 2013



REVISTA DOS ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ao pé da letra

VERSÃO ONLINE - ISSN 1984-7408

VOLUME 15.2

JULHO A DEZEMBRO DE 2013

Recife: Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Letras

1. Língua Portuguesa - Periódicos.
2. Linguística - Periódicos.
3. Literatura Brasileira - Periódicos



Catálogo na fonte. Bibliotecária Gláucia Cândida da Silva, CRB4-1662

A638 Ao pé da letra/ Departamento de Letras, Centro de Artes e
Comunicação, UFPE (nov. 1999 -). - Recife: Departamento
de Letras da UFPE, 1999 - .
v. : il.

Semestral, nov. 1999 –
v. 15, n.2, jul./dez. 2013.
Inclui bibliografia.
ISSN 1518-3610 (broch.)

1. Língua Portuguesa - Periódicos. 2. Linguística - Periódicos. 3.
Literatura brasileira - Periódico I. Universidade Federal de Pernambuco.
Departamento de Letras.

869 CDD (22.ed.)

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

REITOR

Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profa. Ana Maria Cabral

DIRETOR DO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO

Prof. Walter Franklin Marques Correia

CHEFE DO DEP. DE LETRAS

Prof. Vicent Massip

REVISTA AO PÉ DA LETRA

EDITORAS

Medianeira Souza (UFPE)

Joice Armani Galli (UFPE)

EQUIPE TÉCNICA

Valmir Joaquim da Silva Junior (UFPE)

Daisy Maria dos Santos Melo (UFPE)

Elisa Victor Chaves da Silva (UFPE)

REVISÃO TÉCNICA

Danilo Silva (UFPE)

Renata Maria da Silva Fernandes (UFPE)

CONSELHO EDITORIAL

Acir Mário Karwoski (UFTM)

Adna de Almeida Lopes (UFAL)

Ana Lima (UFPE)

Ana M^a de M. Guimarães (UNISINOS)

Anco Márcio Tenório Vieira (UFPE)

André de Senna (UFPE)

Angela Paiva Dionísio (UFPE)

Antony Cardoso Bezerra (UFRPE)

Benedito Gomes Bezerra (UPE)

Beth Marcuschi (UFPE)

Désirée Motta-Roth (UFSM)

Félix Valentín Bugueño Miranda (UFRGS)

Francisco Eduardo Vieira da Silva (UEPB)

Ildney Cavalcanti (UFAL)

Joice Armani Galli (UFPE)

José Alexandre Maia (UFPE)

José Helder Pinheiro (UFCG)

José Rodrigues Paiva (UFPE)

Judith Hoffnagel (UFPE)

Júlio César Araújo (UFC)

Karina Falcone de Azevedo (UFPE)

Márcia Mendonça (UNIFESP)

Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)

Maria Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa)

Maria Augusta Reinaldo (UFCG)

Maria Auxiliadora Bezerra (UFCG)

Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRGS)

Maria Medianeira de Souza (UFPE)

Miguel Espar Argerich (UFPE)

Norimar Judice (UFF)

Patrícia Soares (UFRPE)

Regina L. Péret Dell'Isola (UFMG)

Ricardo Postal (UFPE)

Sherry Almeida (UFRPE)

Vera Lúcia Lopes Cristóvão (UEL)

Vera Lúcia de Lucena Moura (UFPE)

Vera Menezes (UFMG)

Wagner Rodrigues Silva (UFT)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Karla Vidal (Pipa Comunicação)

Augusto Noronha (Pipa Comunicação)

REVISTA DOS ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ao pé da letra

VERSÃO ONLINE - ISSN 1984-7408



POLÍTICA EDITORIAL

O Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, em 1998, criou a Revista Ao Pé da Letra com os seguintes objetivos:

- » Estimular e valorizar a escrita acadêmica dos futuros professores e pesquisadores na área de Letras.
- » Legitimar a escrita acadêmica em línguas materna e estrangeira.
- » Divulgar as pesquisas realizadas em diferentes IES no Brasil, possibilitando o intercâmbio entre alunos e professores de graduação.

A Revista Ao Pé da Letra é uma publicação semestral que se destina a divulgação de trabalhos, de cunho teórico e aplicado, realizados por alunos de graduação em Letras de todo o país.

Os trabalhos científicos enviados para publicação são submetidos a dois pareceristas. Caso haja opiniões divergentes entre esses avaliadores, o trabalho será avaliado por um terceiro.

Os pareceres são encaminhados para os autores e professores orientadores.

Somente serão publicados os trabalhos aceitos por dois pareceristas.



REVISTA DOS ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ao pé da letra

VERSÃO ONLINE - ISSN 1984-7408



SUMÁRIO

ARTIGOS

- 11 **Estratégias individuais de busca de informação em ambiente digital por estudantes universitários**
Aruan Pereira da Costa (UNICAMP)
- 29 **A literatura afro-brasileira de autoria feminina: um estudo de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis**
Bárbara Loureiro Andreta (UFSM)
- 51 **Abordagem dos tempos verbais do futuro em livro didático para o ensino médio**
Carlos Magno Costa e Silva (UFCG)
Fábia Rodrigues Porto de Oliveira (UFCG)
- 67 **Gênero textual e acesso discursivo: analisando relações de poder na mídia**
Estevão Eduardo Cavalcante Carmo (UFPE)
- 85 **Linguagem e persuasão: atividades referenciais na construção retórico-argumentativa de conselhos religiosos**
Guilherme de Oliveira Barbosa (UFPE)
Pedro Henrique de Oliveira Simões (UFPE)
- 109 **O uso dos pronomes tu e você de caráter específico e genérico em conversas no meio digital**
Maria Julia Nascimento Sousa Ramos (UFRJ)
Yalis Duarte Rodrigues Lima (UFRJ)

ENSAIO

- 127 **A crítica dos costumes em *Satíricon*: legitimidade da paródia**
Milton de Oliveira Cardoso Junior (UNEB)

REVISTA DOS ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ao pé da letra

VERSÃO ONLINE - ISSN 1984-7408

ARTIGOS



ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS DE BUSCA DE INFORMAÇÃO EM AMBIENTE DIGITAL POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Aruan Pereira da Costa¹

Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O objetivo desse artigo é focar na primeira etapa de um projeto que tem como ambição criar um mapa do letramento informacional digital de estudantes universitários, documentando os padrões de busca de informação de dois grupos de alunos de dois cursos da UNICAMP. Para isso utilizaremos como base teórica os estágios de análise de busca de informação de Ellis (1989) adaptadas por Shankar et al. (2005). Esse estudo revelou que os valores percentuais identificados nos estágios de busca de informação em ambiente *on line* dos participantes dos dois grupos não se distanciaram, ainda que determinados aspectos específicos tenham sido observados.

Palavras-chave: Letramento informacional digital; Busca de informações; Linguística Aplicada.

Abstract: The aim of this paper is to focus on the first stage of a project that aims to create a map of the digital information literacy of college students, documenting patterns of information seeking of two groups of students from two courses of UNICAMP. For this we will use as basis for the theoretical analysis the Ellis' Information-Seeking Behavior Model (1989) adapted by Shankar et al. (2005). This study revealed that the percentages identified in the stages of seeking information in the digital environment of the participants from the two groups are not very different, although some specific aspects have been observed.

Keywords: Digital information literacy; Information seeking; Applied linguistics.

1. Bolsista do PIBIC - SAE Unicamp - Quota 2012/2013. Este trabalho integra os projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq (processo no. 475305/2010-8) e pela FAPESP (processo no. 2010/41497-9), no âmbito das atividades do Grupo de Pesquisa CNPq 'Práticas de escrita e de reflexão sobre a escrita em diferentes mídias'. Aluno da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Orientadora: Profa. Drª. Inês Signorini.

I. Introdução

Hoje em dia, quando as pessoas procuram alguma informação, elas com frequência recorrem à internet, o que representa uma revolucionária mudança nos últimos anos na busca e acesso de dados. No entanto, segundo Jenkins et al. (2003), os mecanismos *on line* criam também muitos desafios e problemas para o usuário final, na medida em que o crescimento acelerado da *World Wide Web* tem transformado a internet em uma profusão de espaços de informação, os quais, por diversas vezes, apresentam uma organização pobre de conteúdo (HÖLSCHER; STRUBE, 2000). Além do mais, a heterogeneidade das estratégias de busca desenvolvidas por cada uma das muitas interfaces que nos são apresentadas tem frustrado a realização satisfatória dessas buscas (FANG; SALVENDY, 2000). A dispersão da informação disponível e da tecnologia de acesso à internet tem mudado a forma como lemos, interpretamos e usamos a informação para formular hipóteses e resolver problemas.

Isso acarreta uma série de questões, na medida em que a legitimidade da fonte do conteúdo veiculado nesses sites muitas vezes não é comprovada, de modo que é preciso desenvolver melhores estratégias para verificar as informações e para empreender buscas mais eficientes e mais rápidas. Shankar et al. (2005) ressaltam também que os estilos de busca de informação *on line* têm mudado muito ao longo dos últimos anos, acompanhando a evolução da internet e dos recursos a ela relacionados. Cria-se assim uma demanda por uma evolução dos métodos de ensino e aprendizagem e das estratégias do letramento informacional.

Nesse sentido, a reflexão sobre busca e consumo da informação se faz necessária na formação de alunos capazes não só de acessar a informação, como também de apresentar reflexões críticas sobre o mundo em que estão inseridos, familiarizando-os com estruturas e práticas mais frequentemente encontradas no letramento informacional. De acordo

com Hapgood e Palincsar (2007), a intimidade com as típicas estruturas de organização dos textos informacionais (como causa e efeito, comparação e contraste, organização cronológica e até mesmo tabelas e gráficos) aumentam os próprios repertórios de escrita dos alunos.

Além do mais, a leitura de um material e a construção mental da representação que se faz do autor exige uma reflexão acerca do que está em jogo durante a busca por informações: a veracidade dos dados encontrados e até mesmo o posicionamento político do autor devem ser levados em consideração quando se discute o letramento informacional.

Por esses motivos é que a qualidade da informação acaba sendo, de acordo com Kumar et al. (2005), mais um desafio para os educadores e alunos inseridos dentro do contexto da busca e avaliação da informação no contexto *on line*.

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo que tem como objetivo investigar o Letramento Informacional Digital (doravante LID) de estudantes universitários, ou seja, identificar os processos usados para busca, avaliação e uso (GILSTER, 1997) de informações encontradas em ambiente digital.

Nesse artigo são apresentados resultados referentes a padrões de busca e navegação verificados na realização de uma tarefa de busca na Internet por alunos de dois cursos de graduação da Universidade Estadual de Campinas.

2. Fundamentação teórica e metodológica

Doyle (1994 *apud* SHANKAR et al., 2005), de forma sucinta, definiu o Letramento Informacional como a habilidade de acessar, avaliar e usar a informação de distintas fontes de conhecimento. Essa definição, embora clara, é considerada por uma série de pesquisadores muito simplificada, já que na era digital o letramento informacional tem sido diretamente in-

fluenciado pelo desenvolvimento da tecnologia, ou seja, segundo Shankar et al. (2005), o Letramento Informacional *Digital* é muito mais complexo, exigindo características multi facetadas necessárias para saber lidar com o acesso, avaliação e uso das informações. Gilster (1997 apud SHANKAR et al., 2005), por exemplo, defende a ideia de que o Letramento Informacional Digital requer a habilidade de entender e de usar as informações em múltiplos formatos, envolvendo assim habilidades como a de decifrar e compor imagem multimídia, sons e textos.

Para o processo de geração e análise dos dados de nossa pesquisa, tomamos como referência teórico-metodológica o trabalho de Shankar et al. (2005), intitulado *A profile of digital information literacy competencies of high school student*, em que os autores apresentam uma pesquisa que procurou avaliar as competências em LID de jovens de nível escolar básico de Singapura. Segundo os mesmos autores, são muitos os modelos propostos para discutir o Letramento Informacional, mas um deles tem sido bastante utilizado e parece atender melhor às necessidades desse tipo de pesquisa: trata-se do modelo de comportamento de busca de informação de Ellis (*Ellis' Information-Seeking Behavior Model*).

Esse modelo descreve os estágios para que se possa analisar os processos cognitivos envolvidos na busca por informação, digital ou não. “As diferentes fases nesse modelo podem capturar diferentes processos cognitivos de estudantes enquanto navegam por informações on line” (SHANKAR et al., 2005, p.356, tradução nossa). São estágios que nos permitem analisar a forma como o indivíduo estudado efetua suas buscas.

Shankar et al. (2005) desenvolveram ainda pequenas adaptações no modelo de Ellis tendo em vista sua aplicação ao contexto das buscas em ambiente digital, incluindo também níveis primário e secundário em alguns estágios, possibilitando uma melhor classificação da relação que os usuários têm com as estratégias de busca.

O modelo de Ellis, revisto por Shankar et al. (2005), foi gerado e proposto com base em estudos sobre padrões de buscas de informação e compõe-se de seis estágios: Início (*Start*), Encadeamento (*Chaining*), Navegação (*Browsing*), Diferenciação (*Differentiating*), Monitoramento (*Monitoring*), Extração (*Extracting*) (KUMAR, NATARAJAN, SHANKAR, 2005; SHANKAR et al., 2005). Com base nesses autores, descrevemos a seguir cada um desses estágios:

- *Início*: É o começo da busca pela informação. São as fontes de interesse ou os motores de busca usados para buscar tipos de informações, constituindo o ponto inicial de qualquer pesquisa. Pode ser de dois tipos: *Início Primário* e *Início Secundário*. O *Início Primário* designa “Inícios” simples, em que o usuário limita-se ao uso de palavras-chave da atividade para a busca. O *Início Secundário* aplica-se a entradas de busca mais elaboradas, com um uso mais estratégico das questões procurando obter resultados adequados.
- *Encadeamento*: É o processo de encadear informação por meio de *links*, envolvendo conexões entre um material e outro. Esse estágio pode ocorrer *Para Frente* (*forward*) ou *Para Trás* (*backward*). A primeira delas se dá quando o indivíduo identifica e segue outras fontes a partir de uma referência inicial. A segunda, quando o indivíduo retorna às referências no estágio anterior.
- *Navegação*: Envolve uma busca direcionada em áreas de grande potencial de informações úteis. É o estágio que demonstra quando uma página é visualizada.
- *Diferenciação*: Processo de seleção durante a coleta de informação, buscando avaliar melhor a natureza, qualidade e confiabilidade do dado. Depende muito da relevância

da busca e da experiência pessoal do usuário. Há as subcategorias *Primária* e *Secundária* para esse estágio. Uma *Diferenciação Primária* é quando os usuários procuram avaliar determinada informação ou determinado link levando em conta apenas o conteúdo, sem questionar outros aspectos também importantes, como acontece na *Diferenciação Secundária*, quando se procura avaliar a autoridade e a precisão do dado encontrado.

- *Monitoramento*: É a ação de manter-se ciente dos desenvolvimentos de determinada área de interesse.
- *Extração*: É o estágio de retirada da informação relevante e imagens encontradas em fontes particulares, sendo possível também se classificar nas subcategorias *Primária* e *Secundária*. A *Extração Primária* refere-se a ocorrências mais simplificadas do processo, sem precisão ou síntese na aplicação dos dados encontrados; a *Extração Secundária*, por sua vez, envolve a elaboração mais precisa de resultados, de maneira a elencar as informações mais relevantes e de forma sintética; há também a *Extração de Imagem*, quando ocorre a extração de um arquivo de imagem.

De acordo com esse modelo, um indivíduo pode começar a sua busca na sua página preferencial da Internet (*Início*); seguir por hipertextos para frente ou para trás (*Encadeamento*); fazer leituras mais rápidas por listas de resultados (*Navegação*); avaliar a relevância de fontes e informações (*Diferenciação*); assinar serviços de alerta de e-mails, ou sistemas de *feed* que enviam novas informações caso haja alguma (*Monitoramento*); e extrair as informações relevantes para seu uso (*Extração*).

Cabe ressaltar que essa sequência acontece mais de uma vez durante todo o processo de busca, não necessariamente passando por todos os

estágios. Ou seja, nem todo Início é necessariamente seguido de um Enca-deamento. Um participante, por exemplo, logo após dar um Início e navegar pela lista de resultados apresentados pelo site, pode, estando insatisfeito, decidir refinar a busca por palavra-chave, propondo, assim, um novo Início.

3. A geração dos dados da pesquisa

3.1 Os participantes

Os participantes da pesquisa são alunos do primeiro ano do Curso de Letras e do Programa de Formação Superior (ProFIS) da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Para esse artigo trabalhamos com o curso de Letras, que, no caso da UNICAMP, é um curso de licenciatura; e com o ProFIS, que é um programa de inclusão de alunos da rede pública de ensino à universidade, por meio de classificação obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Os registros dos participantes do ProFIS foram gerados em dezembro de 2011, e do curso de Letras em março de 2012. As coletas foram realizadas em salas de informática da própria Universidade. Ao todo, participaram voluntariamente vinte alunos, dez de cada curso, sendo cinco homens e cinco mulheres em cada grupo de dez. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes de iniciarem a atividade que lhes foi proposta.

3.2 Atividade proposta

Os dados aqui analisados foram obtidos da seguinte maneira: foi dado a cada participante individualmente um tempo de 30 minutos para desenvolver uma atividade de busca de informações na internet, conforme as orientações contidas no enunciado abaixo:

“A atividade a ser desenvolvida:

Você já deve ter ouvido falar a respeito das gerações *Baby Boomer*, *X* e *Y*. Mais recentemente, fala-se também das gerações *G* e *T*:

- Faça uma busca na Internet para obter mais informações sobre essas designações e a que elas se referem.
- Construa um infográfico que represente visualmente cada geração, suas características, faixa etária, relação com as demais e outras informações relevantes.

Para essa tarefa você poderá utilizar os motores de busca de sua preferência (sugestão: www.google.com; www.yahoo.com; www.bing.com; www.gluwi.com)”

Por meio do software *Auto Screen Recorder* foi possível gravar a interface da tela do usuário, registrando dessa forma todas as ações dos participantes no computador durante os 30 minutos da pesquisa. Ao término desses 30 minutos, iniciava-se a segunda fase, na qual cada um dos informantes respondia a um questionário sobre a atividade realizada e seu perfil de usuário do computador. Neste artigo, porém, só estão focalizados os dados gerados durante a busca de informações necessárias à finalização da primeira etapa da pesquisa.

3.3 Análise dos dados

Os dados foram analisados em função do modelo de comportamento de busca de informação de Ellis adaptado, ou seja, dos estágios verificados nos processos de busca dos 20 alunos aqui focalizados. Nessa análise, procuramos destacar os aspectos mais relevantes quanto ao desenvolvimento

das etapas do processo de busca. Mas como não foram focadas duplas de alunos, como na pesquisa da Shankar et al. (2005), o estágio de Diferenciação, previsto por esse autores, não pôde ser registrado. E como a tarefa proposta foi feita em um experimento, ou seja, fora de uma situação real de busca, com um tempo restrito de pesquisa de apenas 30 minutos, não foi possível observar o uso de qualquer forma de Monitoração nos termos descritos pelos autores de referência, ou seja, não foi possível observar nenhum tipo de ‘assinatura’ em sites ou registros de *feed*.

4. Resultados e discussão

Considerando os estágios propostos por Shankar et al. (2005), verificamos que:

4.1 Início

Predominantemente, em ambas as turmas, os alunos efetuaram os *Inícios* utilizando o motor de busca do Google. Quando buscavam por imagens, as duas turmas utilizaram a área específica do buscador para isso, efetuando *Inícios* pelo *Google Imagens*. Aparecem nos registros referentes às duas turmas, embora sejam casos isolados, *Inícios* dados na enciclopédia livre, *Wikipedia*, e no dicionário *on line*, *Michaellis*. Com relação aos *Inícios Primários* e *Secundários*, observamos, conforme a *Tabela 1*, abaixo, que o grupo de alunos do curso de Letras efetuou um número percentual menor de *Inícios Secundários*, quando comparado ao grupo do ProFIS.

Tabela 01: Porcentagem média de *Inícios*.

	Letras	ProFIS
Inícios Primários	12,10%	5,6%
Inícios Secundários	87,8%	94,3%

Os *Inícios Primários* apareceram com menor frequência que os Secundários no *corpus* analisado. Acontecem em sua maioria quando são utilizadas palavras-chave em estruturas mais fechadas, quase como ‘frases-chave’, muitas vezes direcionando a buscas para um *site* específico em que aparece a frase completa, ou uma resposta, se a frase estiver sob a forma de uma pergunta. Alguns exemplos: “*tutorial como fazer um infográfico no excel*”, “*O qué um infográfico?*” (*sic*), “*como fazer uma linha do tempo no exccl*” (*sic*). 12,1% de todos os *Inícios* do grupo de Letras seguem esse padrão, enquanto apenas 5,6% dos do grupo do ProFIS seguem o mesmo padrão.

Os *Inícios Secundários*, que apareceram nos dados referentes aos dois grupos, podem ser divididos em três casos, conforme descritos a seguir:

O caso mais frequente de *Início Secundário* encontrado no conjunto dos dados foi a utilização de uma palavra chave extraída diretamente do enunciado da tarefa, sem alterações. Por exemplo: “*geração baby boomer x e y*”, “*Geração T e geração Babyboomers*”, “*Gerações x y z g e t*”. Verificamos que 63% dos *inícios* efetuados pelo grupo de Letras e 62% dos efetuados pelo ProFIS seguem esse padrão.

O *segundo* caso mais observado foi a utilização, em um novo *Início*, de uma palavra-chave extraída ou inferida do material encontrado durante a pesquisa por outros termos. Como no caso da expressão “*Segunda Guerra Mundial*”, que foi utilizada como palavra-chave para um novo *Início*, após o participante ter pesquisado sobre os *Baby Boomers*. Outros exemplo são: “*gerações jovens*” e “*Geração Generosidade*”. Verificamos que 13,4% dos *Inícios* efetuados pelo grupo de Letras e 25% dos efetuados pelo do ProFIS seguem esse padrão.

Uma hipótese ainda a ser estudada e que pode justificar essa diferença é o fato do grupo do ProFIS ter tido no primeiro semestre de faculdade orientações sobre busca de informação na Internet, o que não ocorreu com o grupo de Letras.

O terceiro caso de Início Secundário encontrado no *corpus* é o da utilização de expressões que combinam um termo chave emprestado ao enunciado da tarefa e outro termo mais genérico, como em “*geração x características*” e “*características baby boomer*”. 1,2% dos Inícios efetuados pelos alunos de Letras e 6,8% dos Inícios efetuados pelo grupo do ProFIS seguem esse padrão.

4.2 Navegação

Todos os participantes passaram a maior parte do seu tempo de busca no estágio de Navegação, já que é o estágio de leitura e avaliação das páginas. Na tabela 2, logo abaixo, estão listados os sites mais acessados pelos dois grupos a partir do *Encadeamento Para Frente* dos resultados encontrados na categoria *Início*

Tabela 02: Sites mais acessados.

	Letras	ProFIS
1º	Wikipedia.org (<i>enciclopédia aberta</i>)	Wikipedia.org (<i>enciclopédia aberta</i>)
2º	administradores.com.br (<i>portal</i>)	http://vidaeestilo.terra.com.br/ (<i>portal</i>)
3º	vidaeestilo.terra.com.br/ (<i>portal</i>)	www.portaldomarketing.com.br (<i>blog</i>)
4º	fresta.net (<i>blog</i>)	gilgiardelli.com.br (<i>blog</i>)
5º	idgnow.uol.com.br (<i>portal</i>)	anaramalho.webnode.com.pt (<i>blog</i>)

Conforme se pode verificar, o Website com maior número de acessos em todo o *corpus* foi o da *Wikipedia*². Os dois mais acessados em segundo

2. De acordo com a sessão de boas-vindas da própria página, a Wikipedia é: "(...) uma enciclopédia escrita em colaboração pelos seus leitores. Este site utiliza a ferramenta Wiki, que permite a qualquer pessoa, inclusive a você, melhorar de imediato qualquer artigo clicando em editar no menu superior de cada página". (Extraído em 28/06/2013, da página <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Boas-vindas>)

lugar foram portais empresariais, sendo um deles direcionado a um público específico da área de administração e negócios (Letras) e o outro a um público mais amplo (ProFIS), sendo também esse último o terceiro site mais acessado pelo grupo de Letras.

O terceiro site mais acessado pelos alunos do ProFIS foi o de um blog também direcionado para o *marketing* e o meio empresarial. Em quarto lugar aparecem para ambas as turmas *blogs*. Para o grupo de Letras aparece um voltado a moda e tendências. Para os alunos do ProFIS, um blog voltado para o público do *marketing* e para o meio empresarial. Em quinto lugar, o grupo de Letras acessou um portal com foco em inovações tecnológicas e o grupo do ProFIS acessou um *blog* de temática religiosa.

Considerando o quadro que compara os sites mais acessados pelos dois grupos (Tabela 03), fica evidente que os critérios de Diferenciação utilizados não foram muito diferentes. Praticamente não há diferenças em porcentagem entre as duas turmas e, inclusive, no total, acessaram em primeiro lugar *blogs*, depois portais, seguidos pela Enciclopédia livre, sites de empresas e diversas revistas eletrônicas. Um ponto a ser destacado e que abrange as duas turmas é a falta de sites acadêmicos ou de divulgação científica. O que pode ser um indício de que não houve preocupação com critérios mais elaborados de Diferenciação que atendessem a padrões mais acadêmicos.

Tabela 03: Tipos de site mais acessados.

	Letras	ProFIS
Blog	37,3%	33,3%
Portal	31,3%	29,4%
Enciclopédia Livre	16,8%	23,0%
Sites de Empresas	6,0%	5,1%
Revista Eletrônica	4,8%	3,8%
Outros	3,6%	5,1%

Ao observar a tabela 04, vemos que o número de diferentes páginas acessadas ao todo entre os participantes de cada grupo é pouco significativo. Quanto ao número médio de linhas totais acessadas por cada grupo, considerando que a cada linha corresponde cada um dos estágios, verificamos ligeira vantagem para o grupo de Letras (51,5), em comparação com o do ProFIS (48,6). Um número maior de linhas significa que, em média, mais etapas foram necessárias para se concluir a busca.

Quanto ao número de Inícios, o grupo de alunos do ProFIS apresentou um número médio de inícios de 9,1, portanto maior do que o dos alunos do curso de Letras: 8,1, conforme mostrado na Tabela 4.

Tabela 04 - Número médio de Linhas, de Abas e de Inícios para a conclusão da atividade.

	Letras	ProFIS
Linhas	51,5	48,6
Abas	6,5	3,8
Inícios	8,1	9,1
Páginas acessadas	83	78

4.3 Encadeamento

O ‘design dos navegadores’, nome dado para o tipo de *software* utilizado para acessar a *internet*, fez com que algumas características fossem observadas nas subseções de encadeamento. O *Encadeamento Para Frente* é frequente, sendo comum observar que as buscas não permanecem em apenas uma ‘página’ do navegador, pois são abertas as chamadas ‘abas’. Ao efetuar um Início em um buscador e Navegar pela página de opções que aparecem no resultado, os participantes fazem um Encadeamento para Frente e esse encadeamento pode ocorrer de duas formas diferentes: seguindo na mesma aba de pesquisa do navegador, construindo assim uma

pesquisa mais linear; ou abrindo o *hiperlink* em uma outra aba do navegador, mantendo assim buscas paralelas. Os registros do estágio *Encadeamento* nos dão indícios sobre a familiaridade dos alunos com as mais recentes versões dos navegadores, ao nos permitir observar a prática das pesquisas paralelas, por meio do recurso da abertura de abas. Isso não seria possível em versões anteriores dos navegadores, nas quais o sistema de abas não existia.

Quanto ao uso das abas, é possível destacar três pontos que justificam o uso e otimizam o tempo para outras etapas da tarefa proposta. O primeiro é que a utilização adequada, nem excessiva, nem escassa, do uso das abas dá a possibilidade ao usuário de manter de forma facilmente manuseável páginas abertas simultaneamente, já que ele precisa encontrar diversas informações e relacioná-las, conforme pedido na tarefa. O segundo ponto a ser destacado está na velocidade da *Internet*. Enquanto você toma uma decisão e clica em um *link*, é comum que a página leve alguns segundos para carregar. Assim, é possível observar na pesquisa alunos que seguem várias abas ao mesmo tempo, dando continuidade à pesquisa enquanto determinada aba carrega. O último ponto a ser destacado em relação ao uso das abas refere-se à situação na qual o participante dá um Início, por exemplo, no *Google*, e abre cada um dos links apresentados como resultados em uma aba diferente, mantendo aberta a primeira aba e seguindo para os outros estágios, como *Navegação*, *Extração* e *Encadeamentos*, retornando à primeira aba, quando necessário, para dar novos *Encadeamento para Frente* em novas abas ou para dar um novo Início, utilizando uma nova palavra-chave.

Os dados apontam que o grupo de Letras utilizou um maior número de abas, quando comparado ao grupo do ProFIS. Na tabela 04 vemos a diferença de um grupo para outro: enquanto o grupo do ProFIS teve um número médio de 3,8 abas abertas durante a busca, o grupo de Letras teve em média 6,5 abas abertas. Os dados apontam (na Tabela 04, acima) para uma relação direta entre o número de abas e o número total de linhas uti-

lizadas para concluir a atividade. Ou seja, o maior número de abas permite que o participante passe por um maior número de estágios de pesquisa.

4.4 Extração

Todos os participantes efetuaram algum tipo de *Extração*, sendo que os dois grupos focalizados efetuaram mais *Extrações Primárias* do que *Extrações Secundárias*. A hipótese é a de que foram feitas cópias simplificadas em algumas páginas de editor de texto para depois serem incluídas na composição final. As informações obtidas na primeira fase da atividade deveriam ser transpostas, na fase seguinte, para um infográfico que apresentasse sinteticamente as informações mais importantes e que pudessem ser comparadas aos outros dados encontrados. Sendo assim, é de se esperar que extrações pontuais fossem feitas nessa primeira fase, justificando assim o grande número de Extrações Primárias em comparação ao número de Extrações Secundárias. Todos os participantes dos dois grupos apresentaram extrações primárias, enquanto que somente cinco alunos de cada um dos grupos fizeram Extrações Secundárias.

5. Considerações finais

Esse estudo mostrou que os valores percentuais identificados nos estágios de busca de informação em ambiente *on line* pelos participantes dos dois grupos focalizados não se distanciaram, ainda que determinados aspectos específicos para cada um dos grupos tenham sido observados.

Considerando o conjunto dos dados, constatamos que o grupo de Letras apresentou um uso mais elaborado dos processos de Encadeamento ao lidar com um considerável número médio maior de abas, em comparação com o número médio utilizado pelo grupo do ProFIS. Essa diferença apareceu na possibilidade do participante utilizar mais do seu tempo na busca por informações, antes de passar para a próxima fase da tarefa. Indício apontado pelo número de linhas referentes aos alunos de Letras, que indica o número de estágios pelos quais os participantes passaram para cumprir a atividade. Esse número também foi superior ao do grupo de alunos do ProFIS.

Quanto aos estágios Iniciais, foram raros os casos de alunos que fizeram uso de outra plataforma de busca, além do Google. Cada um dos buscadores *on line* apresentam diferentes fórmulas e estratégias para filtrar e dispor as informações para a consulta do usuário final. O fato dos alunos não terem dado Inícios em outros buscadores, afim de refinar a busca, é um indício de uma Diferenciação Primária, ou seja, uma despreocupação em apurar mais atentamente os resultados encontrados. Além do mais, não foi observado, nos dois grupos focalizados, acesso a *sites* que apontariam para uma Diferenciação Secundária, ou seja, tentando refinar a busca com informações de *sites* acadêmicos ou governamentais.

O grupo do ProFIS apresentou um uso mais elaborado quanto ao recurso das palavras-chave, pois foi observada uma maior porcentagem de Inícios Secundários. Indício provável de que as orientações sobre busca de informação na *Internet*, que esse grupo de alunos teve no primeiro semestre de faculdade, foi-lhes útil nesse estágio.

Cada um desses pontos levantados são hipóteses que deverão orientar um estudo mais aprofundado antes que se possa propor qualquer generalização quanto ao desempenho de universitários em tarefas do tipo aqui focalizado.

Referências

- DALEY, E. Expandindo o conceito de letramento. *Trab. linguist. apl.*, Campinas: v. 49, n. 2, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132010000200010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 Jan. 2013.
- FANG, X.; SALVENDY, G. Keyword comparison: a user-centered feature for improving web search tools. *Int. J. Human-Computer Studies*. 2000, pp. 915-931.
- FURNIVAL, A. C. M.; ABE, V. Comportamento de busca na internet: um estudo exploratório em salas comunitárias. *Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis: n. 25, 1ºsem. 2008
- HAPGOOD, S.; PALINCASAR, A. S. Where Literacy and Science Intersect. *Science in the Spotlight*. v.64, n.4, 2007, pp.56-60.
- HOLSCHER, C.; STRUBE, G. Web search behavior of Internet experts and newbies. In *Proceedings of the 9th International World Wide Web Conference* (p. 337-346). Amsterdam: North-Holland Publishing Co, 2000
- JENKINS, C.; CORRITORE, C. L.; WIEDENBECK, S. Patterns of information seeking on the web: A qualitative study of domain expertise and web expertise. *It&Society*, v.1, n3. 2003, pp. 64-89.
- KUMAR, M.; NATARAJAN, U.; SHANKAR, S. Information Literacy: A Key Competency to Students. *Malaysian Online Journal Of Instructional Technology*., Nanyang, pp. 50-60. ago. 2005.
- MARTZOUKOU, K. A review of Web information seeking research: considerations of method and foci of interest. *Informationresearch*, Aberdeen, v. 10, n. 2, pp.1-19, jan. 2005.
- PAIVA, F. A. O gênero textual infográfico: leitura de um gênero textual multimodal por alunos da 1ª série do ensino médio. *Revista L@el em (Dis-)curso*. v. 3, 2011.
- RESNICK, L.B. Literacy in school and out. "Literacy: An Overview by 14 Experts." Stephen R. Graubard. Nova Iorque. 1991, pp.169-86.
- SHANKAR, S. et al. A Profile of Digital Information Literacy Competencies of High School Students. *Issues In Informing Science And Information Technology*, Nanyang, v. 2, n. 2005, pp.355-368.

A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA DE AUTORIA FEMININA: UM ESTUDO DE ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Bárbara Loureiro Andreta¹

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: O romance *Úrsula*, escrito por Maria Firmina dos Reis, em 1859, cerca de 29 anos antes da abolição da escravidão no Brasil, é o primeiro romance de temática abolicionista da literatura brasileira. O presente trabalho, realizado através de levantamento bibliográfico e análise crítico-interpretativa, realizada sob os auspícios da crítica literária de orientação feminista, tem como objetivo, fazer um resgate do romance *Úrsula*, apresentando a temática da obra e uma reflexão acerca da exclusão da voz e da escrita das mulheres brasileiras do século XIX dos cânones literários.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira; autoria feminina; *Úrsula*.

Abstract: The novel *Úrsula*, written by Maria Firmina dos Reis, in 1859, approximately 29 years before the abolishment of slavery in Brazil, is the first novel with an abolitionist thematic in Brazilian literature. The objective of this article, done through a bibliographic revision and critical interpretative analysis, under the auspices of feminist literary criticism, is to salvage the novel *Úrsula*, presenting the literary thematic and a reflection about the exclusion of 19th century Brazilian women from the literary canons.

Keywords: Afro-Brazilian literature; female authorship; *Úrsula*.

1. Acadêmica do Curso de Letras/Espanhol – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista PIVIC (Programa Institucional de Voluntário em Iniciação Científica) no projeto de pesquisa Ressonâncias e dissonâncias no romance lusófono contemporâneo, sob a orientação do Prof. Dr. Anselmo Peres Alós.

I. Introdução

Faz-se importante refletir acerca da exclusão da voz e da escrita de mulheres como Maria Firmina dos Reis dos cânones literários, bem como sobre sua representação no processo de constituição da nacionalidade, considerando-se as diferenças de gênero, raça e classe social. Segundo Rita Terezinha Schmidt (2000), o nacional constituiu-se como um domínio masculino, de forma direta e excludente, sendo a exclusão da representação da autoria feminina no século XIX, uma das formas de exercício do poder hegemônico de uma elite cultural, que atribuiu a si o direito de representar e significar a nação, conferindo-lhes validade universal. Assim, a visibilidade e a circulação das obras de autoria feminina no campo acadêmico da construção de saberes não só afetam o estatuto da própria história cultural e literária, instalando na reflexão historiográfica interrogações acerca de premissas críticas e cristalizações canônicas, como também problematizam as representações dominantes calcadas no discurso assimilacionista de um sujeito nacional não marcado pela diferença, mas que, na prática, gerou as formas de exclusão de voz, presença e representação no processo de constituição da nacionalidade, do ponto de vista da diferença de gênero, raça e classe social (SCHMIDT, 2000).

Desta forma, o descrédito à literatura produzida por mulheres no passado é uma forma de controlar o campo literário a partir de um conceito de literatura que ratifica o aparato de saber/poder ligado às elites culturais – ou seja, a comunidade interpretativa de indivíduos que introjetaram o ponto de vista do gênero, da classe e da raça dominante – e que, portanto, está inserido no campo das relações de poder (SCHMIDT, 2006).

Percebe-se que as autoras negras do século XIX ainda são pouco estudadas na literatura nacional, assim como sua influência na literatura de autoria afrodescendente dos séculos XX e XXI. Este trabalho justifica-se pela importância de se resgatar a obra de Maria Firmina dos Reis, não ape-

nas pelo seu pioneirismo no que diz respeito à questão da escravidão no Brasil, mas também pelo fato deste pioneirismo ter partido de uma mulher afrodescendente, e que vivia distante dos principais centros intelectuais de país. O presente trabalho, realizado através de levantamento bibliográfico e análise crítico-interpretativa, visa resgatar um pouco da trajetória literária da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1825 – 1917), que escreveu o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, *Úrsula* (1859).

A condição de colonialidade dos sujeitos que estão às margens, das minorias étnicas e raciais, das mulheres e dos homossexuais e até mesmo das nações emergentes começou a ter visibilidade, segundo Anselmo Peres Alós e Rita Terezinha Schmidt (2009), a partir do momento em que a teoria contemporânea começou a operar com conceitos como *marginalidade*, *alteridade* e *diferença*. Os autores entendem por *colonialidade* a permanência residual, através de ajustes e transformações, que permitem a reintegração dos sujeitos que estão às margens, bem como sua efetiva ação em um mundo em transformação.

Desta forma, considerando-se que *Úrsula* teve sua primeira publicação em 1859 e só voltou a ser estudada na década de 1970, a partir da publicação de sua edição fac-similar por Horácio de Almeida, é válido lembrar Schmidt (2008), quando esta afirma que a investigação de inclusões e exclusões históricas é uma forma de tornar visíveis as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa, que é gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras. O conteúdo e a estrutura estão imbricados em uma formação discursiva dominante, e seus efeitos ideológicos confirmam os sentidos e os lugares sociais em que esses são produzidos. A questão não é considerar as histórias literárias do ponto de vista de seus critérios de veracidade ou correspondência entre narrativas e eventos passados, mas de questionar sobre os conhecimentos que são gerados por seus *constructos* e a que interesses servem (SCHMIDT,

2008). Assim, a história literária é uma referência dos nexos de nacionalidade, visto que busca cristalizar o que se chama de “narrativização da memória” nos moldes de uma formação discursiva homogênea e uniformizadora. Esta funciona como um elemento de interpelação através da qual a identidade horizontal do sujeito nacional é constituída e protegida dos embates suscitados pela diferença e pela alteridade (SCHMIDT, 2008).

2. Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís, no Maranhão, em 1825 e morreu em 1917. Maria Firmina dos Reis era mulata, bastarda e não pertencia a uma família opulenta, e foi a primeira voz feminina que registrou a temática do negro com a publicação da obra *Úrsula*, em 1859. Esta obra foi editada pela primeira vez em 1859 em São Luís do Maranhão, assinada pelo pseudônimo de “Uma Maranhense”, um recurso bastante utilizado no século XIX, principalmente entre as mulheres (OLIVEIRA, 2007). A autora escreveu também um romance de temática indianista, *Gupeva* (1861)², um livro de poesias intitulado *Cantos à beira-mar* (1871), o conto *A escrava* (1887) e outros poemas esparsos na imprensa da época, além de composições musicais e do *Hino à liberdade dos escravos* (1888). O exercício da escrita foi, para as mulheres do século XIX, uma forma de romper os limites entre o privado e o público, destacando-se que o espaço privado era o único local aceitável para uma mulher. O ato de escrever, no caso das mulheres, de uma maneira geral, mas especificamente no caso de uma mulher subalternizada como Maria Firmina dos Reis, era como uma transgressão, que ultrapassava os limites sociais acordados por uma

2. Em 1861, o jornal literário *O Jardim dos Maranhenses* iniciou a publicação do romance *Gupeva*, em 1863, o romance foi republicado pelo jornal *Porto Livre* e em 1865, o romance foi novamente republicado, pelo jornal literário *Eco da Juventude* (REIS, 2004, p. 11).

sociedade conservadora e escravocrata. Desta forma, para Maria Firmina dos Reis, escrever *Úrsula* significou um duplo movimento, que oscilou entre a realização da obra, enquanto arte, e o ato político (TAVARES, 2007).

3. *Úrsula*

Úrsula é uma narrativa marcada por desencontros, ilusões e decepções, tendo como principal diferencial um desfecho fatídico e infeliz, contrastando com os finais felizes esperados para as narrativas da época, para que agradassem ao público feminino, que ocupava seu tempo e sua cabeça lendo histórias de amor (MENDES, 2011). O romance encerra a história da jovem *Úrsula* que, aprisionada por um tio mesquinho em uma fazenda falida no nordeste do Maranhão, vê-se envolvida em uma tragédia familiar e amorosa: sua mãe é doente e depende de seus cuidados e o grande amor de sua vida, Tancredo, é assassinado pelo tio que, na verdade, a ama e deseja desposá-la. Sobre o ar ainda há a suspeita de que o tio tenha roubado e matado o pai da protagonista do romance, fato que atormentará *Úrsula* durante toda a novela. A escravidão é o cenário social do enredo; deve-se considerar que em uma época cheia de interdições, as mulheres do século XIX produziram uma literatura marcada por sua história corporal, psíquica e social. Assim, uma história da literatura brasileira com vistas à inserção da escrita feminina deve atentar para os fatos peculiares que circundam esse universo de produção literária, observando e compreendendo os limites impostos por uma sociedade patriarcal e escravocrata (TAVARES, 2007).

Adriana Barbosa Oliveira (2007) observa que um importante ponto em comum entre a Maria Firmina dos Reis e seu primo é a preocupação com a linguagem. Francisco Sotero dos Reis, autor do *Curso de literatura portuguesa e brasileira* acreditava ser necessário que todo literato tivesse conhecimentos linguísticos aprofundados para que obtivesse êxito na literatura, sendo, desta forma, favorável ao uso da norma culta e contrário

ao uso de “vulgarismos” na literatura³. O romance inicia-se com a voz narrativa contando a história do jovem Tancredo que, após passar seis anos estudando Direito em São Paulo, volta para a província e se apaixona por sua prima Adelaide. A oferta de um emprego longe da província faz com que ele se ausente por mais um ano, época em que sua mãe morre, o que o traz novamente para a casa paterna. Ao retornar, encontra seu grande amor, Adelaide, casada com seu pai. Abatido, Tancredo sai de casa a cavalo, quando sofre um acidente:

De repente o cavalo, baldo de vigor, em uma das cavidades onde o terreno se acidentava mais, mal podendo conter-se pelo langor de seus lassos membros, distendeu as pernas, dilatou o pescoço, e dando uma volta sobre si, caiu redondamente. O choque era por demais violento para não despertar o meditado viajor: quis ainda evitar a queda: mas era tarde, e de envolta com o animal rolou no chão (REIS, 2004, p. 19).

Tancredo é, então, socorrido por Túlio, um escravo, que se torna amigo de Tancredo e é por ele alforriado:

Reunindo todas as suas forças, o jovem escravo arrancou de sobre o pé ulcerado do desconhecido o cavalo morto, e deixando-o por um momento, correu à fonte para onde uma hora antes se dirigia, encheu o cântaro, e com extrema velocidade voltou para junto do enfermo, que com desvelado interesse procurou reanimar. Banhou-lhe a fronte com água fresca, depois de ter com piedosa bondade colocado-lhe a cabeça sobre seus joelhos. Só Deus testemunhava

3. De acordo com Zahidé Muzart (*apud* OLIVEIRA, 2007, pp. 26-27), Maria Firmina dos Reis era prima, por parte de mãe, do gramático Francisco Sotero dos Reis e, segundo registros em alguns de seus poemas, a ele Maria Firmina deve parte de sua educação, tendo recebido influência das concepções literárias de seu mestre.

aquela cena tocante e admirável, tão cheia de unção e de caridoso desvelo! E ele continuava a sua obra de piedade, esperando ansioso a ressurreição do desconhecido, que tanto o interessava (REIS, 2004, p. 23).

Após o acidente, Túlio leva Tancredo para o sítio onde Úrsula e sua mãe moram, e é neste sítio que eles se conhecem melhor e se apaixonam, trocam juras de amor e Tancredo, ao se despedir de Luísa – mãe de Úrsula – a tranquiliza quanto ao futuro da filha, partindo, então, com Túlio, sob a promessa de voltar em quinze dias:

– Agora, senhora – continuou o mancebo dirigindo-se a Luísa B... que apenas ouvia-lhe a voz – agora não me negueis o único bem que ambiciono na vida. Senhora, eu amo a Úrsula, e fora preciso não conhecê-la para sair desta casa sem levá-la no pensamento e no coração. É Úrsula, senhora, o anjo dos meus sonhos, é a esperança da minha vida. Viver sem ela d’ora em diante fora morrer mil vezes, sem nunca encontrar o descanso da sepultura. Não ma negueis. Úrsula é a esposa que convém a minha alma, é a esposa que pede o meu coração. Sereis vós surda à minha súplica? (REIS, 2004, p. 107).

Durante a ausência de Tancredo, Fernando – tio de Úrsula – reaparece, declarando-se arrependido por todo o mal que fez para sua irmã e seu cunhado, já falecido, alegando que pretende reparar o erro casando-se com Úrsula e fazendo dela sua herdeira:

Louca, louca, que eu fui, tinha diante dos olhos o comendador P***, o perseguidor de minha mãe, e...

– O assassino de teu pai, minha Úrsula – interrompeu Luísa B... com indefinível amargura.

– Será possível? – exclamou a moça atônita.

– Sim – tomou ela – acaba de confessar-mo num transporte, que diz de vivo arrependimento.

– Oh! que horror! – disse Úrsula, levando as mãos ao rosto lívido de pavor.

– E diz que loucamente te adora, e quer compensar-te com seu nome, e com a sua fortuna dos males que nos há feito!...

– Que insulto nos faz o comendador – o assassino de meu pai!!!

– (...)

Fernando voltará aqui com um sacerdote, que há de abençoar, em presença deste leito de agonia, a união forçada da filha de Paulo B..., com o seu assassino!

– Oh! não... nunca, nunca! – bradou a donzela fora de si.

(...)

– (...) Meu Deus! Perdoai-me, se peço nisto...

Aconselho-te... que fujas...

Foge... minha... fi...lha!... fo...ge!...

Foram suas últimas palavras, a custo arrancadas e entrecortadas pela morte (REIS, 2004, pp. 149ss).

Tancredo e Túlio regressam e ficam sabendo, através de Susana – morte de Luísa, das intenções de Fernando e que, naquele momento, Úrsula tinha ido fazer uma visita ao túmulo da mãe. Os dois partem, então, para encontrar com Úrsula e quando a encontram, a jovem estava desacordada, sendo levada, então, para um convento, para que ficasse a salvo das intenções de seu tio, o que possibilitaria, assim, seu casamento com Tancredo. Fernando fica furioso ao procurar Úrsula e descobrir que esta tinha saído para visitar o túmulo de sua mãe, ordena, então, que Susana seja levada até a sua fazenda e torturada até a morte:

– Susana! Hás de pagar-me! – bradou fora de si – Não zombarás de mim impunemente. Ao inferno descerás, negra maldita, e todo o

meu rigor não bastará para a tua punição. Foi debalde que tentaste iludir-me! O coração bem mo dizia que a não acharia aqui!... (REIS, 2004, p. 184).

– Vedes? – lhe disse apontando com o dedo na direção do poente
– É ela, - é Susana!

O comendador levantou maquinalmente a cabeça e olhou.

Em uma rede velha levavam dois pretos um cadáver envolto em grosseira e exígua mortalha; iam-no sepultar!

Então Fernando P.. estremeceu; porque aos ouvidos ecoou-lhe uma voz tremenda e horrível que o gelou de medo. Era o remorso pungente e agudo, que sem tréguas nem pausa acicalava o seu coração fibra por fibra.

Escondeu o rosto, espavorido, e meneando a cabeça disse:

– Não! Não fui eu!

– Fostes! – tornou-lhe o padre com o acento de que vai julgar – A infeliz sucumbiu à força de horríveis tratos. Martirizastes a pobre velha, inocente, e que não teve parte na desapareição de Úrsula! (REIS, 2004, pp. 224 – 225).

No dia seguinte, Túlio foi capturado por dois empregados de Fernando e levado até ele, o qual propôs a Túlio que traísse Tancredo, para que Fernando pudesse matá-lo, porém, Túlio recusou tal proposta, sendo, então, preso por Fernando. Túlio, porém, consegue fugir e parte em direção ao convento onde Úrsula estava, na tentativa de avisar Úrsula e Tancredo que Fernando planejava uma emboscada. Túlio foi assassinado logo depois de avisar o jovem casal dos planos de Fernando. Tancredo, mesmo cercado pelos empregados de Fernando, atira neste, mas é morto a punhaladas pelo comendador, que desconsidera os apelos da jovem noiva:

Luta desesperada travou-se entre ambos. Os asseclas do comendador agarraram Tancredo pelas costas, e o covarde comendador embebeu-lhe no peito o punhal que trazia na mão (REIS, 2004, p. 215).

Poucos dias depois, Úrsula fica louca e morre e Fernando termina seus dias em um convento, onde passa a se chamar Frei Luís de Santa Úrsula, “o louco”:

E ela, nesse transe supremo, cruzou as mãos sobre o peito, apertando nesse estreito abraço a florzinha seca de sua capela, e murmurou – Tancredo! – e, com os lábios entreabertos, e onde adejava um sorriso divinal, e como um anjo deu o último suspiro (REIS, 2004, p. 230).

Frei Luís de Santa Úrsula, ou antes o comendador Fernando P..., volveu os olhos já baços pela morte, e olhando para o Crucificado, e depois para o padre, disse:

– Amei-a, padre; amei-a mais que ao Filho de Deus, mais do que à salvação da alma, e por amor dela despenhei-me no inferno!... – E as lágrimas começaram a cair-lhe pelas áridas faces (REIS, 2004, p. 234).

O romance *Úrsula* antecipa a obra do poeta abolicionista Casto Alves (cuja produção vai de 1876 a 1883); a obra *Vítimas-algozes* (1869), de Joaquim Manoel de Macedo e *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães. O diferencial de Maria Firmina dos Reis, entretanto, deve-se ao fato de ser o primeiro romance de autoria afrodescendente, recuperada do esquecimento por parte da historiografia literária brasileira em função da edição fac-similar preparada por Horácio de Almeida e vinda a público em 1975, mesmo ano em que Nascimento Morais Filho publicou o volume *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*. Os estudos de Charles Martin, que estão presentes no prefácio da terceira edição de *Úrsula* (1988), o artigo

de Luiza Lobo (1993) e o estudo de Zahidé Muzart (2000) fazem parte da recepção crítica sobre Maria Firmina dos Reis e sua obra.

Úrsula é colocada como obra fundadora da literatura afro-brasileira ao lado de *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, do poeta Luís Gama, ambos publicados no mesmo ano, segundo informa Eduardo de Assis Duarte, em seu artigo “Literatura afro-brasileira: um conceito em construção”. A obra de Maria Firmina dos Reis, ao contrário do que aconteceu com a obra de Luís da Gama, permaneceu no esquecimento por muito tempo, segundo Muzart (2000), o que se deve ao fato de o livro ter sido editado na periferia, longe da Corte, além de ter sido escrito por uma mulher e mulata. Entretanto, Marcelo José da Silva (2009) acredita que sua condição étnico-social pesou mais do que seu posicionamento geográfico, visto que, no mesmo período, é possível encontrar publicações de compatriotas de Maria Firmina dos Reis do sexo masculino.

Úrsula adota um posicionamento explicitamente antiescravagista. O romance não tem a pretensão de ser uma bula abolicionista, entretanto, o fato de se tratar de uma literatura emergente deve ser privilegiado. Como mulher, intelectual e negra, Maria Firmina dos Reis não pertencia a nenhum grupo metropolitano. Segundo Zélia M. Bora (2006), ela criou uma visão diferenciada frente aos demais discursos, tais como os que dizem respeito a questões de pertinência e não pertinência do sujeito afrodescendente no espaço nacional. Assim, seu discurso sobre a nação foi narrado a partir da perspectiva dos sujeitos oprimidos, como uma pluralidade de indivíduos, entre homens negros e mulheres negras e brancas, criando, assim, um sentido bem mais abrangente de alteridade,

Ele entanto resignava-se; e se uma lágrima a desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo da sua miséria.

Assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de mártírios, sem esperança e sem gozos! (REIS, 2004, p. 22).

Desta forma, ao contrário do que mostram muitas obras da época, tais como *Cinco minutos* (1856), de José de Alencar e *A viuvinha* (1857), também de autoria de José de Alencar, *Úrsula* é a história trágica de uma sociedade submetida às contingências arbitrárias da ordem patriarcal.

Destaca-se que, em *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis traz a escravidão como algo “odioso”, mas nem por isso endurece a sensibilidade do jovem negro, o que seria uma chave para compreender a estratégia autoral de denúncia e combate ao regime sem agredir em demasia as convicções dos leitores brancos. Um exemplo seria Túlio, que é uma vítima, não um algoz e sua revolta se faz no seu silêncio, já que Túlio não tem meios para confrontar o poder dos senhores. Ao longo da obra, observa-se que o comportamento de Túlio é sempre baseado em valores cristãos e dele também parte a ideia de que apenas a morte liberta da opressão vivida pelos escravos:

Oh! esperança! Só a têm os desgraçados no refúgio que a todos oferece a sepultura!... Gozos!... só na eternidade os anteveem eles! Coitado do escravo! nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargurada dor!!... (REIS, 2004, p. 22).

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo – e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?!

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (REIS, 2004, p. 23).

Nesta obra, Maria Firmina dos Reis deu ao negro uma posição que até então lhe tinha sido negada, a posição de ser humano privilegiado, portador de sentimentos, memória e alma (MENDES, 2011). No que diz respeito à posição dada ao negro nesta obra, segundo Charles Martin⁴, o negro não apenas é colocado em pé de igualdade diante do rico Cavaleiro, mas mais do que isto, ele é visto como a “base de comparação” para que o leitor possa avaliar o valor do herói branco (DUARTE, [s.d.]), o que pode ser verificado no trecho em que o escravo Túlio salva Tancredo:

Apesar da febre, que despontava, o cavaleiro começava a coordenar suas idéias, e as expressões do escravo, e os serviços que lhe prestara tocaram-lhe o mais fundo do coração. É que em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro: por isso, num transporte de íntima e generosa gratidão, o mancebo, arrancando a luva, que lhe calçava a destra, estendeu a mão ao homem que o salvara (REIS, 2004, p. 25).

É importante destacar que Tancredo e Úrsula – as personagens protagonistas desta narrativa – são brancas e as personagens negras ocupam um papel secundário na obra. Entretanto, são muito significativas, pois é através das personagens secundárias que temas de extrema relevância, tais como a problemática da escravidão negra, são abordados. Susana, uma das personagens secundárias do romance ocupa um papel digno de destaque. Eduardo Assis Duarte⁵ e Charles Martin a comparam um elo vivo da

4. Autor da introdução da terceira edição de *Úrsula*. REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 3. ed. Organização, atualização e notas por Luiza Lobo. Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.

5. Autor do posfácio da quarta edição de *Úrsula*. REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 4. ed. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.

memória ancestral ou uma espécie de *alter ego* da romancista, sendo esta personagem que configura a voz feminina, é a porta-voz da verdade histórica e é quem pontua as ações, seja com comentários ou como porta-voz dos anúncios e previsões, os quais preparam o espírito do leitor e aceleram o andamento da narrativa.

A estratégia discursiva de fazer da escrita literária uma possibilidade de dar voz para os antepassados é usada por Maria Firmina dos Reis em *Úrsula*. A autora abre espaço para que uma personagem secundária assuma a focalização⁶, retratando a questão da escravidão sob o ponto de vista dos próprios escravos e destacando que o único lugar onde o “signo” liberdade faz algum sentido são as terras africanas, de onde ela foi arrancada (ALÓS, 2011). O nono capítulo do livro é dedicado à Susana e neste capítulo, a escrava relata a Túlío sua vida na África, terra onde era livre e vivia com seu esposo e com sua filha, relembando, até mesmo, o caminho que os negros escravizados trilhavam até chegar ao Brasil. Nesta conversa, Susana questiona a alforria dada a Túlío por Tancredo, questionando-o se ele não estaria trocando um cativo por outro cativo:

- Túlío, – continuou – não sabes quanto sofro quando recordo-me de que nossa querida menina vai tão breve ficar só no mundo! Só, Túlío! Quem a acompanhará? quem poderá consolá-la! Eu? Não. Pouco poderei demorar-me neste mundo. Meu filho, acho bom que não te vás. Que te adianta trocáres um cativo por outro! E sabes tu se ao o encontrarás melhor? (...)
- Oh! Quanto a isso não, mãe Susana – tornou Túlío – (...). Não

6. O narrador e a focalização determinam o que se conhece por narração, visto que a questão do narrador e a questão da focalização estão acopladas. O narrador é a instância que define as características específicas do texto, a partir das diferentes maneiras pelas quais pode ter sua presença indicada neste. A focalização, por sua vez, insere-se no âmbito da história, enquanto o narrador pertence ao âmbito do texto e das técnicas narrativas. É através da focalização que se pode apreender de onde o narrador fala, bem como quais são os juízos de valor que ele assevera (ALÓS, 2013).

troco cativo por cativo, oh, não! troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! (...)

– Tu! Tu livre? ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre?... (REIS, 2004, pp. 113 - 114).

Além de questionar a validade da alforria, Susana relata a Túlio a sua vida na África e a sua captura, assumindo o papel de porta-voz da verdade histórica:

Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assombio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em vão que supliquei em nome da minha filha, que me restituissem a liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão [...]

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas que se levam para recreio dos potentados da Europa (REIS, 2004, pp. 116-117 - grifos da autora).

É ainda na condição de portadora da verdade histórica que Susana lembra os horrores vivenciados na travessia até chegar ao Brasil e as punições sofridas sempre que alguém tentava, em vão, rebelar-se:

Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos com-

panheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte.

Nos últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozerar. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar morte aos cabeças do motim.

A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foram sufocadas nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades (REIS, 2004, p. 117).

O escravo alforriado Túlio destaca-se também pela sua consciência de que a escravidão restringe-se apenas ao corpo. Segundo Algemira Macedo Mendes (2006), Túlio demonstra ter muita sabedoria, apesar de ser um rapaz jovem, e suas reflexões mostram as ideias de alguém que poderia ter se desenvolvido intelectualmente, mas que não fora em função da sua condição de escravo e da segregação que vivia. O jovem, ao mesmo tempo em que deseja a sua libertação e a dos demais escravos, compreende que apesar da condição em que vive, sua mente não pode ser escravizada:

– [...] Porque ao africano seu semelhante disse: – és meu! – ele curvou a fronte, e humilde, e rastejando qual erva, que se calcou aos pés, o vai seguindo? Porque o que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam: – escravidão?!... E entretanto este também era livre, livre como um pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre. Oh! a mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da

África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: [...]. Desperta porém em breve dessa doce ilusão, ou antes sonho em que engolfara, e a realidade opressora lhe aparece – é escravo em terra estranha! [...] foge a doce ilusão de um momento, como ilha movediça; porque a alma está encerrada nas prisões do corpo! (REIS, 2004, pp. 38 - 39).

O romance envolve ainda uma dimensão entre raça, cultura e gênero, como parte das representações da condição da mulher brasileira no século XIX, retratada a partir da perspectiva de uma intelectual negra. Ao longo do romance, Maria Firmina dos Reis reitera a predominância dos cânones dominantes do enredo, visto que há muita dependência do domínio patriarcal. Esta dependência, à qual as personagens estão submetidas, leva-as ao fracasso e à morte diante da vontade patriarcal. A derrota dos personagens não é a derrota da narrativa, pois esta emerge como signo de diferença, construindo outra versão sobre os fatos, em que a crítica à violência ao sistema patriarcal é um tema essencial na obra (BORA, 2006).

Desta forma, discutir e relativizar o cânone viabiliza o abalo de tradições e sistemas de valores instituídos pelos centros de poder. Enquanto as nações periféricas relativizam os critérios estéticos impostos pelas metrópoles, os países centrais são assolados pelas reivindicações de grupos subalternizados, nos quais mulheres, negros e homossexuais, em um importante gesto de *descolonização do imaginário*, reivindicam parâmetros alternativos para a produção cultural (ALÓS, 2012).

4. Considerações finais

Por fim, deve-se considerar que *Úrsula*, o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, escrito cerca de 29 anos antes da abolição

da escravatura no Brasil, por uma mulher afrodescendente traz à tona reflexões acerca da exclusão de Maria Firmina dos Reis dos cânones literários nacionais. A autora ocupa um espaço público, o espaço da escrita, o que, em geral, não era permitido às mulheres, e o usa como atuação política, onde questiona a legitimidade da escravidão e os valores da sociedade patriarcal.

Nesta obra, Maria Firmina dos Reis relata a escravidão sob o ponto de vista dos escravos, dando a eles voz para que pudessem relatar suas memórias não só da sua terra natal, mas da travessia até chegar ao Brasil, a violência a que os escravos eram submetidos em tal travessia e em terras brasileiras, e ainda, é usando a voz de uma escrava, que Maria Firmina dos Reis questiona a alforria, a possibilidade de ser “livre” em um país escravocrata como o Brasil daquela época.

A crítica aos valores da sociedade patriarcal aparece através da representação da mulher brasileira do século XIX, a qual tinha seus desejos, suas vontades e seu corpo submetidos à ordem patriarcal. Tal fato fica visível no amor de Úrsula por Tancredo e no final fatídico de seu relacionamento, submetido às vontades e aos desejos do tio da protagonista. Desta forma, cabe ressaltar que, a inclusão ou exclusão de algumas obras do cânone literário, como é o caso de *Úrsula*, não acontece de forma neutra ou sem interesses, mas em função de escolhas políticas, evidenciando o descrédito de obras e autores que não estão ligados às elites culturais, sejam elas de gênero, classe ou de raça dominante.

Referências

ALENCAR, José. Cinco minutos. Edição especial. Rio de Janeiro: Typ. Mont'Alverne, 1894. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00176000/001760_COMPLETO.pdf> Acesso em: 12/05/2013.

_____. A viuvinha e Cinco minutos. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00016300/000163_COMPLETO.pdf> Acesso em: 12/05/2013.

ALÓS, Anselmo Peres. A letra, o corpo e o desejo: masculinidades subversivas no romance latino-americano. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

_____. Histórias entrelaçadas: redes intertextuais em narrativas afro-brasileiras. Cerrados, v. 20, n. 31. Brasília (UnB), 2011, pp. 107 - 122. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/cerrados/article/view/8255/6252>> Acesso em: 16/03/2013.

_____. Literatura comparada ontem e hoje: campo epistemológico de ansiedades e incertezas. Organon, v. 27, n. 52. Porto Alegre (UFRGS), 2012, (pp. 17-42). Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/33469/21342>> Acesso em: 15/03/2013.

ALÓS, Anselmo Peres; SCHMIDT, Rita Terezinha. Margens da poética/poéticas da margem: o comparatismo planetário como prática de resistência. Organon, v. 23, n. 47. Porto Alegre (UFRGS), 2009. (pp. 129-145). Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29514/18199>> Acesso em: 19/03/2013.

ALVES, Castro. Obras completas de Castro Alves. Primeiro Volume. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1921, Vol. 1. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00043810#page/11/mode/1up>> Acesso em: 11/05/2013.

_____. Obras completas de Castro Alves. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1921. Vol. 2. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00043820#page/1/mode/1up>> Acesso em: 11/05/2013.

BORA, Zélia M. A diáspora afro-brasileira em Úrsula de Maria Firmina dos Reis. Revista del CESLA, n. 9. Varsóvia, Polônia: Uniwersytet Warszawski, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243316413005>> Acesso em: 15/03/2013.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Literatura afro-brasileira – FALE/UFGM. Belo Horizonte, MG, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/data1/autores/102/mariafirminacritica01.pdf>> Acesso em: 17/06/2012.

_____. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 31. Brasília (UnB), jan.-jun. 2008, pp. 11-23.

GAMA, Luiz. Primeiras trovas burlescas de Getulino. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1859. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00893800#page/11/mode/1up>> Acesso em: 11/05/2013.

GUIMARÃES, Bernardo. A escrava Isaura. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

LOBO, Luiza. Crítica sem juízo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

MACEDO, Joaquim Manoel de. As vítimas-algozes: quadros da escravidão. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Scipione, 1991.

MENDES, Algemira Macêdo. O discurso antiescravagista em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. Cerrados, Brasília (UnB), v. 20, n. 31, 2011, pp. 75 - 92. Disponível em: <<http://www.revistacerrados.com.br/index.php/revistacerrados/article/view/200/170>> Acesso em: 13/05/2012.

_____. Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. 2006. 282f. Tese (Doutorado em Linguística e Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/16/TDE-2007-06-20T155835Z-693/Publico/390035_p1_282.pdf> Acesso em: 26/05/2013.

MORAIS FILHO, José Nascimento. Maria Firmina: fragmentos de uma vida. São Luiz: COCSN, 1975.

MONTEIRO, Maria do Socorro de Assis. O subterrâneo intimismo de Úrsula: uma análise do romance de Maria Firmina dos Reis. Letrônic@, Porto Alegre (PUCRS), v. 2, n. 1, 2009, pp. 361-38. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/viewFile/5100/4056>> Acesso em: 13/05/2012.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: _____. (Org) Escritoras brasileiras do século XIX. 2. ed. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDINISC 2000, pp. 264-284.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa. Gênero e etnicidade no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. 2007. 107f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECAP-73WGED/1/disserta__o__revis_o.pdf> Acesso em: 13/05/2012.

REIS, Francisco Sotero dos. Curso de literatura portuguesa e brasileira: volume I. São Luis: Typ. de B. de Mattos. 1866.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 2 ed. Impressão fac-similar. Prólogo de Horácio de Almeida. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1975.

_____. *Úrsula*. 3. ed. Organização, atualização e notas por Luiza Lobo. Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.

_____. *Úrsula*. 4. ed. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.

_____. A escrava. In: Revista Maranhense, ano I, n. 3, novembro de 1887, apud Morais Filho, Op.cit.

_____. Gupeva: romance brasiliense. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. Maria Firmina: fragmentos de uma vida. São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975, p. 103-134.

_____. Cantos à beira-mar. São Luis: Governo do Estado do Maranhão, 1871. Edição fac-similar.

_____. Hino à liberdade dos escravos. In: FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves (Orgs.). Poemas brasileiros sobre trabalhadores: uma antologia de domínio público. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011. p. 53.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres reescrevendo a nação. Estudos Feministas, Florianópolis (UFSC) n. 8, n. 1, 2000, pp. 84 – 97. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9858/9091>> Acesso em: 17/03/2013.

_____. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Brasília. Nº 32, 2008, pp. 127 – 141. Disponível em: <http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/3210.pdf> Acesso em: 16/03/2013.

_____. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, pp. 765-769, setembro – dezembro / 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a11v14n3.pdf>> Acesso em: 16/03/2013.

SILVA, Marcelo José da. A figura do intelectual afro-brasileiro nos prefácios de Úrsula, Memórias póstumas de Brás Cubas e Recordações do escrívão Isaías Caminha. *Terra roxa e outras terras*. Volume 17 – A – dez. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol17A/TRvol17Ae.pdf> Acesso em: 16/03/2013.

SOARES, Luiz E. Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso. In: PINTO, Paulo R.; MAGNO, Cristina; SANTOS, Ernesto P.; GUIMARÃES, Livia (Orgs.). *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. pp. 217-238.

TAVARES, Eleusa Diana Almeida. Literatura e história no romance feminino do Brasil no século XIX: Úrsula. In: XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e III Seminário Internacional Mulher e Literatura, 2007. Ilhéus, BA. *Anais... Ilhéus*, BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/ELEUZA%20DIANA%20ALMEIDA%20TAVARES.pdf>> Acesso em: 14/03/2013.

ABORDAGEM DOS TEMPOS VERBAIS DO FUTURO EM LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO

Carlos Magno Costa e Silva

Fábia Rodrigues Porto de Oliveira¹

Universidade Federal de Campina Grande

Resumo: O presente artigo pretende analisar a abordagem adotada para o ensino dos tempos verbais do futuro em coleções destinadas ao Ensino Médio. A pesquisa é de cunho descritivo e exploratório, orientada pelos estudos sobre variação linguística (Travaglia, 2009 e Oliveira, 2006) e sobre uso dos tempos verbais do futuro no Português Brasileiro (Perini, 2010; Oliveira, 2006; Corôa, 2005; Cunha & Cintra, 1985). O corpus de análise consiste de duas coleções publicadas em 1990 e 2011. Os resultados da análise apontam avanços na abordagem do tema, levando em conta usos correntes da língua.

Palavras-chave: Variação linguística; Tempos Verbais; Livro Didático de Português.

Resumen: En este artículo se analiza el enfoque de la enseñanza de los tiempos verbales futuros en colecciones destinadas a la escuela secundaria. La investigación es un estudio descriptivo y exploratorio, guiado por los estudios de variación lingüística (Travaglia, 2009 e Oliveira, 2006) y en el uso del tiempo futuro en portugués de Brasil (Perini, 2010; Oliveira, 2006; Corôa, 2005, Cunha y Cintra, 1985). El corpus de análisis se compone de dos colecciones publicadas en 1990 y 2011. Los resultados del análisis indican avances en tratar el tema, teniendo en cuenta los usos actuales de la lengua.

Palabras clave: Variación lingüística; Tiempos Verbales; Português Libro de Texto.

1. Alunos do curso de Letras, licenciatura em língua portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O trabalho foi desenvolvido para a disciplina Sociolinguística, sob a orientação da professora Maria Augusta Gonçalves de Macedo Reinaldo e pela monitora Dayana Medeiros Lira.

I. Introdução

A Gramática tradicional (GT) prima pela valorização da norma considerada “padrão”, tomando como referência exclusiva a língua escrita, enquanto a Sociolinguística enfoca a valorização das formas variadas dos discursos, considerando relevante buscar erradicar toda forma de preconceito linguístico, bem como o estereótipo ainda presente na nossa sociedade de que para se “falar/escrever bem e corretamente”, é necessário obedecer às normas da GT.

Nesse contexto, tanto a escola quanto o livro didático de língua portuguesa (LDP) têm papéis fundamentais na construção de uma nova metodologia de ensino/aprendizagem que enfoque as múltiplas variedades que a língua oferece. Esse é o enfoque recomendado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), onde a língua é conceituada como uma atividade sociointeracionista e histórica, com ênfase no domínio das práticas das línguas falada e escrita, cabendo ao ensino ampliar a mobilidade sociolinguística do aluno para a compreensão das variações linguísticas. Desta forma, os PCNs se fundamentam nos estudos sociolinguísticos dos fenômenos das modalidades falada e escrita da língua, sugerindo mudança no ensino dos conceitos de língua presentes em nossas escolas.

Da mesma forma, o Programa Nacional do Livro Didático de Ensino Médio (PNLD-EM), a partir de 2005, vem incluindo a variação linguística como um critério de avaliação na abordagem do eixo dos conhecimentos linguísticos nas coleções destinadas a esse nível de ensino. Nesse quadro, torna-se relevante estudar as repercussões dessa orientação oficial sobre as propostas de livros didáticos.

Este artigo observa duas coleções de livros didáticos do Ensino Médio publicadas em 1990 e 2011, com o objetivo de verificar como se dá a abordagem para o ensino da variação verbal do futuro do presente

no espaço de duas décadas. Foram selecionados volumes das coleções de Faraco e Moura (1990) e de Faraco, Moura e Maruxo Júnior (2011).

Para o alcance desse objetivo, além da introdução, três seções são apresentadas na organização deste artigo: a primeira consiste de uma breve revisão dos conceitos de norma e variação linguística, bem como das contribuições sobre os usos dos tempos futuro no português brasileiro; a segunda seção apresenta a análise da abordagem adotada nas coleções selecionadas para o ensino do futuro do presente; a terceira seção levanta alguns pontos para considerações finais do estudo realizado.

2. Revisão de conceitos

2.1 Variação linguística

A partir da década de sessenta do século XX, estudos sobre a língua passaram a mostrar que em uma mesma comunidade é possível observar que não há um uso linguístico homogêneo. Com essa reflexão, introduziu-se a noção de variação linguística como objeto de investigação, tarefa que coube a um grupo de pesquisadores, liderados por William Labov, o qual se tornou um dos responsáveis pelo desenvolvimento desta área da Linguística de uma área denominada de Sociolinguística.

Entendendo que a Sociolinguística pode ser definida como “o estudo da variação na língua ou, mais precisamente, como o estudo da variação no interior de comunidades da fala” (Trask, 2006 p.277), temos que este ramo da linguística estuda a relação entre língua e sociedade, correlacionando variações existentes na expressão verbal e as diferenças de natureza social. Portanto, a variação apresenta correlações com a estratificação social, razão por que a língua portuguesa no Brasil, falada por mais de 190 milhões de habitantes, varia de acordo com vários fatores, como status social, sexo, grau de instrução, profissão, estilo pessoal, região de origem do falante, entre outros.

Nesse sentido, os estudos sociolinguísticos têm mostrado que no contexto geral a língua é heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre se reconstruindo, pois se trata de um processo não concluído, uma atividade social que se realiza através da fala e da escrita por meio dos interlocutores. Dessa forma, os estudos sobre variação linguística registram pelo menos seis dimensões de variação dialetal: a territorial, a social, a de idade, a de sexo, a de geração e a de função (Travaglia, 2009).

Ainda sobre a variação linguística, Oliveira (2006) chama a atenção para a estreita relação entre os fenômenos linguísticos e sociais como o campo de estudo da sociolinguística:

Por ser impossível desvincular a língua de sua função sócio-comunicativa, a sociolinguística é entendida como um espaço de investigação interdisciplinar que estuda e correlaciona aspectos dos sistemas linguísticos e dos sistemas sociais, focalizando empregos concretos da língua. (Oliveira, 2006 p.44)

Deste modo, pode-se dizer que tomando a língua em seu aspecto sócio-comunicativo, a sociolinguística estuda a relação entre os sistemas linguísticos e sociais, com um olhar mais voltado para os usos concretos, de modo que se constitua numa área voltada para o caráter social da língua.

2.2 Uso dos tempos verbais do futuro

Considerada como uma classe de palavras universal por estar presente em todas as línguas, o verbo em uma língua é sempre considerado como uma classe importante, pois denota um processo e, gramaticalmente falando, é marcado quanto ao tempo e apresenta uma concordância.

Uma questão atual relevante para o ensino de Português no Brasil é o fato de a maioria dos autores de gramáticas tradicionais e de livros

didáticos enfocarem apenas o estudo do futuro do presente do indicativo simples. Alguns mencionam o uso do presente do indicativo com valor de futuro para anunciar um acontecimento próximo. Um exemplo disso é apontado por Coelho (2007) em Almeida (1992, p.228), o qual conceitua este diferente uso do indicativo utilizando a forma perifrástica com o verbo *ir* no infinitivo, “ação que irá realizar-se”.

No entanto, os estudos mais recentes enfocam a variação do futuro do indicativo, no Português Brasileiro (PB), como uma estrutura diferenciada em relação aos aspectos morfossintáticos. Sob esse aspecto, Oliveira (2006), por exemplo, salienta as formas variantes:

(...) salientaremos a expressão do futuro, que de acordo com a descrição realizadas nesses estudos, pode apresentar seis variantes: a) a forma do futuro simples (“No próximo mês viajarei para o exterior”); b) a forma de presente (“No próximo mês viajo para o exterior”); c) a forma perifrástica com o verbo *IR* no presente+infinitivo (“No próximo mês vou viajar para o exterior”); d) a forma perifrástica com o verbo *IR* no futuro+infinitivo (“No próximo mês irei viajar para o exterior”); e) a forma perifrástica com o verbo *haver* no presente+de+infinitivo (“No próximo mês hei de viajar para o exterior”); f) a forma perifrástica com o verbo *haver* no futuro+de+infinitivo (“No próximo mês haverei de viajar para o exterior”).” (Oliveira, 2006 p.17).

Apesar de as gramáticas tradicionais apresentarem apenas três tempos para o futuro (o do presente, o do pretérito e o do subjuntivo), sua expressão apresenta uma produtividade muito maior, principalmente através de perífrases verbais, em que os verbos *ir* e *haver* possuem a função de se associarem com os verbos na forma infinitiva para expressar a ideia de futuro.

Na perspectiva da escrita, a autora nos mostra a tendência para a variação do Português Brasileiro, ao afirmar que “(...) embora o futuro simples continue a predominar na escrita, a perífrase com *ir* + infinitivo, da década de 70 para a de 90, atinge outros contextos que antes favoreciam a forma simples, mas ainda é minoritária.” (OLIVEIRA, 2006 p.194).

Cunha & Cintra (1985) focalizam o verbo como “uma palavra de forma variável que exprime o que se passa” (p.323) (um acontecimento representado no tempo) que não tem, sintaticamente, uma função que lhe seja privativa, mas que se individualiza pela função obrigatória de predicado, a única que desempenha na estrutura oracional. Para esses autores, o verbo “apresenta as variações de número, de pessoa, de modo, de tempo, de aspecto e de voz”. Informam que o tempo é “a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo” e que o futuro designa um fato ocorrido após o momento em que se fala. Quanto à formação dos tempos futuro do presente e futuro do pretérito do modo indicativo, informam que, na forma simples, são formados pelo acréscimo das terminações aos verbos no infinitivo e, na forma composta, pelo futuro do presente ou do pretérito simples do verbo *ter* com o particípio do verbo principal.

Já Perini (2010) aborda o tempo verbal do futuro de maneira mais simples e resumida. Para ele, o lexema verbal é, de longe, o mais rico da língua, e apresenta características peculiares: “são palavras que se opõem em tempo, modo, pessoa e número” (p.307). Ainda para o autor, “o paradigma de um verbo deve incluir não apenas formas simples (isto é, formadas de uma única palavra), mas também de formas compostas; e as formas compostas são formadas dos auxiliares *ter* (+particípio verbal); *estar* (+ gerúndio); *ir* (+ infinitivo)” (p.220).

Cabe salientar que Perini, ao contrário de Cunha & Cintra, considera que o tempo futuro do Português Brasileiro está presente apenas no modo subjuntivo, sendo este idêntico em todos os verbos regulares, com tendência também nos irregulares. Salienta esse autor que o futuro

simples “é de uso muito raro no PB, e pode ser considerada uma forma própria do padrão escrito”, pois a noção de futuro se expressa através da construção “formada do auxiliar ir + o infinitivo, que podemos chamar de futuro composto”, podendo ser expresso também pelo presente simples. Já o condicional (futuro do pretérito) aparece com maior frequência no PB, sendo usado para expressar um evento que poderia ocorrer caso este evento já tivesse ocorrido (uso mais raro no PB) ou para fazer um pedido de maneira mais polida, podendo ser substituído pelo imperfeito do indicativo.

Essa linha de reflexão pode ser encontrada em Corôa (2005), que defende a hipótese “de que o futuro, qualquer que seja sua ligação por natureza com o possível, o virtual e o incerto, expressa sempre um pensamento que parte do possível para a certeza: interpretações antecipadas sobre esse movimento fornecem os empregos temporais” (CORÔA, 2005.p.56).

Ainda observando as tendências da expressão do futuro verbal em português, Oliveira (2006) mostra que:

A variação entre as formas de expressão do futuro verbal em português é mais acentuada, atualmente, entre as variantes sintética (futuro simples) e analítica (futuro perifrástico). Tendo como hipótese uma mudança morfossintática em curso, não se descarta, porém, que essa mudança passa também pelo domínio semântico, pragmático e discursivo. (Oliveira, 2006 p. 53)

Desta forma, as expressões verbais de futuro variam atualmente por possuírem duas formas, uma sintética expressa por futuro simples e outra analítica representada por perífrases. Apesar de esse processo se encontrar presente somente no nível morfossintático, é possível que se alcance os níveis relacionados ao sentido, como o semântico, o pragmático e o discursivo.

3. A abordagem do tempo verbal do futuro em coleções didáticas de diferentes décadas.

Conforme informado na introdução, foram selecionadas para análise duas coleções de livros didáticos do ensino médio, em razão da alteração ocorrida na autoria e no título da obra nas duas edições estudadas: a primeira, de 1990, sob o título *Língua e Literatura*, com autoria creditada a Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura, e a segunda, de 2011, sob o título *Língua Portuguesa Linguagem e Interação*, com autoria creditada a Carlos Emílio Faraco, Francisco Marto de Moura e José Hamilton Maruxo Júnior. Ambas as coleções foram publicadas pela Editora Ática e compreendem três volumes.

3.1 A abordagem de Faraco & Moura (1990)

Na coleção de Faraco & Moura (1990), os conteúdos encontram-se divididos em quatro seções bastante marcadas: I-Texto, II- Literatura, III- Gramática e IV- Redação. Nelas se leva em conta apenas a língua escrita.

Na seção III, que corresponde aos conteúdos gramaticais, o verbo encontra-se abordado no volume 2, explicado através de conceitos e quadros de modo geral, tomando-se como referência o padrão escrito.

Exemplo 01:

D - Tempo

Indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo

Os três tempos básicos são o presente, o pretérito e o futuro.

Indicativo

Presente:	falo
Pretérito:	a) imperf.: falava
	b) perf.: falei
	c) mais-que-perf. : falara

Futuro:	a) do pres.: falarei b) do pret.: falaria
Subjuntivo	
Presente:	fale
Pretérito imperfeito:	falasse
Futuro:	falar

(Faraco & Moura 1990, Vol. 2 p.23-24)

É possível observar que a abordagem acerca do verbo, em especial na categoria *tempo*, é feita de modo bastante simplificada. Em relação ao tempo do futuro, Faraco & Moura (1990) apresenta-o aos moldes da gramática tradicional, seguindo a subdivisão em três tempos: no indicativo, o futuro do presente e o do pretérito e o futuro do subjuntivo.

Segue-se um exercício com quatro atividades, em que apenas as questões *f*, *g* e *h* da atividade quatro tratam das formas verbais do futuro, associadas ao conteúdo da voz passiva, conforme o exemplo transcrito a seguir, em que são apresentadas as expectativas de respostas.

Exemplo 02:

Passe as frases abaixo da voz passiva para a sintética:

(...)

f- Seriam resolvidos todos esses problemas

R: Resolver-se-iam todos esses problemas

g- O piano não será vendido.

R: Não se venderá o piano.

h- Será efetuado o pagamento só no mês que vem.

R: Efetuar-se-á o pagamento só no mês que vem.”

(Faraco & Moura 1990, Vol. 2 p.173)

Nesta atividade, a exemplo do que ocorre com a exposição teórica, não há um tratamento específico para as expressões do futuro: o conteúdo é focado com frases descontextualizadas, sugerindo a forma do padrão escrito como a única recomendada como correta, devendo por isso ser objeto de ensino e aprendizagem.

3.2 A abordagem de Faraco, Moura & Maruxo Jr. (2011)

Na coleção Faraco, Moura & Maruxo Jr. (2011), o conteúdo de língua portuguesa é apresentado em oito seções: Para entender o texto, As palavras do contexto, Gramática textual, Literatura: teoria e história, Linguagem oral, Língua-análise e reflexão, Prática de linguagem e Produção escrita.

Observa-se que esse número de seções procura dar conta de vários conteúdos como objetos do ensino de língua e de literatura, o que pode ser explicado pela influência dos estudos linguísticos sobre o ensino. Dentre essas influências, pode-se salientar a referência à língua falada como objeto de estudo, bem como a denominação de “análise e reflexão” para o estudo dos conteúdos gramaticais, orientada pela perspectiva do contexto de uso.

Assim o conteúdo do verbo é abordado no primeiro volume da coleção, sendo reservadas, nas seções Língua- análise e reflexão e Prática de linguagem, dois capítulos para a sua abordagem. Ao conteúdo tempos verbais do futuro é reservado um espaço nessas seções, no capítulo 10 (p. 292- 297).

O assunto é introduzido através de um pequeno trecho, seguido de algumas questões de interpretação de texto. Logo em seguida, apresenta-se a descrição dos tempos verbais do futuro tanto na forma simples como na forma perifrástica. Observe-se o trecho:

Exemplo 03:

Em português, no modo indicativo, há quatro tempos que expressam o futuro: o futuro do presente, o futuro do presente composto, o futuro do pretérito simples, o futuro do pretérito composto.

(Faraco, Moura & Maruxo Jr. 2011, Vol. I p.293)

Após esta classificação para as formas de expressão do futuro, segue-se um exercício com três atividades sobre os tempos verbais, tanto em forma simples quanto em sua forma composta, levando-se em conta a situação de uso dessas formas. No segundo momento, ainda dentro da seção Língua-Análise e Reflexão, o assunto é abordado sob o tema “A expressão do futuro e os níveis de linguagem”, em que se trabalha a ideia de futuro em verbos com a forma do presente do indicativo, como se observa no trecho a seguir:

Exemplo 04:

Numa situação de fala informal (uma conversa entre dois amigos, por exemplo), dificilmente utilizamos o futuro do presente do indicativo. Em seu lugar, empregamos outras expressões verbais. Observe:

Amanhã não tem aula

Nessa frase, o verbo *ter*, mesmo expressando futuro, está no presente do indicativo.

Para expressar o futuro do presente, dependendo da situação de comunicação, do nível de linguagem e do gênero do texto, são empregadas *locuções verbais* (a mais comum é *verbo ir + indicativo*) ou o presente do indicativo.

(Faraco, Moura & Maruxo Jr. 2011 Vol. 2 p.295)

Nesta parte da seção, vemos como os autores levam em conta o confronto das formas padrão e coloquial, de modo a expor ao aluno o conhecimento de que não existe apenas uma variante linguística, aquela idealizada pela norma-padrão, mas também a variante coloquial, que expressa ideia do futuro nos registros informais.

Para reforçar a ideia do futuro nos diferentes registros de linguagem, aplica-se um exercício contendo duas atividades em que se pede a reescrita de frases substituindo as formas verbais da linguagem padrão pelas empregadas na linguagem coloquial.

Exemplo 05:

01) No caderno, reescreva as frases a seguir, substituindo as formas verbais destacadas por outras empregadas na linguagem coloquial.

a) No mês que vem, viajaremos para Belém, capital do Pará.

R: vamos viajar

(Faraco, Moura & Maruxo Jr. (2011), Vol. 2 p. 295).

Na seção chamada “Prática de linguagem”, o tempo verbal é abordado com foco também voltado ao uso. Inicialmente, é apresentado um trecho extraído de um livro para que se possa observar a ocorrência do futuro. Em seguida, apresenta-se de modo bastante breve o enredo do livro, seguido de um comentário sobre as autoras da obra.

No final da seção vem um exercício contendo duas atividades. Na primeira se contempla, através de alternativas de a até c, o uso das ocorrências do tempo futuro, destacando-se uma questão que incentiva a reflexão do aluno sobre o que cada forma verbal, seja na forma simples seja na forma composta, quer expressar, como mostra o exemplo 06: “(...) De acordo com seu modo de ver, quais são os efeitos de sentido de cada uma das formas verbais?” (Faraco, Moura & Maruxo Jr. (2011), Vol. 2 p. 295).

Na segunda atividade, também se discute o efeito de sentido que cada forma verbal pode apresentar, através da resolução da questão em trio, em que todos os integrantes escrevem frases com a seguinte situação: “Em uma loja, o (a) vendedor (a) tenta convencer um (a) jovem a comprar determinado par de tênis” (Faraco, Moura & Maruxo Jr. 2011, Vol. 2 p.296), em que os alunos devem criar respostas para essa situação utilizando nas frases o futuro do presente simples para expressar o futuro, a locução verbal *ir* no presente do indicativo + o verbo no infinitivo usada e o presente do indicativo para expressar futuro, fazendo com que o aluno tente perceber quais sentidos cada meio diferente de expressar futuro tem.

Com esta atividade, o aluno é estimulado a utilizar e perceber as diferentes formas de uso, de modo que se permita, a partir de um exercício de prática de língua, a cada aluno construir os usos sobre as formas verbais do futuro.

Portanto, a comparação das duas coleções permite-nos afirmar que a abordagem apresentada por Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2011) trata a temática de maneira mais próxima às formas verbais que estão sendo utilizadas, levando em conta a variação linguística, enquanto a abordagem presente na coleção de 1990, de autoria de Faraco e Moura, centra-se apenas na escrita padrão, desprezando a variação nas formas de expressão do futuro.

4. Considerações finais

Neste trabalho, procuramos descrever como se encontra a abordagem dos tempos verbais do futuro em duas coleções de livros didáticos de décadas diferentes, considerando a influência dos estudos acerca da variação linguística, em particular, acerca dos usos das expressões verbais do futuro.

Os resultados da análise mostram que o conteúdo “tempos verbais do futuro”, na coleção de Faraco & Moura (1990), encontra-se abordado,

de modo amplo, na seção de gramática, através de atividades que ilustram apenas o português escrito no registro formal com futuro simples.

Já a coleção de autoria de Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2011) apresenta uma abordagem diferenciada. Inicialmente, os autores refletem sobre as formas verbais do tempo futuro em dois momentos, sendo o primeiro uma observação das coocorrências das variantes padrão e coloquial, permitindo observar outras formas de uso da ideia de futuro, além das presentes na norma-padrão escrita. No segundo momento, os autores focam a reflexão tanto na questão das ocorrências de uso do futuro, quanto nos efeitos de sentido que cada uma dessas formas pode expressar. Reconhecer essa heterogeneidade representa um passo na mudança da ideologia do monolinguismo no Brasil, lançando luzes sobre a heterogeneidade da língua na nossa sociedade. Além disso, ajuda a desconstruir a noção de erro presente no enfoque dado pela Gramática Tradicional.

Embora o corpus de análise tenha se limitado a duas coleções, o estudo aqui realizado evidencia a presença das contribuições das vertentes variacionista e interacional da Sociolinguística no ensino de língua portuguesa. Essa evidência aponta para a necessidade de que a formação docente seja contemplada com essa discussão teórica e com sua didatização.

Referências

- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.
- CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. *O tempo nos verbos de português*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português brasileiro*. 5ª ed. 5ª reim. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FARACO, Carlos Emílio & MOURA, Francisco Marto de, *Língua e Literatura*. 1.ed. São Paulo, Editora Ática, 1990. 3v. Vol. 2.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. MARUXO JR, José Hamilton. *Língua Portuguesa Linguagem e Interação*. São Paulo: Editora Ática, 2011. 3 v. Vol. 1.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2006. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

TRASK, R.L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução: Rodolfo Ilari. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. Cortez Editora 14. ed. São Paulo.

GÊNERO TEXTUAL E ACESSO DISCURSIVO: ANALISANDO RELAÇÕES DE PODER NA MÍDIA

Estevão Eduardo Cavalcante Carmo¹
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar os padrões de acesso discursivo dos representantes do MST na Folha de S. Paulo para comentar sobre suas ações e sobre a Reforma Agrária. Utilizamos como fundamentação teórica a perspectiva de gêneros textuais adotada pela Escola Norte Americana (MILLER, 2009) e a teoria de acesso discursivo desenvolvida por Van Dijk (2010). O *corpus* é constituído por todas as entrevistas, artigos e notas de opinião coletadas em 2007 que tratem dos temas em questão. Constatamos que o jornal controla os padrões de acesso ao seu espaço discursivo, promovendo uma marginalização dos grupos envolvidos.

Palavras-chave: acesso discursivo; gênero textual; MST; reforma agrária; mídia.

Abstract: The aim of this article is to investigate the patterns of discursive access to the representatives of the MST in Folha de S. Paulo to comment about their actions and about Agrarian Reform. We use as theoretical fundaments the prospect of textual genres adopted by the North American College (Miller, 2009), and the theory of discursive access developed by Van Dijk (2010). The corpus includes all interviews, articles and opinion notes collected in 2007 that sort the issues in question. We note that the paper controls the access patterns to their discursive space, promoting a marginalization of the groups involved.

Keywords: discursive access; textual genres; MST; agrarian reform; media.

1. Artigo fruto do projeto de pesquisa PIBIC intitulado Práticas discursivas e mudança social: uma investigação sobre a (re) conceitualização da noção de reforma agrária, desenvolvido na UFPE, com o apoio da CNPq/Propesq, e orientado pela Professora Dra. Karina Falcone.

1. Introdução

Comunicamos-nos através dos gêneros textuais (MARCUSCHI, 2010). São eles que orientam a forma como interagimos em eventos comunicativos (MILLER, 2009). Os gêneros textuais facilitam a nossa inserção nas diversas ações comunicativas em que estamos envolvidos. Ademais, precisamos compreender que os gêneros são elementos sócio-cognitivos, pois são construídos e reconstruídos no decorrer da história, a partir das mudanças ocorridas em uma determinada cultura; além disso, os gêneros são frames que são ativados em nossa mente como modelos mentais que orientam nossa inserção em um determinado contexto discursivo (BAZEMAN, 2006; FALCONE, 2011). Ao propormos que os gêneros são elementos indispensáveis para o reconhecimento e a interação em um evento comunicativo, sugerimos, então, que eles têm o poder de legitimar discursos. E, ao adquirirem esse aspecto legitimador, os gêneros textuais tornam-se elementos de poder manipulados por diversas instituições (MARCUSCHI, 2010; MILLER, 2009).

É com essa reflexão que temos em vista analisar como o controle institucional dos gêneros textuais orienta a nossa compreensão sobre um determinado evento. Além disso, investigamos se grupos minoritários têm acesso ao discurso jornalístico, para comentar sobre suas próprias ações. Para tanto, reunimos à pesquisa a teoria do acesso discursivo, desenvolvido por Van Dijk (2010). De acordo com o autor, o acesso discursivo seria um recurso semelhante a outros dispositivos de poder, sendo um indicador bastante confiável de quem ou quais grupos estão sendo marginalizados de um determinado contexto discursivo. Ora, se nos comunicamos através dos gêneros textuais, e estes são constantemente manipulados pelas instituições de poder, o acesso discursivo seria um aspecto revelador dessa manipulação.

O corpus que nos serve de análise é produto de uma pesquisa PIBIC intitulada *Práticas discursivas e mudança social: uma investigação sobre a (re)*

conceitualização da noção de reforma agrária. Durante a pesquisa, foram coletados todos os textos da Folha de S. Paulo (FSP), entre diversos gêneros textuais, que mencionassem os temas Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Reforma Agrária, no período entre 2007 e 2010. Para este artigo, utilizamos apenas os gêneros *entrevistas*, *artigos* e *notas de opinião* coletados no ano de 2007, primeiro ano do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Escolhemos os gêneros mencionados por eles serem aqueles que, por sua organização textual, garantiriam acesso direto a outros atores sociais, além dos envolvidos no domínio jornalístico.

Objetivamos vislumbrar, desta forma, os padrões de acesso de representantes do MST no discurso jornalístico e, através disso, como este domínio operar na compreensão que os leitores têm acerca do Movimento e da Reforma Agrária. Para tanto, utilizamos como categoria de análise o acesso discursivo.

Para fundamentar o artigo, temos como aporte teórico Bakhtin (1979 [2010]), Bazerman (2005; 2006), Falcone (2005; 2011), Giddens (2009), Marcuschi (2010), Miller (2009) e Van Dijk (2010).

2. Gênero textual como elemento sócio-cognitivo

Anteriormente, afirmamos que os gêneros textuais são elementos sócio-cognitivos que orientam nossa inserção em um determinado evento comunicativo. A princípio, precisamos compreender quais as características que tornam o gênero um elemento social e cognitivo simultaneamente. Bakhtin (1979 [2010]) já declarava que todas as atividades humanas ocorriam através da língua, em forma de enunciados. De acordo com o autor, os gêneros do discurso seriam os enunciados relativamente estáveis produzidos em uma determinada esfera comunicativa. O autor ainda acrescenta que seria impossível contabilizar todos os gêneros, pois eles seriam inesgotáveis devido às inúmeras atividades comunicativas a

que estamos expostos. Em uma perspectiva semelhante, Miller (2009) comenta sobre o aspecto social do gênero, propondo-o como um “artefato cultural”, isto é, como um elemento constitutivo e consubstanciador da cultura. Como concebe a autora, considerar um gênero textual como um artefato cultural é vê-lo não apenas como um produto de uma determinada cultura, e sim também como elemento constitutivo da estrutura social de relações entre os sujeitos participantes dessa civilização. A partir dessa reflexão, o gênero textual seria uma obra e simultaneamente um artefato composicional dessa cultura.

Miller (2009) comenta também sobre a instabilidade nas estruturas dos gêneros textuais. Não devemos concebê-los como modelos estanques, mas, como afirmou Bakhtin (1979 [2010]), devemos considerá-los como *tipos relativamente estáveis*. Ou seja, os gêneros textuais são formados por *padrões sociocomunicativos* que orientam nossa compreensão sobre o evento no qual estamos nos inserindo (MARCUSCHI, 2010). Para exemplificar tal fato, Miller (2009) expõe a teoria da estruturação desenvolvida pelo sociólogo Anthony Giddens (2009). Este autor delineia que nossas relações sociais são constituídas no espaço e no tempo. Observa Giddens (2009) que essas experiências ocorrem num fluxo contínuo e recorrente, isto é, elas se repetem para que os atores sociais envolvidos nelas reconheçam as atividades nas quais participam. Para o autor, essa reflexividade ocorre porque tais experiências sociais tornam-se recorrentes através do espaço e do tempo. Contudo, é preciso ressaltar que essas relações sociais são criadas e recriadas continuamente pelos atores sociais envolvidos nelas. Da mesma forma, os gêneros, sendo “holofotes” de nossas ações sociais, constituem-se no decorrer do tempo com elementos característicos. Esses elementos seriam padrões recorrentes que guiariam a adequação e o reconhecimento de um gênero em determinados contextos discursivos. Bazerman (2005) atribui aos gêneros textuais características típicas. De acordo com o autor, os gêneros seriam tipificações a partir do momento

em que eles emergissem como elementos comunicativos reconhecíveis e autorreforçadores. Explica Bazerman (2005) que

Uma maneira de coordenar melhor nossos atos de fala uns com os outros é agir de modo típico, modos facilmente reconhecidos como realizadores de determinados atos em determinadas circunstâncias. Se percebemos que um certo tipo de enunciado ou texto funciona bem numa situação e pode ser compreendido de uma certa maneira, quando nos encontramos numa situação similar, a tendência é falar ou escrever alguma coisa também similar. Se começarmos a seguir padrões comunicativos com os quais as outras pessoas estão familiarizadas, elas podem reconhecer mais facilmente o que estamos dizendo e o que pretendemos realizar (p. 29).

Ainda que os gêneros tenham elementos reconhecíveis e identificadores, Bazerman (2005) ressalta a importância de não os considerar estanques e atemporais. É preciso compreender que os gêneros mudam com o tempo, numa relação intrínseca com as experiências sociais vividas pelos sujeitos. O conhecimento de um gênero textual pode mudar até individualmente, de pessoa para pessoa. Dessa forma, não podemos simplesmente caracterizar um determinado gênero pelo conjunto de características que ele tem. É preciso levar em consideração todos os outros aspectos sócio-históricos e individuais envolvidos na constituição do gênero textual.

Além de ser um enquadre social que construímos na interação, o gênero discursivo é um elemento cognitivo. Bazerman (2006) afirma que os gêneros textuais são frames para a ação social, que são ativados a partir do reconhecimento do contexto discursivo. Marcuschi (2005) considera os gêneros como macro-modelos cognitivos. Corroborando com os dois autores, Falcone (2011) observa os gêneros como *modelos mentais*. Parafraseando o autor Van Dijk (2010), Falcone (2011) conceitua os modelos mentais como “construções subjetivas ou definições que se atribui a situa-

ções comunicativas específicas”. Como afirma a autora, os modelos mentais são construídos e constantemente atualizados na memória episódica², a partir do processo recorrente da atividade social. Ou seja, assim como os gêneros, os modelos mentais seriam estruturas cognitivas individuais que se constituiriam na interação social.

Segundo a Escola Norte-Americana, na perspectiva da Nova Retórica, os gêneros textuais legitimam nossas ações em contextos comunicativos, a partir da nossa inserção neles. Seguindo a linha de pensamento de Miller (2009), compreendemos que os gêneros não são apenas elementos sócio-cognitivos, mas também elementos pragmáticos, pois se realizam na atividade social *on-line*. Miller (2009) também acentua o poder institucional por trás dos gêneros textuais. Sendo uma das maiores formas de inserção social, manipular os elementos característicos de um determinado gênero textual, significa controlar quem ou quais atores sociais podem participar de certos eventos e contextos comunicativos. Marcuschi (2010) ressalta que todas as nossas atividades sociais são geridas através do discurso, e que o gênero textual tem um papel específico nessa administração. Mas é importante ressaltar, aqui, que estamos investigando, além do controle, a manipulação discursiva no domínio jornalístico. Entendemos manipulação tal como Van Dijk (2010), que delineia esse ato como uma forma ilegítima de persuasão. Manipular é orientar cognitivamente um sujeito ou um grupo de pessoas a agir de uma forma que agrade somente a quem está manipulando. Controlar o discurso indevidamente é uma forma de manipulação, pois geralmente busca o bem de uma pequena minoria, que, geralmente, administra as instituições de poder (VAN DIJK, 2010). Manipulação discursiva pode ocorrer também, dentre tantas formas, no controle das estru-

2. Parte constituinte de nossa memória de longo prazo, formada a partir de experiências pessoais em determinados contextos. É na memória episódica que buscaremos base para nossas memórias futuras (VAN DIJK, 2010).

ras de um gênero textual. Não somente na estrutura do gênero, mas nas características organizacionais e típicas dele. No domínio jornalístico, por exemplo, podemos analisar como estão dispostas as sentenças no *título*, *lead* e *sublead* de uma notícia que trate sobre determinado evento social. Ou também, que itens lexicais estão sendo utilizados na notícia para referenciar determinados grupos sociais e suas ações. Ou ainda, como faremos mais adiante, investigar o acesso discursivo dado a grupos minoritários para comentar sobre suas ações em entrevistas e artigos.

3. Controle discursivo: analisando padrões de acesso ao discurso jornalístico

Antes de desenvolvermos a noção de acesso discursivo, parece importante esclarecer o quadro teórico no qual está situada a categoria utilizada para a análise desta investigação. A Análise Crítica do Discurso (ACD), tal como proposta por Van Dijk (2010), não é apenas uma disciplina ou um campo teórico, mas, antes, um posicionamento crítico sobre um tema investigado. O interesse principal da ACD é estudar, através do discurso, os problemas sociais relacionados à desigualdade e à dominação, interferindo, assim, nas questões investigadas (FAIRCLOUGH, 2001; VAN DIJK, 2010). É importante observar que diversas teorias permeiam a ACD, e que esta dialoga com diferentes disciplinas, a depender do tema analisado. Uma das teorias que faz parte da ACD, e que utilizaremos nessa pesquisa, é a do acesso discursivo.

O acesso discursivo é uma teoria desenvolvida pelo autor Van Dijk (2010), que procura vislumbrar a atuação de grupos minoritários em diferentes domínios discursivos. Para nossa investigação, utilizaremos apenas o domínio jornalístico. De acordo com o autor, analisar “as medidas de acesso ao discurso podem ser indicadores bastante confiáveis de poder de grupos sociais e seus membros” (VAN DIJK, 2010, p. 90). Isto é, a partir

da análise dos padrões de acesso a um determinado contexto discursivo, observamos quais grupos ou atores sociais têm maior ou menor poder, baseando-nos na influência discursiva exercida pelos interlocutores. Van Dijk (2010) pontua que, assim como diversos recursos sociais – tais como educação, saúde e emprego – as participações discursivas são distribuídas desigualmente, promovendo a marginalização de determinados grupos (FALCONE, 2005). Tomemos como exemplo a *mídia de massa*. De acordo com o autor, os padrões de acesso à imprensa são mais observáveis e reconhecíveis através das escolhas do jornal de quem será entrevistado ou quem dará as opiniões sobre um determinado evento. Daí pode-se compreender quais grupos têm maior poder discursivo e também quais seriam os reponsáveis pela formação da opinião pública.

Van Dijk (2010) delinea alguns padrões de acesso para reconhecer o acesso ao discurso dado a determinados grupos sociais. Falcone (2005) pontua a importância do conhecimento desses padrões, pois, como afirma a autora, o controle discursivo exercido pelas instituições é tão rígido que dificulta a inserção de outros sujeitos, além dos grupos sociais envolvidos:

- a. *Planejamento*: diz respeito às decisões sobre os locais, os atores sociais e toda a agenda escolhida para fazer parte do evento comunicativo.
- b. *Cenário*: implica nas escolhas de quem é permitido ou obrigado a participar, assim como que papel desenvolverá durante o evento comunicativo.
- c. *Controle de eventos comunicativos*: essa seria a principal forma de acesso, e consiste no controle das estruturas da fala e da escrita – atos discursivos, gêneros textuais etc.
- d. *Alcance e controle da audiência*: além de controlar o conteúdo, determinados grupos podem, também, controlar audiências, dependendo do público envolvido no domínio discursivo analisado.

No nosso trabalho, daremos maior atenção aos dois últimos pontos, sobretudo ao terceiro ponto. Van Dijk (2010) observa que a maior forma de acesso está relacionada ao controle das dimensões da fala e da escrita. Ou seja, ter o controle das diversas estruturas da fala e da escrita implica no controle de quais atores ou grupos sociais podem participar (in)diretamente de um evento comunicativo. No domínio jornalístico, por exemplo, a instituição tem o controle sobre quais atores sociais participarão na cobertura dos eventos em pauta. Assim como quais gêneros textuais serão utilizados para veicular uma informação. De acordo com Van Dijk (apud Falcone [2005]), as relações discursivas de dominância estão mais relacionadas ao gênero do que ao tipo textual. É a partir do controle rígido das dimensões de um gênero textual que o jornal pode exercer seu poder. Até mesmo em gêneros como a entrevista – na qual haveria “acesso direto”³ do ator social entrevistado – o jornal conduz a entrevista, mantendo o controle do gênero.

A partir desses conceitos, buscamos investigar se o acesso dos representantes do MST é ativo, participante do discurso jornalístico, ou ocorre de forma passiva, sendo amparado e intermediado pelos jornalistas. Ademais, procuramos identificar como esse processo opera na compreensão que a audiência tem sobre o MST e a Reforma Agrária.

4. Apresentando o *corpus*

Como já dito, o *corpus* utilizado na análise é constituído por todos os artigos, entrevistas e notas de opinião coletados na Folha de S. Paulo,

3. Falcone (2005) adota essa terminologia referindo-se aos gêneros textuais como a entrevista, que, a tomar pela sua organização textual, concederia um maior espaço discursivo para outros atores sociais, além dos envolvidos no domínio jornalístico. No entanto, a autora ainda afirma haver aberturas nessa denominação, já que, como visto, ainda na entrevista, o jornal parece manter o controle sobre o acesso dos atores sociais.

no ano de 2007. Durante a coleta dos dados, encontramos 4 artigos, 4 entrevistas e 4 notas de opinião, em 2007, somando um total de 12 publicações. Optamos por analisar tais gêneros textuais, pois, como já pontuado anteriormente, devido à sua organização textual, eles abririam um maior espaço discursivo para outros grupos, além do já envolvidos no domínio jornalístico. Desta forma, procuramos investigar se esse processo de fato ocorre. Abaixo encontramos uma tabela (1) com a data e o título de todas as publicações que servem como corpus para nossa pesquisa, e à qual retornaremos durante a análise dos dados.

Tabela 1: Categorização dos dados por gênero textual, data e título

Notas de opinião	
22/02/2007	Brasil
23/02/2007	Terra
24/02/2007	Terra
19/09/2007	MST
Entrevistas	
22/02/2007	Tempo de Reforma Agrária acabou, afirma sociólogo
23/02/2007	"Há invasões compreensíveis", diz ministro
16/04/2007	"Lula está em dívida conosco", afirma Stedile
16/04/2007	Cortar recursos seria improdutivo, afirma Cassel
Artigos	
24/02/2007	É legítima a ação de membros do MST e da CUT no Estado de São Paulo?
17/04/2007	Uma justiça de classe
22/04/2007	Comédia Agrária
11/06/2007	Reforma Agrária, por justiça e soberania popular

5. Análise dos dados

Numa observação inicial do corpus, atentamos, a princípio, para o número de publicações que constituem os nossos dados. Se recorrermos ao corpus da pesquisa PIBIC realizada, observaremos uma diferença significativa entre o número de notícias e a quantidade de gêneros textuais que estamos investigando. No ano de 2007, coletamos 104 notícias relacionadas ao MST e a Reforma Agrária em comparação com as 4 publicações de cada gênero textual analisado – entrevista, artigo e nota de opinião. Falcone (2005) observa que essa disparidade quantitativa entre os diversos gêneros textuais que permeiam o domínio jornalístico deve-se a possibilidade que o jornal tem de controlar mais efetivamente um gênero como a notícia do que uma entrevista *ping-pong*, na qual haveria uma participação mais atuante do interlocutor entrevistado.

Recorrendo, agora, ao corpus desta investigação, observamos alguns pontos relevantes. Das 4 entrevistas coletadas, apenas uma tem a participação de um representante do MST, João Pedro Stedile. Dentre as outras 3, duas são com Guilherme Cassel, na época então ministro do desenvolvimento agrário, e uma com um sociólogo. Observemos a única entrevista de Stedile concedida à Folha de S. Paulo:

Exemplo 1:

“Lula está em dívida conosco”, afirma Stedile (FSP, 16/04/2007)

Folha: Foi difícil para o MST, que ajudou a reeleger o presidente, decidir que a partir de agora irá focá-lo diretamente no momento de cobrar o governo?

João Pedro Stedile: Apoiamos a eleição e a reeleição do governo Lula como militantes sociais e cidadãos conscientes que querem impedir a consolidação do neoliberalismo. Nunca analisamos os pro-

cessos políticos focados em pessoas e muito menos no presidente. Esperamos que o governo recupere seus compromissos históricos, reduza a influência da direita e das classes abastadas, mude a atual política econômica.

Folha: Por que, durante o primeiro mandato, o movimento poupou a figura do presidente e preferiu concentrar suas críticas na equipe econômica, por exemplo?

Stedile: Nossa posição em relação ao governo Lula sempre foi e continuará sendo a de atacar as forças conservadoras, que representam dentro do governo a manutenção do neoliberalismo. A composição do governo não reflete a vontade política do povo expressado nas urnas.

Folha: Em 2005, antes de uma marcha a Brasília, o senhor disse que o MST não era 'louco' de romper com Lula. Hoje o sentimento é o mesmo?

Stedile: A questão não é romper ou não. O MST é um movimento autônomo, que luta por melhorias das condições de vida de sua base e por mudanças na economia e na política. Nossa avaliação do governo Lula não é questão de sentimento, é de realismo político. E é evidente que as forças conservadoras têm mais espaço agora do que antes.

Folha: O MST cobra uma audiência com o presidente. Para dizer o quê?

Stedile: O presidente Lula está em dívida com o MST e com os camponeses. Seu governo não fez reforma agrária. Faremos a avaliação crítica do que não funcionou e o movimento.

Durante a entrevista, observamos que pouco se fala sobre as ações do MST e seus objetivos. As perguntas do entrevistador estão mais focadas na relação política do Movimento com o presidente Lula. Ainda que Stedile afirme que o MST é um movimento "autônomo" e independente, o jornalista insiste numa possível relação crítica entre o grupo e o presidente. Esse

fato fica aparente no título da entrevista, no qual se sobressai a voz discursiva do jornal - “*Lula está em dívida conosco*”, afirma Stedile. De todos os pontos importantes discutidos durante a entrevista, o que é destacado no título da publicação é o provável desentendimento entre o Movimento e o presidente Lula. Tal fato ocorre, também, durante as perguntas do jornalista. Nesse ponto, Falcone (2005, p. 47) observa que “todas as perguntas são realizadas pelo repórter, o que garante que a instituição, mesmo que abrindo espaço para o entrevistado (geralmente essas entrevistas ocupam meia página a uma página inteira) tenha o controle do tópico discursivo”. A autora ainda atenta para a diferença entre a notícia e a entrevista, afirmando que nesta última, ainda que haja um controle institucional, o tópico discursivo é mais “facilmente negociável” entre os interlocutores.

Das outras 3 entrevistas coletadas, duas são com Guilherme Cassel, que na época coordenava o ministério do desenvolvimento agrário. Observamos nas entrevistas dadas pelo ministro uma aparente imparcialidade no tocante aos temas em questão. Essa constatação corrobora com a afirmação de Van Dijk (2010, p. 99-100) de que as minorias serão majoritariamente representadas por *porta-vozes moderados*, isto é, “por aqueles que compartilham opiniões ou perspectivas da maioria”. Atentemos para um trecho de uma das entrevistas de Cassel:

Exemplo 2:

“Há invasões compreensíveis”, diz ministro (FSP, 23/02/2007)

Folha: As 13 invasões em São Paulo são condenáveis?

Guilherme Cassel: Sempre que a gente trabalha com ocupação de terra é preciso ver cada caso. Tem que ver cada uma dessas [13] ocupações, ver se é terra pública, se é terra abandonada, se é terra que já está na Justiça. Têm casos que são, no limite, compreensíveis. Outros casos, não. Os casos não aceitáveis devem ser tratados de forma rigorosa. Existem leis para isso.

Folha: O que são casos compreensíveis?

Cassel: Eu defendo que se aplique estritamente a lei, sempre. Mas poderia haver compreensão em casos comprovados de grilagem de terras públicas, com crimes ambientais, ou então em casos comprovados de terras com trabalho escravo, o que não é o caso do Pontal. Mas, mesmo nesses casos, eu defendo que se aplique sempre a lei.

Ao observar esse trecho, notamos que o jornalista, através das perguntas, incita o entrevistado a tomar um posicionamento sobre determinadas ocupações de terra promovidas pelo MST na época. Por outro lado, o ministro parece alterar seu discurso entre apoiar algumas ocupações e fazer cumprir a lei, não tomando um posicionamento bem delineado. Em uma nota de opinião publicada um dia após a entrevista com Cassel, observamos uma divergência entre o que o ministro diz durante a entrevista e o que ele, de fato, teria dito. Ressaltamos que a nota de opinião foi emitida pela coordenação de comunicação social do ministério do Desenvolvimento Agrário.

Exemplo 3:

Terra (24/02/2007)

O título do texto “Ministro acha que invasões de fazendas são compreensíveis” (Primeira página, 23/2) não condiz com a entrevista concedida ao repórter Eduardo Scolese. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, enfatizou na entrevista que defende rigorosamente a aplicação da lei e mencionou que poderia achar compreensíveis ocupações em dois casos específicos: em terras públicas comprovadamente griladas, com ocorrência de crimes ambientais, e em terras onde há comprovadamente trabalho escravo. Ao repórter, foi salientado que nenhuma das 13 propriedades rurais ocupadas recentemente no Estado de São Paulo está incluída nesses

dois casos. Da mesma forma, não procede o subtítulo aplicado no material jornalístico – ‘Petista afirma que a lei deve ser respeitada, mas diz que ações em terras griladas, por exemplo, podem ser aceitáveis’ (Brasil, pág. A7). O ministro não utiliza o termo ‘ocupação aceitável’ em ponto nenhum da entrevista.

Observamos, analisando o *Exemplo 3*, que a própria coordenação ligada a Cassel desmente certas afirmações feitas pelo ministro na entrevista concedida à Folha. A partir desse fato, poderíamos supor que, ou o jornal manipulou a entrevista do ministro para provocar uma reação contrária ao governo, ou o próprio ministro desejou desmentir suas afirmações, tomando um posicionamento mais favorável à aplicação das leis. De todas as formas, o MST continuaria não sendo representado, pois o que estava em discussão na pauta, assim como no *Exemplo 1*, não seriam as mobilizações do Movimento, mas uma tomada de posicionamento do governo sobre as ocupações realizadas pelo grupo. Desta forma, observamos, novamente, que, mesmo através de gêneros textuais com acesso mais direto, o jornal mantém o controle sobre a pauta (o planejamento), os atores sociais envolvidos no debate dos temas (cenário) e, sobretudo, quais gêneros serão utilizados para veicular a informação (VAN DIJK, 2010). Em alguns casos isolados, notamos a participação, por exemplo, da audiência, isto é, do público leitor comentando sobre o tópico discursivo. No corpus analisado, observamos esse fato uma única vez, numa nota de opinião. Observemos:

Exemplo 4:

Terra (23/02/2007)

A *Folha* mais uma vez ataca a reforma agrária (e, claro, o MST), mas desta vez sem argumentos e tentando enganar os leitores. O editorial ‘O bloco da invasão’ (Opinião, 21/2) diz que ‘nunca na história deste país, para entoar o refrão presidencial, a execução da reforma agrária terá sido entregue a seus lobistas como nos últimos quatro anos’.

Ora, durante toda a história deste país, a não execução da reforma agrária havia sido manuseada pelos lobistas contrários: latifundiários e companhia. A *Folha* bem que poderia dizer logo de cara: somos contra a reforma agrária no país campeão em concentração de terras.

No domínio jornalístico, as notas de opinião são gêneros textuais pouco visíveis. Na *Folha* de S. Paulo, elas geralmente são colocadas após, antes ou na mesma página de uma matéria que mantenha relação com uma publicação de uma mesma temática. Tal fato ocorre provavelmente porque, por ser o gênero textual de menor controle institucional, o jornal poderia, desta forma, inibir o impacto das declarações com outras publicações, como os editoriais, que são gêneros textuais que refletem a opinião do jornal por excelência. O que os dados revelam, e que queremos discurtir nesse ponto, é o princípio que orienta a teoria de Miller (2009) sobre os gêneros textuais: ao relacionar estes com as demais formas de ação social, podemos considerá-los como constituintes das relações de poder.

Outro exemplo do amplo controle institucional dos gêneros no domínio jornalístico são os artigos publicados na *Folha* comentando as ações do MST e sobre a Reforma Agrária. No corpus coletado, observamos o primeiro artigo - “*É legítima a ação de membros do MST e da CUT no Estado de São Paulo?*” (FSP, 24/02/2007) – que promove um debate sobre as ocupações realizadas pelo MST no estado de São Paulo. O artigo é dividido em duas partes, cada uma com uma opinião, intituladas “sim” e “não” como resposta à pergunta do título. Ressaltamos que nenhuma das respostas à pergunta-título é respondida por um representante do MST, cabendo a um professor e um advogado reponder às questões. Dois outros artigos foram escritos por Stedile – “*Uma justiça de classe*” (FSP, 17/04/2007) e “*Reforma agrária, por justiça e soberania popular*” (FSP, 11/06/2007) –, um dos representantes do MST, nos quais ele defende integralmente a reforma agrária e as ações do Movimento. No entanto, observamos, por exemplo, que alguns

dias após a publicação de um dos artigos de Stedile (FSP, 17/04/2007), a Folha publicou outro artigo intitulado “*Comédia Agrária*” (FSP, 22/04/2007), no qual um professor universitário critica abertamente as ações do MST, denominando-as “patéticas” e “violentas”.

Desta forma, compreendemos que poucos são os representantes do MST que têm espaço discursivo para comentar sobre suas próprias ações. Ademais, quando conseguem “acesso direto” ao discurso jornalístico, o jornal acaba por orientar o tópico discursivo, restringindo a temática no gênero para se enquadrar ao objetivo do jornal. Esse processo de marginalização de grupos sociais do espaço discursivo jornalístico não só dificulta o acesso das minorias ao domínio investigado, como orienta a audiência a compreender os temas da forma como o jornal deseja (VAN DIJK, 2010).

6. Considerações finais

A partir da análise dos dados, observamos uma provável marginalização dos representantes do MST do espaço discursivo da Folha para comentar sobre suas próprias mobilizações. Quando o acesso ao discurso ocorre, é através de representantes ou porta-vozes mais imparciais. Ademais, o controle dos eventos comunicativos restringe os entrevistados, por exemplo, de comentarem sobre o tema em questão, cabendo a eles responderem apenas às perguntas propostas pelo jornalista. A análise dos outros gêneros investigados revela uma pouca visibilidade das publicações – no caso das notas de opinião – ou um controle mais rígido do cenário – nos artigos, por exemplo.

Tais fatos apontariam para um objetivo da Folha de não legitimar as ações do MST em sociedade. Isso estaria relacionado ao interesse de uma manutenção no *status quo*, no qual os grupos minoritários estariam sempre sendo marginalizados do espaço discursivo, enquanto as intuições retêm o poder (FALCONE, 2005).

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1979]
- BAZERMAN, Charles. Gêneros Textuais, Tipificação e Interação. Orgs: DIONISIO, Angela. HOFFNAGEL, Judith. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Gênero, Agência e Escrita. Orgs: DIONISIO, Angela. HOFFNAGEL, Judith. São Paulo: Cortez, 2006.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Ed. Universitária, UnB 2001.
- FALCONE, Karina. O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal. Dissertação de Mestrado. PPGL/UFPE. Recife, 2005.
- _____. Gêneros textuais e o agir cognitivo. In: MIRLEU, I. RODRIGUES, M. C. (Org.). Ensino de língua e Literatura: políticas, práticas e projetos. Campina Grande: Bagagem, v. 1, p. 115-128, 2011.
- GIDDES, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fonte, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz A. Heráclito e o Hipertexto: o Logos do Hipertexto e a Harmonia do oculto. Conferência apresentada no I Congresso de Hipertexto, Recife, UFPE.
- _____. Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo. Parábola, 2010.
- MILLER, Carolyn. Comunidade retórica: a base cultural dos gêneros. In: DIONISIO, Angela. HOFFNAGEL, Judith. Estudos sobre Gênero Textual, Agência e Tecnologia. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 2009.
- VAN DIJK, Teun A. Discurso e Poder. São Paulo: Contexto, 2010.

LINGUAGEM E PERSUAÇÃO: A REFERENCIAÇÃO NA CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA DE CONSELHOS RELIGIOSOS

Guilherme de Oliveira Barbosa
Pedro Henrique de Oliveira Simões¹
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Discutimos neste trabalho a construção argumentativa do gênero textual *conselho religioso* por meio de atividades referenciais. Para isso, tomamos como corpus de análise conselhos religiosos elaborados pelo pastor R. R. Soares e publicados no jornal Show da Fé. Estudos em referenciação, realizados sob o ponto de vista sociocognitivo, norteiam as análises, bem como trabalhos em gêneros textuais, pois entendemos os gêneros como formas de controle social que organizam as atividades humanas de linguagem e que orientam a construção de sentido (MARCUSCHI, 2004). Com este trabalho, identificamos o modo como a atividade da referenciação contribui com a construção argumentativa dos conselhos religiosos e entendemos como a ação desse gênero textual na sociedade pode orientar a construção de sentidos moldados pelo ponto de vista ideológico da religião.

Palavras-chave: referenciação; argumentação; gêneros textuais; conselho religioso.

Abstract: In this work we will discuss the argumentative construction of the textual genre *religious advice* by means of referential activities. Our corpus is composed of the religious advice elaborated by the missionary R. R. Soares and published in the newspaper Show da Fé. Referencing studies from the social cognitive point of view orient the analysis as well as works on textual genres, for we understand genres as forms of social control that organize human activities

1. Graduandos em Letras – Licenciatura em Português – pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trabalho orientado pela Prof.^a Dr.^a Virginia Leal.

of language and conduct sense construction (MARCUSCHI, 2004). We identify the way referencing contributes to the argumentative construction of religious advice and understand how the action of this textual genre in society might guide the sense construction shaped by the ideological point of view of the religion.

Keywords: referencing; argumentation; textual genres; religious advices.

1. Introdução

Apresentamos neste artigo um estudo sobre a construção do caráter argumentativo do gênero textual *conselho religioso* a partir do processo discursivo de referenciação. Para isso, tomamos como dados de análise conselhos religiosos (doravante conselhos) construídos pelo pastor e líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, Romildo Ribeiro Soares, mais conhecido como R. R. Soares, e publicados no caderno *Palavra Amiga* do jornal Show da Fé². Esses conselhos aparecem como respostas a questionamentos realizados pelos leitores, cuja maioria é constituída por fiéis de tal igreja. Por ocupar o papel social de pastor e líder da igreja, pressupomos que Soares surja, entre seus leitores e fiéis, como aquele que possui o conhecimento da verdade, já que é visto como o agente transmissor e detentor do que vem a ser a palavra de Deus.

O estudo da construção argumentativa desses conselhos nos possibilita compreender os artifícios linguísticos dos quais tal pastor lança mão para convencer seu leitor e agir sobre ele, já que para agirmos sobre o outro precisamos dotar nossos enunciados de força argumentativa (KOCH, [1993] 2010). E, com isso, compreender também a ação que este gênero textual desempenha no meio social; na atividade retórica de orientação de sentido e persuasão. Este estudo nos parece relevante por surgir em meio a uma época em que, por vezes, a religião assume papel principal no que

2. O jornal Show da Fé foi tomado para análise pelo fato de possuir circulação nacional, com tiragem mensal de um milhão e cem mil cópias, ao preço de um real.

concerne a questões sociopolíticas no Brasil; além de estarmos lidando com um gênero marcadamente persuasivo, cuja organização interacionista se dá a partir da constituição de dois sujeitos postos em relação hierárquica, os quais chamaremos *sujeito-questionador*, que busca a resposta/verdade e *sujeito-aconselhador*, que tem a autoridade de dar a resposta; que assume papel central no tocante ao saber e à detenção da verdade.

Dentre os diferentes aspectos linguístico-discursivos que configuram as marcas argumentativas dos conselhos, e que poderiam ser explorados nas análises, iremos nos deter na atividade da referenciação, tendo-a como um processo discursivo e sociocognitivo, tal como discutem Koch e Marcuschi (1998), na linha proposta por Mondada e Dubois (1995), tendo em vista que as atividades de referenciação contribuem com a progressão do tópico discursivo e com a manutenção do caráter argumentativo do texto. Através da inserção dos chamados *objetos de discurso*, de suas retomadas, categorizações, recategorizações, o tema do texto vai sendo delineado; os *propósitos comunicativos* do autor e o seu *ponto de vista*, com seus argumentos, com suas tomadas de posição, seus posicionamentos ideológicos, vão sendo construídos.

Entendendo as ações referenciais na constituição das faces argumentativas dos conselhos, temos condições de caminhar para a compreensão de como esse gênero textual se organiza funcionalmente e age na sociedade, orientando sentido e se fazendo fato social. Desse modo, é preciso observar os gêneros para além de um olhar formal, ou seja, entendê-los como *formas de ação social* – tal como amplamente discutem Miller ([1984] 2009, [1994] 2009) e Bazerman (2006, 2009) em seus *Estudos Retóricos de Gêneros* –, que nos orientam na produção de sentido e que possibilitam, conforme Marcuschi (2004), o exercício do controle social e da instituição do poder. Compreender os gêneros como formas de ação social rompe com a perspectiva formal/estrutural de gêneros, que os toma como objetos estanques e estruturados na sociedade. Romper

com esta perspectiva formal é fundamental para compreender as ações que os gêneros desempenham, dando espaço para o aspecto social dos gêneros; para suas funções.

Para que nós possamos alcançar os objetivos aqui delineados, é preciso compreender, antes de tudo, que a língua não se esgota no código, na imanência do sistema linguístico, ou seja, que a língua não se trata apenas de um sistema abstrato de signos, ou formas linguísticas, mas sim, que a língua tem sua realidade fundamental no fenômeno da *interação verbal* (BAKHTIN; VOLOSHINOV, [1929] 2006). E que é pela língua, nas práticas interacionistas, que dotamos nossos enunciados de força argumentativa ao quisermos agir sobre o outro; persuadi-lo e convencê-lo (KOCH, 2010). Assim sendo, entendemos que a argumentação está na própria língua (DUCROT apud KOCH, 2010), que tem, em sua gramática, mecanismos que nos possibilitam construir argumentos e persuadir nossos interlocutores. É importante frisar, neste rumo, que essas ações sobre os outros são organizadas, pela linguagem, em forma de gêneros textuais, tal como discutiremos no tópico que segue.

2. Gêneros textuais: organizando ações, orientando sentidos

Ao desenvolver a teoria da estruturação da sociedade, Giddens ([1984] 2009) compreendeu que as ações humanas são responsáveis pela reprodução da estrutura social; que as instituições sociais, as coletividades, os grupos não se configuram à parte das ações humanas, ao mesmo tempo em que elas também não são isoladas da estrutura social. Ou seja, para a teoria da estruturação, na constituição da sociedade, o que está em jogo não é “a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo.” (GIDDENS, 2009, p. 2). Assim, não se pensa a sociedade a partir de uma relação dicotômica existente entre o sujeito e a estrutura,

estabelecendo “imperialismos” distintos, tal como afirma o teórico ao se referir ao imperialismo do sujeito nas sociologias interpretativas e ao imperialismo da instituição no estruturalismo/funcionalismo social.

Miller ([1994] 2009), seguindo a linha proposta por Giddens (1981), afirma que a “‘estruturação’ descreve nossa experiência de que as relações sociais são estruturadas no tempo e no espaço” (p. 50). Nesse sentido, a estruturação seria a forma como se organizam as relações existentes entre sujeito e instituições no tempo e no espaço, ainda que essa estruturação seja de caráter virtual: “embora a estrutura tenha apenas uma existência virtual fora do espaço-tempo, mesmo assim tem que ser realizada no espaço-tempo” (p. 51). Seguindo este rumo, Miller discute a importância do conceito de “reprodução da estrutura” proposto por Giddens, segundo o qual as ações dos sujeitos em sociedade reproduzem a estrutura social das coletividades, sendo assim possível estabelecer, para a autora, uma conexão entre o conceito de *reprodução* e o conceito de *recorrência* configurado pelos estudos da Retórica, pensando que a noção de reprodução acrescenta a ação dos participantes no processo de constituição da estrutura social:

O que a noção de reprodução acrescenta é a ação dos participantes; atores sociais *criam* recorrência em suas ações ao reproduzir os aspectos estruturais das instituições, ao usar estruturas disponíveis como meio para sua ação e, desse modo, produzir essas estruturas de novo como resultados virtuais, disponíveis para futura memória, interpretação e uso (MILLER, [1994] 2009, p. 51-52, grifo da autora).

Desse modo, podemos encarar o gênero como um “*constituente* específico e importante da sociedade, um aspecto principal de sua estrutura comunicativa, uma das estruturas de poder que as instituições exercem” (MILLER, 2009, p. 52, grifo da autora), já que as ações humanas no mundo, que agem na reprodução da estrutura social, são ações

organizadas em forma de gêneros. Por isso a necessidade de entendê-los como formas *recorrentes* de ação social, em que a recorrência se dá por meio de situações análogas e similares nas quais os gêneros aparecem, tal como foi discutido em Miller (1984) e rediscutido em Miller (1994), agora estabelecendo a conexão existente entre a *recorrência* dos estudos retóricos e a *reprodução* dos estudos da estruturação. Assim sendo, temos condições de compreender que os gêneros, usados em diversas situações *recorrentes*, tecem a *reprodução* da estrutura, estabelecendo tipificações sociais e se fazendo reconhecíveis na sociedade.

Os gêneros, neste sentido, cumprem com funções sociais, de modo que agem sobre os sujeitos ao mesmo tempo em que são por eles configurados nas diferentes situações de uso. A recorrência dessas situações de uso da linguagem emerge como tipos, garantindo aos gêneros uma tipificação, com a qual eles se tornam reconhecíveis na sociedade. A tipificação, diferente da noção de estrutura por vezes³ designada aos gêneros, não é rígida; tem caráter “relativamente estável”, para usar as palavras de Bakhtin (1997) em seu estudo acerca dos gêneros do discurso. Isso mostra que o que faz com que um gênero seja reconhecido e usado, são as ações e funções resultantes de seus usos recorrentes, tipificados, e não de uma estrutura estanque e rígida: os gêneros não se estruturam na sociedade, mas se tipificam. Bazerman (2006), neste rumo, aponta os gêneros como ambientes que orientam nossos pensamentos, organizam nossas atividades; como formas de vida e *frames* para a realização das ações sociais:

3. Marcuschi (2011) ressalta que na tradição de estudos em gêneros muito se discutiu acerca da estrutura dos gêneros. Para o linguista, Bakhtin (1997) em sua discussão acerca dos gêneros do discurso, que aponta os gêneros como *tipos relativamente estáveis*, pareceu estar mais preocupado com o caráter de relatividade do que com o caráter de estabilidade dos gêneros, sendo que a tradição de estudos desta natureza, instituída após Bakhtin, pareceu não perceber essa preocupação e assim se debruçar sobre o caráter de estabilidade, fazendo dos gêneros elementos estruturados socialmente.

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São *frames* para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. (BAZERMAN, 2006, p. 23, grifos do autor).

Seguindo a linha proposta pelos Estudos Retóricos de Gêneros, Marcuschi (2002b, p. 19) ressalta que os gêneros são “entidades sócio-discursivas e formas de ação social”; são “elementos maleáveis, dinâmicos e plásticos” que possibilitam a organização dos elementos discursivos e cognitivos necessários para nossas inserções em situações diversas de uso. Elementos esses que, ainda conforme Marcuschi (2004, p. 8), possibilitam o exercício de poder e o controle social: “os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder”, tendo em mente que poder e controle instauram-se na linguagem, nas atividades discursivas, com as quais “as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (FAIRCLOUGH, [1992] 2008, p. 91).

Assim sendo, os gêneros são espaços nos quais relações de poder podem ser estabelecidas, já que é pela linguagem, na atividade discursiva, que nós persuadimos, manipulamos, convencemos o outro de nossas verdades e reproduzimos pensamentos, ações, valores de uma sociedade. É no e pelo discurso, aqui visto como *prática social*, que temos condições de construir o mundo e suas verdades, construir e reproduzir fatos sociais, pois antes de ser uma forma de representação do mundo, o discurso é uma forma de significação dele: “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 91).

As perspectivas de gênero como ação social e de discurso como prática social nos são importantes neste trabalho ao passo em que nos

proporcionam uma abordagem de natureza não meramente formal/estrutural de gênero e discurso. Dessa forma, não serão aqui exploradas, no decorrer das análises, apenas as características que compõem os aspectos formais dos conselhos, mas, sobretudo, o modo como a atividade de referência age na constituição de sua função social e discursiva: *aconselhar*. Desse modo, podemos entender como esse gênero se organiza enquanto ação dotada de *força argumentativa*; como ele orienta sentido agindo sobre o leitor e como se constitui enquanto fato social, na reprodução do pensamento religioso.

Para compreender a ação social do gênero em questão temos que entender também o fio dialógico existente entre ele e outros gêneros do domínio discursivo religioso, como mensagem religiosa, sermão, oração etc., que fazem parte do *conjunto de gêneros* (BAZERMAN, 2009) do pastor R. R. Soares, já que a relação intertextual que o conselho mantém com esses outros gêneros é fator de sua constituição enquanto forma de ação. Para Bazerman (2009, p. 32), o *conjunto de gêneros* compreende a “coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir”, sendo que estes textos mantêm faces intertextuais entre si; faces que agem na constituição de identidades temáticas e de propósitos comunicativos.

Estes gêneros textuais que fazem parte do conjunto de gêneros do pastor, e, assim sendo, que circulam no domínio discursivo religioso, são formas de ação que se constituem fundamentalmente como persuasivas, porque buscam levar aos sujeitos pensamentos atravessados ideologicamente pelo dogma religioso com o objetivo de fazê-los perceber tais pensamentos como verdades puras, absolutas, que não podem ser questionadas. Isso se dá pelo fato de ser a religião, como aponta Geertz (2008, p. 67), um sistema simbólico de construção de conceitos que age de modo a estabelecer disposições e motivações aparentemente realistas em seus fiéis, ou seja, um sistema que procura induzir aquele que crê a

um conjunto de disposições e motivações que se caracterizam, conforme o estudioso, por serem “poderosas, penetrantes e duradouras” e possuírem vestes de “fatualidade”, vestes de verdade. Na definição do próprio teórico, a religião consiste em um

sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 2008, p. 67).

Assim sendo, temos em vista que os conselhos escritos pelo pastor R. R. Soares são formas de ação constitutivamente persuasivas, já que se edificam dentro do sistema religioso, estabelecendo *disposições* e *motivações* em seus fieis a partir de discursos aparentemente realistas e supostamente detentores da verdade; além de possuírem, também, uma organização interacional hierárquica, como já afirmamos, em que temos a figura do questionador (sujeito-questionador) e daquele que possui a autoridade, o prestígio, de ser o detentor da resposta ou da verdade (sujeito-aconselhador), o que nos faz perceber esses conselhos como espaços bastante propícios para o exercício do poder e do controle social.

3. Referenciação, categorização e argumentação

A posição que assumimos neste trabalho com relação aos estudos da referência advém do âmbito da sociocognição e do discurso, ou seja, partimos do pressuposto de que a construção da referência resulta da ação discursiva da referenciação e não da etiquetagem dos referentes na proposição/discurso. A referenciação, neste sentido, consiste em uma atividade discursiva que é realizada sociocognitivamente pelo sujeito, em

suas práticas de linguagem no mundo, na concepção de *objetos de discurso*, e não de referentes alheios à linguagem, tal como amplamente discutem Koch e Marcuschi (1998), Koch (2002), Marcuschi (2002a) com âncora na linha teórica proposta por Mondada e Dubois (1995). A referenciação, para estes estudiosos, é constitutivamente discursiva, como aponta o trabalho de Apothéloz e Reicher-Béguelin (1995, p. 228):

De maneira geral, argumentaremos [...] em favor de uma concepção construtivista da referência [...]; assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados ‘objetos-de-discurso’ não preexistem ‘naturalmente’ à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – desta atividade (apud KOCH, 2008, p. 101).

Como discutem os autores, para esta posição teórica, os *objetos de discurso* não preexistem naturalmente à atividade de linguagem, sendo essa atividade a responsável pela criação desses objetos na relação que o sujeito mantém com o mundo, pensando aqui um sujeito social imerso em uma dada cultura, constituído de valores, crenças, conhecimentos de mundo. Assim sendo, identificamos o rompimento desta perspectiva com a ideia de que as referências sejam entidades extralinguísticas, objetos do mundo, etiquetas presas à realidade, como discutiram os teóricos das semânticas lógico-filosóficas. O mundo comunicado, para a teoria da referenciação, antes de ser um constructo exterior às atividades de linguagem dos sujeitos, é resultado do modo como os sujeitos o veem e a ele se referem; como os sujeitos agem em relação ao outro e às coisas pela linguagem.

O problema da referência, assim sendo, sai de um ponto de vista lógico, cuja preocupação central estava voltada para a relação de verdade existente entre a proposição e o mundo, e alcança o ponto de vista discursivo, com o qual compreendemos o papel da linguagem na constituição

da relação existente entre o sujeito e o mundo; e com o qual passamos a compreender também que a verdade não é etiquetada na linguagem, mas nela instaurada. Ocorre, por isso, uma mudança quanto à terminologia teórica, que passa de *referência* para *referenciação* (KOCH, 2002). Para Marcuschi (2002a, 2007), a construção do mundo e da realidade se dá a partir dos trabalhos de linguagem que os sujeitos realizam sociocognitivamente. Isso mostra que o mundo comunicado não é fruto de uma “identificação de realidades discretas”, mas resulta das ações desempenhadas linguisticamente pelos sujeitos na sociedade:

O mundo comunicado é sempre fruto de uma ação cognitiva e não de uma identificação de realidades discretas apreendidas diretamente. O mundo é um contínuo de sensações e a realidade empírica não tem um contorno imediatamente apreensível. A forma de discretização do mundo na forma como o comunicamos é um trabalho sócio-cognitivo sistemático (MARCUSCHI, 2002a, p. 47).

Neste sentido, o autor ainda afirma:

Assim nem o mundo nem a linguagem tem uma estabilidade a priori e, se nenhum dos dois está previamente discretizado de modo definitivo, a estabilização e a discretização deve decorrer de um trabalho dos indivíduos que interagem linguisticamente (MARCUSCHI, 2007, p. 137).

A teoria da referenciação nos é importante neste trabalho na medida em que nos possibilita compreender como a linguagem, na criação, recreação; categorização, recategorização de objetos de discurso, atua na construção do fio argumentativo dos conselhos, nosso objeto de estudo, e, conseqüentemente, na concepção de verdades sociais e pontos de vista, moldados pela ideologia dogmática, que agem no processo de

orientação de sentido, abrindo espaço, assim, para a atividade de persuasão, manipulação, enfim, para ação do sujeito sobre o outro. A construção do fio argumentativo do discurso é atuante na ação persuasiva, pois para podermos agir sobre o outro, como aponta Koch (2010), dotamos nossos enunciados de força argumentativa. E a referenciação tem participação fundamental neste processo.

Percebendo a ação da referenciação e da categorização na constituição de verdades; na concepção do mundo comunicado, ideologicamente contornado pelo ponto de vista religioso, teremos condições de compreender a ação retórica do gênero, com a instauração de um fio de funções e propósitos comunicativos recorrentes, interligados a outras *formas de ação social* instauradas no domínio discursivo religioso, como a mensagem, o sermão, a oração etc., apontadas anteriormente como formas constitutivas do conjunto de gêneros do pastor R. R. Soares enquanto agente religioso. A construção do argumento, em um texto, com a qual o sujeito possa agir sobre o outro, ocorre por meio da categorização do objeto de discurso que, para Koch (2008), constitui-se como o processo de função argumentativa no discurso:

tanto a categorização como a recategorização de um objeto-de-discurso têm função argumentativa. Ao recategorizar um objeto já categorizado anteriormente, o locutor o apresenta sob novas luzes, enquadra-o em novas categorias, procurando chamar a atenção para novas qualidades/propriedades deste que considera necessário enfatizar para a realização de seu projeto de dizer (KOCH, 2008, p. 110).

Ou seja, é o processo de categorização que dá o ar de argumentação a um texto, que veste o discurso de avaliação e de tomada de posição, tendo em vista que tal processo se constrói a partir das escolhas lexicais necessárias para a realização do projeto de dizer dos sujeitos. A catego-

rização pode se dar a partir da introdução, associação, encapsulamento do objeto e é uma ação que dá espaço à prática de legitimação ou deslegitimação de grupos e atores sociais, tal como defende Falcone⁴ (2011). Isso mostra que antes de ser um fenômeno aprioristicamente construído, a legitimação é um processo instituído por meio de um continuum de práticas de categorização, instauradas sociocognitivamente no discurso. Em outras palavras:

Situar a legitimação no âmbito sociocognitivo e discursivo requer uma compreensão de *como* atores e grupos sociais agem na constituição desse fenômeno. Se é uma ação humana (individual e coletiva) estabelecer o (i)legítimo, tal ação se dá a partir de operações de naturezas sociais e cognitivas. *Entendemos que essas operações resultam em atividades de categorizações de atores e grupos sociais*, tendo como sustentação os modelos mentais e as representações sociais construídas coletivamente sobre esses grupos e seus participantes (FALCONE, 2011, p. 18, grifos nossos).

O trabalho de Falcone (2011) nos permite compreender o modo como as atividades de categorização social, a partir das ações humanas operadas social e cognitivamente, contribuem com o estabelecimento do que vem a ser legítimo ou ilegítimo entre os agentes de uma sociedade. Isso desvela o discurso de que determinadas ações, grupos, sujeitos são legítimos ou ilegítimos aprioristicamente, instituídos por um determinismo social que pode possibilitar o desenrolar de práticas de preconceito e discriminação. Os discursos têm poder de legitimar e deslegitimar a partir

4. Falcone (2011) se reporta, para realizar sua discussão acerca do fenômeno da categorização social na constituição do caráter de legitimação ou deslegitimação de grupos e atores sociais, aos trabalhos de estudiosos da categorização no campo da linguística cognitiva e da legitimação na análise crítica do discurso.

de um *continuum* de categorizações sociais que é estruturado ideologicamente; pela intenção de agir sobre o outro, o que nos leva a reforçar a falência da neutralidade discursiva⁵.

Com relação às formas possíveis de inserção de objetos de discurso em um texto e de suas retomadas e categorizações, Koch (2002) nos diz que a ativação do objeto de discurso pode se dar de duas maneiras: a ativação *não ancorada* e a ativação *ancorada*. Para a autora, o primeiro caso consiste na inserção de objetos completamente novos, que não foram anteriormente ativados, passando, assim, a estabelecer o que ela chama de “endereço cognitivo”, que permitirá a realização de retomadas, associações, categorizações: “A introdução será não-ancorada quando um objeto-de-discurso totalmente novo é introduzido no texto, passando a ter um ‘endereço cognitivo’ na memória do interlocutor.” (KOCH, 2002, p. 33).

No tocante à segunda forma de ativação do referente no texto, Koch (2002) afirma que será uma ativação ancorada aquela que inserir um objeto também novo no discurso, mas que possui uma âncora cognitiva já estabelecida, seja por algum tipo de associação a elementos do co-texto ou do contexto sociocognitivo: “Tem-se uma ativação ‘ancorada’ sempre que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo” (p. 33). São casos de ativação ancorada, para Koch (2002), as anáforas associativas e indiretas, que, por meio de *pronomes* ou *formas nominais*, criam novos objetos de discurso com base em informações dadas, operando encapsulamentos/sumarizações de segmentos textuais (KOCH, 2002, 2008).

5. Bakhtin e Voloshinov ([1929] 2006), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, já nos apontavam a natureza constitutivamente ideológica do signo, afirmando que toda ação simbólica, ou ação de linguagem, reflete e refrata a realidade ideologicamente: “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.” (p. 30).

É importante frisar, contudo, que as formas nominais, quando inseridos no texto, não têm apenas função de referir, em se tratando da superfície textual, mas, além disso, têm função de contribuir com a construção dos sentidos que o texto orienta, “indicando pontos de vista, assinalando *direções argumentativas*, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva” (KOCH, 2005, p. 106, grifo nosso). Ou seja, as formas nominais são multifuncionais e seu estudo nos permite entender a construção do argumento em textos diversos, levando em consideração que a argumentação está na própria língua, como defende Koch (2010) com base na Teoria da Argumentação na Língua do linguista Oswald Ducrot.

No tópico que segue, realizaremos as análises dos conselhos com base nos estudos da referenciação, observando a importância das inserções dos objetos de discurso, de suas retomadas por meio de pronomes ou formas nominais, de suas categorizações, para a construção do argumento; do fio argumentativo dos textos, sem perder de vista a função social deste gênero textual: o aconselhamento.

4. A referenciação na construção argumentativa do gênero *conselho religioso*

Iremos nos voltar agora para a análise do corpus, que consiste em dois conselhos religiosos publicados no caderno *Palavra Amiga* do jornal Show da Fé. O primeiro conselho (C1) encontra-se no número setenta e dois do jornal, referente ao mês de janeiro de 2012. Já o segundo (C2) foi publicado no número oitenta e dois do mesmo jornal, referente ao mês de novembro de 2012.

Para darmos início às análises, primeiramente, faz-se importante compreender, de modo muito básico, a configuração do gênero em questão. Se bem notarmos, como nos permite o conselho que segue – C1 –, o

gênero se organiza da seguinte maneira: a posição de um sujeito-enunciador que se apresenta como o questionador (doravante *sujeito-questionador*), que envia uma pergunta ao jornal com o objetivo de que essa seja atendida pelo pastor e publicada; a construção de um sujeito-enunciador que aconselha (doravante *sujeito-aconselhador*), que atende à pergunta daquele que realizou o questionamento, sendo esse segundo sujeito representado pelo pastor R. R. Soares. Isso mostra que o gênero em si já se configura de maneira que os enunciadores assumem posições hierarquicamente constituídas se comparadas umas às outras, como outrora afirmamos, em que o pastor ocupa uma figura de “autoridade” frente a seus leitores, como o possível detentor da verdade, das respostas que possam suprir os questionamentos que os leitores realizam. Observemos:

CI:

Qual é a atitude correta que a esposa deve ter se for ela quem supre as necessidades da casa, já que o esposo, sendo cristão e saudável, não contribui de maneira consistente e sólida?

R: O papel da esposa não depende do jeito do marido, mas daquilo que a Palavra preceitua para ela: ajudadora submissa, companheira, mestra do bem, boa dona de casa, boa mãe, amante do marido, honesta, proativa e, acima de tudo, sábia (Efésios 5.22-24; Tirato 2.3-5; Provérbios 14.1). Com todas essas qualidades, a mulher de Deus saberá santificar o marido e repreender todo o mal que atue nele, levando-o a agir como também ensina a Escritura quanto ao papel que lhe cabe como líder do lar.

No conselho acima, o sujeito-questionador realiza um questionamento acerca de como a mulher deve agir (quais atitudes deve tomar) com relação a um marido “cristão e saudável” que não “contribui de maneira consistente e sólida” com as necessidades da casa. O sujeito-aconselhador, em resposta, busca orientar a compreensão de que a mulher deve agir em

posição inferior à do marido em seu casamento. Isso pode ser notado logo no primeiro período do conselho, no qual o sujeito-aconselhador insere o objeto de discurso “O papel da esposa” e afirma que esse papel, independentemente do jeito do marido, deve ser cumprido de acordo com o que a “Palavra” preceitua para ela: “O papel da esposa não depende do jeito do marido, mas daquilo que a Palavra preceitua para ela”.

Para Koch (2008), sempre que construímos um texto, o primeiro passo que damos é a elaboração de um objeto de discurso, que se fixará na memória textual, de modo a criar um nódulo cognitivo passível de retomadas, remissões, categorizações etc. Ainda no primeiro período, o sujeito-aconselhador categoriza o objeto de discurso “O papel da esposa” com os seguintes pontos, os quais a mulher deve cumprir em seu “papel”: “ajudadora submissa, companheira, mestra do bem, boa dona de casa, boa mãe, amante do marido, honesta, proativa e, acima de tudo, sábia (Efésios 5.22-24; Tirato 2.3-5; Provérbios 14.1).”. A elaboração dessas atribuições que a mulher deve ter em seu casamento é endossada com a citação de livros bíblicos, como uma forma de dar legitimidade ao argumento; de mostrar que esses livros preconizam tais papéis para a mulher.

O pastor rotula estes papéis da mulher, logo em seguida, com a forma nominal “essas qualidades”, construindo, assim, o argumento de que esses papéis se tratam de qualidades e de que é com elas que a mulher saberá levar o seu marido a cumprir o papel que a ele é designado, que, neste caso, é categorizado pelo pastor como “líder do lar”, argumentando a favor da compreensão de que o homem deve assumir um papel central, de líder, acima ao papel da mulher no casamento. Assim sendo, o pastor finda levando o sujeito-questionador a compreender que, se o marido não cumpre com seu papel, não contribuindo de forma consistente com as necessidades da casa, a mulher é que irá, com as “qualidades” que lhe cabe enquanto esposa, “santificar o marido e repreender todo o mal que

atue nele”, direcionando para a esposa a responsabilidade de fazer com o que o marido cumpra com seu papel de “líder do lar”.

Diante disso, podemos perceber a importância da referenciação para a construção argumentativa do texto e, assim sendo, para a consolidação da ação do sujeito-aconselhador sobre o sujeito-questionador, tendo em vista também a posição que ambos assumem e a função social do gênero em questão. A função de aconselhar é uma função que nem todo sujeito assume, por nem todo sujeito ter respaldo e autoridade para isso. O papel social que R. R. Soares assume lhe concede este privilégio e isso mostra a importância da relação existente entre o *ator social* e o *gênero textual*, principalmente quando se trata de gêneros marcadamente persuasivos, tal como o conselho. O C2, que segue, nos permite perceber também a ação de autoridade do sujeito-aconselhador neste espaço discursivo e o modo como a referenciação age na construção do argumento, sempre com âncora no discurso bíblico, por vezes representado pelas palavras “Palavra”, “Escritura” etc.

C2:

Tenho um irmão homossexual que não respeita nossa casa, a ponto de trazer homens para dormir com ele. Devo ser radical e não aceitar tal comportamento?

R.: A irmã precisa tomar cuidado para não cair no laço do diabo. Ao expulsar seu irmão de casa, você vai colaborar para que ele saia revoltado com a intolerância dos evangélicos, o que irá endurecer ainda mais seu coração para a Palavra. Veja como a Bíblia diz que você deve agir: *E ao servo do senhor não convém contender, mas, sim, ser manso para com todos, ato para ensinar, sofredor; instruindo com mansidão os que resistem, a ver se, porventura, Deus lhes dará arrependimento para conhecerem a verdade e tornarem para despertar, desprendendo-se dos laços do diabo, em cuja verdade estão presos.* (2 Timóteo 2.24-26). Entretanto, você pode e deve dizer a ele que

não permite nenhuma prática pecaminosa na sua residência. O importante é nunca dar lugar à carne; portanto, com a autoridade que você tem em Cristo, use sua fé para, em Nome de Jesus, repreender toda ação maligna em sua casa e família, sempre intercedendo por cada pessoa, inclusive os amigos de seu irmão. Logo isso tudo irá mudar, porque o diabo não suporta a presença de quem é filho de Deus e conhece seus direitos. Nesse sentido, o Curso Fé pode ajudá-la muito. Ele está disponível no site Ongrace.

O sujeito-aconselhador, neste conselho, busca orientar o sujeito-questionador no modo como ele deve agir com relação a seu irmão homossexual. No início do texto, podemos identificar a inserção *não ancorada* do objeto de discurso “laço do diabo”, que, possivelmente, faz menção à situação retratada na pergunta. No segundo período, o pastor aponta sua preocupação com relação à possível revolta que o irmão venha a ter contra a igreja e os evangélicos, caso ele seja expulso de casa: “Ao expulsar seu irmão de casa, você vai colaborar para que ele saia revoltado com a intolerância dos evangélicos, o que irá endurecer ainda mais seu coração para a Palavra.”. Neste trecho, identificamos a ação anafórica do pronome “ele” e da forma nominal “seu coração” para a progressão do tópico discursivo e, conseqüentemente, para a manutenção do argumento.

Além disso, identificamos também a inserção do objeto de discurso “Palavra”, tal como ocorreu no CI, com a qual o autor busca mostrar que o fato de se revoltar contra a igreja levará o irmão homossexual do sujeito-questionador a endurecer seu coração contra a bíblia. Isso pode ser visto como uma estratégia de orientar o sentido para a compreensão de que se algum sujeito se revoltar contra a igreja, automaticamente estará sendo contra também à “palavra de Deus”. Para dar ar de legitimidade e de veracidade ao seu discurso, o pastor lança mão de uma citação, de um discurso direto, da voz religiosa, considerada como a voz da verdade e da razão na tradição cristã.

Logo depois, o pastor afirma que será por meio da fé que o sujeito-questionador tem em Cristo que ele conseguirá combater toda a ação maligna que se encontra em sua casa: “[...] portanto, com a autoridade que você tem em Cristo, use sua fé para, em Nome de Jesus, repreender toda ação maligna em sua casa e família [...]”. A utilização do pronome “você” e das formas nominais “sua fé” e “sua casa e família” contribui para a construção da persuasão no texto, que busca orientar o leitor a agir de determinada maneira. Além disso, o pastor, neste trecho, categoriza de “ação maligna” o fato de o irmão homossexual levar “homens para dormir com ele”, como relata o sujeito-questionador. Esta orientação de sentido pode permitir o desencadear de atos de preconceito e também de discriminação por parte do sujeito-questionador, tendo em vista que, além de categorizar a ação do irmão como uma “ação maligna”, uma “prática pecaminosa”, o pastor afirma também que o sujeito-questionador deve agir com repreensão. Isso mostra como a categorização social tem poder para legitimar determinadas ações e grupos sociais, como nesse caso, em que o pastor legitima a atividade de *repreensão* à ação do irmão homossexual em levar homens para dormir em casa.

Ambos os conselhos aqui analisados, por meio do processo de construção de objetos de discurso e de sua categorização, se configuram como gêneros que orientam sentidos sempre com uma função persuasiva. E as ações sociais que esses gêneros realizam sobre os leitores do jornal são ações que podem despertar práticas ruins. Com as análises, pudemos observar como os gêneros se configuram e se tornam reconhecíveis socialmente. Assim, percebemos que os gêneros, como defende Marcuschi (2004), se prestam às mais variadas formas de controle social e, pelo fato de serem formas de ação, contribuem para a reprodução e produção de sistemas sociais e ideológicos.

Disso, percebemos também o papel da atividade de referenciação para a construção do argumento, já que, a partir da inserção e categori-

zação de objetos de discurso, os argumentos de tais conselhos vão sendo delineados, de modo que as verdades defendidas pelo pastor sustentam o ponto de vista religioso. Assim sendo, é importante frisar aqui a importância da construção argumentativa do texto para sustentar verdades, posicionamentos, tendo em vista que, para agirmos sobre os outros, precisamos dotar nossos enunciados de força argumentativa, como bem observa Koch (2010).

Este pensamento toma como certo que os discursos não são espelhos da realidade ou que as verdades são etiquetas do mundo, mas sim, que os discursos diversos que encontramos na sociedade significam a realidade e o mundo (FAIRCLOUGH, 2008); constroem e reconstróem o mundo em significado; constroem e reconstróem verdades, fatos, realidades sociais e que esses discursos têm poder de agir sobre o outro, através da atuação do sujeito que, conforme Marcuschi (2007, p. 141), instaura e diz o mundo: “O sujeito não é apenas enunciativo e sim também social e nesta ação social situada ele instaura e diz o mundo.”.

5. Considerações finais

Após as reflexões aqui fundadas, com base nas análises dos conselhos, podemos constatar que este gênero textual possibilita a criação de espaço para a realização de controle social e de atividades de persuasão, tendo em vista que encontramos a posição do pastor como posição de prestígio, que possivelmente possui a verdade e a razão; que possui as respostas para os questionamentos diversos que venham a surgir. É o processo de referenciação, aqui tido como processo que se compõe discursivamente, contribui significativamente para a orientação de sentido que o gênero pretende; para a configuração argumentativa do texto, pensando aqui que a argumentação, como nos faz compreender Koch (2010), é essência da língua, das práticas de linguagem.

Desse modo, podemos perceber, a partir das análises, que a referência, como defende Koch (2005), possui um caráter multifuncional, em que as formas nominais e os pronomes não apenas fazem referência a algo, mas, dessa referência, contribuem com a manutenção do caráter argumentativo do texto, ainda mais em se tratando textos do domínio discursivo religioso, já que são de natureza constitutivamente argumentativa.

Entendemos, assim, que a ação da religião no processo de argumentação é sempre tida como legítima socialmente, já que seus argumentos são sempre configurados com âncora ao discurso bíblico; discurso esse que, nos últimos anos, tem sido difundido de diferentes formas⁶ na sociedade; por meio de diferentes linguagens, o que aponta para o crescente fortalecimento⁷ que a religião vem tendo neste princípio de século XXI.

Em face disso, a necessidade de estudar o discurso religioso nos parece sempre evidente, ainda que seja uma ação de linguagem já bastante explorada em pesquisas acadêmicas. A religião é uma instituição de poder – político, econômico, social –, e ela, em um país de base cultural cristã como o nosso, tem força para instituir verdades, agir sobre o outro ou até mesmo sobre o regimento político do país, sempre guiada por um propósito, por um objetivo a cumprir, pela reprodução de sua ideologia e

6. Destacamos aqui, por exemplo, o uso do suporte jornal como meio de alcançar grande massa populacional. Dentre os diversos jornais de instituições religiosas hoje circulantes no Brasil, podemos destacar o jornal *Folha Universal*, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), criado em 1992 e que conta com a circulação de 2,5 milhões de exemplares; o jornal aqui tomado como corpus, o *Show da Fé*, da Igreja Internacional da Graça de Deus, criado em 2006 e que conta com a circulação de 1,1 milhão de exemplares; além de inúmeros programas religiosos em diferentes redes de televisão. Além da mídia impressa e televisiva, vale ressaltar também a existência da mídia digital religiosa, com sites específicos das igrejas e também dos jornais. Na categoria da Wikipédia *Jornais religiosos brasileiros* identificamos ainda a listagem de outros quatro jornais, além dos outros dois já aqui citados: http://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Jornais_religiosos_do_Brasil.

7. Este fortalecimento pode ser atestado segundo pesquisa realizada pelo Serviço de Evangelização para a América Latina (Sepal), que aponta a estimativa de que no ano de 2020 metade da população brasileira será evangélica.

pela sustentação de seu pensamento, dotando seus discursos, retomando as palavras de Geertz (2008), de áureas de “fatualidade”.

Acreditamos que isso aparece como ruim na medida em que dê passagem para o desencadeamento e o fortalecimento de preconceitos e de discriminação, tal como constatamos nas análises dos conselhos, em que o pastor R. R. Soares buscou orientar seus leitores para determinadas ações que, de seu ponto de vista, são legítimas, mas que podem orientar o desencadeamento de ações ruins. É irremediavelmente pela linguagem que as orientações de sentidos e ações se dão, na configuração de *fiões argumentativos* que sustentem pontos de vista, posicionamentos, verdades nos mais diferentes tipos de texto; nas mais diferentes *formas de ação social*.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAZERMAN, Charles. A vida do gênero, a vida na sala de aula. In: HOFFNAGEL, Judith; DIONISIO, Angela (org.). *Gênero, agência e escrita*. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: HOFFNAGEL, Judith; DIONISIO, Angela (org.). *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2009.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2008.
- FALCONE, Karina. A legitimação e o processo de categorização social. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 16-31, 2011.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KOCH, Ingedore. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Como se constroem e reconstróem os objetos-de-discurso. *Investigações*, Recife, v. 21, n. 2, p. 99-114, 2008.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2002.

KOCH, Ingedore; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA* [online], vol. 14, p.00-00, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: _____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 43-62, 2002a.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim. org. *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002b.

_____. O papel da atividade discursiva no exercício do controle social. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 7, p. 7-33, 2004.

_____. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 7-22, 2006.

MILLER, Carolyn. Comunidade retórica: a base cultural dos gêneros. In: HOFFNAGEL, Judith; DIONISIO, Angela (org.). *Estudos em gêneros textuais, agência e tecnologia*. Recife: UFPE, 2009.

_____. Gênero como ação social. In: HOFFNAGEL, Judith; DIONISIO, Angela (org.). *Estudos em gêneros textuais, agência e tecnologia*. Recife: UFPE, 2009.

O USO DOS PRONOMES TU E VOCÊ DE CARÁTER ESPECÍFICO E GENÉRICO EM CONVERSAS NO MEIO DIGITAL

Maria Julia Nascimento Sousa Ramos

Yalis Duarte Rodrigues Lima¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Propõe-se, neste trabalho, apresentar o estado atual do uso dos pronomes referentes à segunda pessoa do singular, genéricos e específicos, analisando a escrita digital de jovens universitários do Rio de Janeiro e, comparando os resultados com pesquisas anteriores, avaliar a possibilidade de uma mudança em curso no sistema pronominal do português brasileiro. Por se tratar de duas formas que competem entre si, adotamos os pressupostos da Teoria Variacionista Laboviana (Labov, 1972, 2008) e o Funcionalismo linguístico. Os resultados encontrados apontam uma expansão de contexto do uso do pronome, sugerindo uma possível mudança em curso.

Palavras-chave: Pronome; Segunda Pessoa do Singular; Variação.

Abstract: This paper aims to present the current state of use of second person singular pronouns with specific and generic reference among young people. The comparison of our results to previous research on the subject points to the possibility of a change in progress in the pronominal system of Brazilian Portuguese. As we have two alternative expressions for the same reference, we adopted Labovian Variationist Theory (Labov, 1972, 2008) and linguistic functionalism. The results point to the expansion of contexts of use of the pronoun TU, suggesting a possible change in course.

Keywords: Pronouns; Second Person Singular; Variation.

1. Graduandas em Letras/Espanhol, Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsistas CNPq. Este trabalho resulta de pesquisa realizada na vigência de bolsas de I.C., vinculadas ao projeto: *A expressão do sujeito no português carioca contemporâneo: variação e mudança*, da Profa. Vera Paredes Silva, PEUL/UFRJ.

I. Introdução

Alguns fenômenos, como o retorno do pronome *tu* (Cf. PAREDES SILVA, 2003, 2010), o reconhecimento de *você* como pronome pessoal, e a inserção da forma *a gente* no quadro pronominal (Cf. LOPES, 2003), implicam uma mudança no quadro de pronomes em uso no português carioca. Tal mudança tem trazido como consequência a simplificação do paradigma flexional.

O pronome *você* originou-se da forma de tratamento *Vossa Mercê* que, ao longo do tempo, sofreu diversas reduções fonéticas até chegar à forma atual *você*, e mais recentemente ao clítico *ce*². A gramaticalização do sintagma fez com que a forma atual fosse incorporada no quadro pronominal do português brasileiro, acarretando o rearranjo do sistema, já que mantém as desinências de terceira pessoa, “embora a interpretação semântico-discursiva passe a ser de segunda pessoa.” (LOPES, 2007, p. 103). O mesmo está ocorrendo com a forma *a gente*, que está cada vez mais recorrente entre falantes jovens (OMENA, 2003).

O fato de o pronome *tu* ter ressurgido entre os falantes do Rio de Janeiro, não acompanhado da desinência padrão (PAREDES SILVA, 2010), é mais um fator que contribui para a coincidência morfológica do paradigma verbal, que passa a ter quatro formas (eu *canto*, tu/*você*/ ele/ *a gente canta*, nós *cantamos*, vocês/ eles *cantam*).

Partindo dessas alterações que o sistema pronominal vem sofrendo, este trabalho insere-se no projeto intitulado “A expressão do sujeito no português carioca contemporâneo: variação e mudança”, sob orientação da Professora Doutora Vera Lúcia Paredes Silva, vinculado ao Programa de Estudos sobre o uso da Língua, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e procura investigar a expressão dos pronomes de segunda pessoa.

2. Por desejarmos enfatizar o caráter clítico do pronome analisado, não está grafado com o acento circunflexo.

As formas *tu* e *você* estão, atualmente, em disputa, e por se tratar de um fenômeno de variação, vinculamos a análise aos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Variacionista Laboviana (LABOV, 1972, 2008), a Teoria dos Atos de Fala (SEARLE, 1987) conciliando-os a algumas abordagens funcionalistas, mas especificamente à classificação da semântica verbal, proposta por Halliday (1994). Assim, procuramos investigar quais são os fatores internos e externos que propiciam o uso de uma determinada variante em detrimento da outra, considerando a língua em uso, levando em consideração as diversas situações discursivo-pragmáticas para explicar determinados usos da língua.

Neste trabalho, analisamos o uso dos pronomes com referência específica e genérica. O uso de referência específica é caracterizado pela diretividade com que o falante se refere ao seu interlocutor. Portanto, o referente é conhecido e está definido no contexto conversacional. Já os pronomes de valor genérico são aqueles em que a referência não está dirigida especificamente a um interlocutor. Carregam, assim, um sentido mais geral e abrangente, sendo frequentes em exemplificações que ajudam a sustentar uma argumentação, por exemplo.

A hipótese de preferência pelo pronome *tu* se baseia na necessidade de o falante mostrar ao seu interlocutor que a interação está sendo mantida (PAREDES SILVA, 2003, 2010). Devido à cliticização do pronome *você*, que passa a *ce*, o falante pode recorrer ao pronome tônico *tu*, destacando assim a referência ao interlocutor. Há também a hipótese de que os homens detêm o predomínio no uso do *tu* não padrão, ou seja, seguido de verbo na 3ª pessoa do singular, o que está de acordo com estudos sociolinguísticos prévios, que mostram que os homens estão à frente das mulheres quando a mudança é em direção ao não padrão (SCHERRE; YACOVENCO, 2011).

2. Corpus e Metodologia

Neste trabalho, reunimos duas *amostras* retiradas da rede social *Facebook*. A primeira consiste em conversas do *chat* e a segunda de conversas que se formaram em um grupo de discussão da Faculdade de Letras da UFRJ. A escolha por esses dois *corpora* se justifica pelo fato de acreditarmos que a tipologia textual em que se insere a ocorrência influencia na escolha do falante por um dos pronomes. Assim, nos grupos de discussão, em que há a possibilidade de um debate entre os participantes, há predomínio das seqüências argumentativas, e para fundamentá-las, o informante recorre à exemplificação, favorecendo assim, o uso dos pronomes com valor genérico. Com relação ao *chat*, acreditamos que este gênero propiciaria um alto número de ocorrências de referência específica, já que se aproxima de uma conversação espontânea.

2.1. Chat

O *chat*, ainda que seja um gênero digital e envolva a escrita, tem características da conversa face a face, como o caráter imediato, por exemplo. A interação nas conversas do *chat* só é possível quando os participantes estão *online*, o que caracteriza conversas espontâneas e semelhantes à interação face a face, resultando em um alto número de pronomes com referência específica. Além disso, os temas dizem respeito a assuntos corriqueiros da vida dos jovens, como festas, encontros e trabalhos acadêmicos. Destacamos abaixo, dois exemplos. No primeiro, os informantes combinam de ir ao cinema, e no segundo o assunto em questão é um trabalho de faculdade³:

3. A escrita original dos informantes foi mantida.

(1)

D: lek

tu já viu os vingadores?

B: vi nao

é bom?

D: não vi hauaha

tu quer ver?

(2)

G: *tu* já fez o trabalho do filme?

C: ainda não..

to lendo o texto

G: tem como vc me mandar, quando vc fizer? pq eu não acompanhei a discussão aí eu queria saber mais ou menos os pontos que ela abordou na discussão

Foram selecionados informantes com idade entre 19 e 24 anos, de ambos os sexos, com nível de escolaridade entre ensino médio completo e ensino superior incompleto. No total, reunimos 445 ocorrências. Como se trata de um pronome com referência específica, do ponto de vista interacional, analisamos se a interação era entre pessoas do mesmo gênero/sexo ou de homem para mulher e vice-versa.

2.2 Grupos de discussão

Já o grupo de discussão se caracteriza por ser uma pequena associação, organizada com uma disposição metódica de tópico, criada por um dos

participantes, seguido de comentário/resposta do mesmo participante e/ou de outros pertencentes ao grupo. Para participar de um grupo de discussão é necessário, além de possuir conta no site, ser convidado ou solicitar participação. Portanto, cada grupo desenvolve um interesse específico com pessoas que dominam o assunto em discussão. Neste caso, o grupo é composto, em grande maioria, por alunos da Faculdade de Letras da UFRJ. Em vista disso, os participantes são de ambos os sexos (fator gênero), têm entre 18 e 24 anos (fator idade) e graduação de Letras em curso (fator escolaridade). A soma final chega a 104 ocorrências.

Esse gênero favorece o uso mais informal e espontâneo da escrita. E como é uma forma de estabelecer um diálogo entre os participantes, surgem referências à segunda pessoa. As conversas no grupo de discussão se mostraram produtivas com relação ao aparecimento de *tu* e *você* com valor genérico, tendo em vista o grande número de exemplificações de caráter argumentativo de parte dos tópicos criados.

Assim, de uma maneira geral, os assuntos que são tratados dividem-se em dois grupos: assuntos acadêmicos e assuntos políticos. Observa-se que os tópicos de cunho acadêmico são mais informais, pois tratam, por exemplo, dos professores, dos eventos da universidade, do cotidiano acadêmico. Já os tópicos políticos, que tratam tanto da política interna à faculdade/universidade quanto de questões políticas em geral, revelam uma maior formalidade.

Como se trata de um grupo pertencente a uma faculdade, os assuntos acadêmicos tiveram maior produtividade, assumindo um total de 54%, nos dados analisados. Nesses casos, os tópicos podem ser iniciados com um pedido/pergunta a respeito dos professores, das matérias, dos livros e apostilas, das entidades da faculdade, do calendário acadêmico, das festas, entre outros. Destaca-se abaixo um exemplo desse tipo de tópico:

(3)

H - gente pode puxar dois Latim's juntos? tipo o 3 e o 4? porque tipo, linguística e teoria literária pode né? O.o apenas uma reflexão que me bateu agora .-

Curtir · Seguir publicação · 19 de Dezembro de 2011 às 11:00

(...)

H - se não tiver pré-requisito de te feito a 3, tu pode puxar a 4... normalmente só as matérias de literatura e filologia III estão nessa situação.

Os tópicos relacionados à política somaram 37% do total, o que demonstra a importância dada por parte dos alunos a essa temática. Os assuntos políticos merecem destaque não só pelo número alto de ocorrências, mas também pela quantidade de postagens, embora este não seja o objetivo inicial e principal do grupo:

(4)

H - Eleições chegando, já saiu a 1ª pesquisa de intenção de voto na disputa pela prefeitura do Rio. Estou criando esta enquete para termos uma noção de como nossa faculdade está votando e assim abrir um espaço SADIO para debate, bem como centralizar informes sobre a eleição, de modo a evitar poluição no grupo. Então fica o recado da XXX⁴: "isso é para discussões e crescimento dos interessados, aqueles que se incomodarem e incomodarem os outros serão punidos. à gerência" QUAL SERÁ SEU VOTO?

Curtir · Seguir publicação · 21 de Julho às 12:33

13 pessoas curtiram isto.

(...)

4. Para não identificar os participantes, eles serão chamados de XXX.

H - “Não existe necessariamente o voto certo e o errado. As pessoas tem seus ideais e suas convicções.”

“Não vejo equívoco, XXX. Como o XXX falou, são as convicções dele. Ética e responsabilidade são valores pra lá de subjetivos” Existe voto errado sim. Vamos dizer, por exemplo, que você vai votar em um candidato X, porém os motivos pelo quais você o defende não batem com a realidade(“voto nele porque ele é honesto” e o candidato é envolvido com esquemas corruptos), a meu ver, a não ser que você seja um tipo de eleitor dadaísta, que chega na urna eletrônica e digita qualquer número torcendo para que caia em um candidato qualquer, então, você votou errado.(...)

Os outros 9% correspondem a temas variados, como festas, indicação de como se chega a um lugar, etc. Observamos isso no exemplo abaixo, em que se indicava como chegar a um bairro da cidade do Rio de Janeiro, Tijuca, partindo da Faculdade.

(5)

“Caso você tenha Bilhete Único, pega o 485 desce na prefeitura e pega os ônibus que passam na Tijuca, como 217,422 e 226 (Não tenho certeza se o 226 passa lá na prefeitura).”

3. Análise dos dados

Os fatores externos controlados foram o gênero/sexo e o fator interacional. É importante ressaltar que o tipo de interação não é um fator social inerente, como o sexo ou a idade, e sim contextual, pois leva em consideração o contexto interacional, isto é, para quem a fala está sendo dirigida. Por isso, controlamos se a interação era entre homens, entre mulheres, de homens para mulheres e de mulheres para homens.

Os fatores internos levados em consideração na análise dos dados foram: (i) função sintática, dividida em sujeito e oblíquo; (ii) tipo sintático de oração: principal, absoluta, coordenada e subordinada; (iii) os atos de fala: asserção, conselho/aviso e pergunta (SEARLE, 1987); e (iv) natureza semântica do verbo: processo material, mental, relacional, comportamental e ilocucional (HALLIDAY, 1994). Embora não esteja prevista na proposta de Halliday, levamos em consideração os verbos modais, pois acreditamos que o falante optaria por um pronome mais atenuador, no caso o pronome *você*, já que se trata de construções modalizadas.

Importante ressaltar que, quanto à classificação dos pronomes genéricos, foi necessário distinguir em “genéricos prototípicos” e “ambíguos”, por observarmos que quanto ao valor semântico é possível pensar em um *continuum*, que parte do nitidamente genérico (prototípico) para os que apresentavam uma interpretação duvidosa. Assim, os dados que foram considerados prototípicos apresentavam uma não direcionalidade a um falante ou pergunta em questão, como no exemplo:

(6)

“Confesso que patrimônio não diz muito. (...) Tipo, povo não idiota, *tu* é vereador/deputado...não mete essa que *tu* tem um patrimônio menor do que um cidadão comum.”

Em outras palavras, os genéricos prototípicos são aqueles que, apesar de terem forma de segunda pessoa, são pronomes que não estão direcionados a nenhum falante e carregam um sentido mais geral e abrangente.

Alguns dados foram classificados como ambíguos, e a justificativa é que estes apresentavam características genéricas, ainda que se direcionassem indiretamente para alguma pessoa, como é possível observar no seguinte exemplo:

(7)

“se não tiver pré-requisito de te feito a 3, *tu* pode puxar a 4... normalmente só as matérias de literatura e filologia III estão nessa situação.”

Neste caso, em um primeiro momento, a resposta se direciona ao proponente do tópico no grupo, no entanto o conselho não se restringe somente a ele, abrangendo todos os participantes, uma vez que a informação cabe a todos que estiverem na mesma situação da pessoa que propôs inicialmente o tópico.

4. Resultados

Tanto a referência específica como a genérica confirmaram os resultados de pesquisas anteriores (Cf. Paredes Silva, 2003) no que diz respeito à variável gênero/sexo. Como se trata da implementação de um uso não padrão, é natural que os homens estejam à frente das mulheres (Cf. Scherre & Yacovenco, 2011), conforme podemos observar nas tabelas abaixo:

Tabela 1: Influência do fator sexo/gênero no uso do pronome tu vs. você com referência específica.

	Apl/Total	%	Peso Rel.
Homem	92/188	48%	.64
Mulher	67/257	26%	.39
Total	159/445	35%	

Tabela 2: Influência do fator sexo/gênero no uso do pronome *tu* vs. *você* com referência genérica.

	Apl/Total	%	Peso Rel.
Homem	26/73	35%	.58
Mulher	8/31	25%	.30
Total	34/104	32%	

Já para a classificação dos tipos de orações, as independentes se mostraram mais favorecedoras do uso do pronome *tu*. Talvez isso se deva ao fato de o pronome *tu* ser tônico, oferecendo um maior destaque que o concorrente *você*, que é reduzido a *ce*. Esta redução ocorre não só na fala, mas também na escrita que se aproxima da fala, como é o caso do gênero em questão, como destacamos no exemplo, “*que horas ce vai chegar na letras?*”. Assim, o falante recorreria a um uso que também oferece um destaque, como é o caso das orações independentes.

Tabela 3: Influência do fator tipo de oração no uso do pronome *tu* vs. *você* com referência específica.

	Apl/Total	%	Peso Rel.
Oração Principal	27/105	25%	.35
Oração Independente	127/299	42%	.59
Oração Subordinada	4/30	13%	.23
Sem verbo	1/11	9%	.16
Total	159/445	35%	

Tabela 4: Influência do fator tipo de oração no uso do pronome *tu* vs. *você* com referência genérica.

	Apl/Total	%	Peso Rel.
Orações Independentes	17/29	58%	.77
Orações Principais	11/28	39%	.61
Orações Subordinadas	6/47	12%	.26
Total	34/104	32%	

Quanto à função do pronome, nas conversas do *chat*, observamos que a tendência a usar *tu* é quase a mesma, seja na função de sujeito ou na de objeto (Cf. Tabela 5), o que indica que há um índice de expansão desse uso, que pode ser indicativo de mudança. Além disso, com relação à semântica dos verbos, os ilocucionais, ou verbos *dicendi*, como, por exemplo, em “e eu sei lá o que tu me disse!”, são os que mais promovem a ocorrência de *tu*, com um peso relativo de .70.

Tabela 5: Influência do fator função sintática no uso do pronome *tu* vs. *você* com referência específica.

	Apl/Total	%	Peso Rel.
Sujeito	145/401	36%	.49
Objeto	14/44	31%	.50
Total	159/445	35%	

Ainda com relação aos pronomes de referência específica retirados do *chat*, observamos no fator interação, que, quando os homens falam entre

si, o pronome TU tende a predominar, com peso relativo de .71, porém quando eles se dirigem às mulheres esse número cai (.62). No caso das mulheres, não há diferenças significativas quando falam entre si ou quando se dirigem aos homens, conforme ilustra a tabela a seguir:

Tabela 6: Influência do fator interação no uso do pronome tu vs. você com referência específica.

	Apl/Total	%	Peso Rel.
Homem - Mulher	72/154	46%	.62
Mulher - Homem	29/104	27%	.41
Homem- Homem	20/35	57%	.71
Mulher - Mulher	38/152	25%	.38
Total	159/445	35%	

Nas conversas dos grupos de discussão, observamos que o pronome TU não está necessariamente associado a uma leitura mais genérica. Como se trata de uma estratégia argumentativa com certo tom de formalidade devido ao tema tratado, o falante lança mão de um elemento que já está mais estabilizado na língua, como é o caso do pronome VOCÊ.

5. Considerações finais

Ao investigarmos o comportamento dos pronomes de segunda pessoa, *tu* e *você*, na rede social *Facebook*, pudemos constatar que cada gênero – *chat* e grupo de discussão –, propiciou ocorrências pronominais de natureza específica ou genérica. Com isso, foi possível observar que o pronome *tu* não padrão continua presente, se comparado aos resultados

de pesquisas anteriores (Cf. PAREDES SILVA, 2010), e tem predomínio nos jovens do sexo masculino. Além disso, o seu uso está fortemente relacionado a momentos em que o locutor necessita destacar o que está sendo dito, mostrando que a língua é um sistema moldado, atendendo, assim, as necessidades comunicativas dos usuários, que recorrem a determinados elementos linguísticos para satisfazer seus propósitos comunicativos.

Os fenômenos variáveis inerentes à língua são motivados e cabe à Sociolinguística compreender e explicar os fatores que influenciam os fenômenos de variação. O atual estado dos pronomes de segunda pessoa no português carioca nos permite observar, além da preferência por jovens do sexo masculino, que a forma inovadora *tu* está gradativamente ampliando seus contextos sintáticos, como na posição de oblíquo. Esses fatores podem indicar, portanto, uma possível mudança em curso no português do Rio de Janeiro.

Referências

- HALLIDAY, M. A. K.; *An Introduction to functional grammar*. London, E. Arnold, 1994.
- LABOV, William. 1972. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. *Pronomes Pessoais*. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues (Orgs). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007. v.1, pp. 103 -114.
- OMENA, N. P. de. *A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança?* In: PAIVA, M. da C. A de; DUARTE, M.E.L. (orgs). *Mudança Linguística em Tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2003, pp. 63-80.
- PAREDES SILVA, Vera Lúcia. *O retorno do pronome tu à fala carioca*. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ 7Letras, 2003, pp.160-169.
- _____. (2010). *Notícias recentes da presença do pronome tu no quadro de pronomes*

do português falado no Rio de Janeiro. In: REBOLLO COUTO, Leticia; LOPES, Célia R. dos Santos. (Orgs.). *As formas de tratamento em português e espanhol*. Rio de Janeiro: Editora da UFF.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n Especial, p. 121 – 146. 1ª parte, 2011.

SEARLE, John R. *Os actos de fala*. (Trad. Carlos Vogt). Coimbra: Almedina, 1987, cap. 3.

REVISTA DOS ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ao pé da letra

VERSÃO ONLINE - ISSN 1984-7408

ENSAIO



A CRÍTICA DOS COSTUMES EM SATÍRICON: LEGITIMIDADE DA PARÓDIA

Milton de Oliveira Cardoso Junior¹

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: Este ensaio procura mostrar como Petrônio faz uso de elementos farsescos para retratar determinada situação social. Através da análise de *Satíricon*, de Petrônio, destacam-se a zombaria, a paródia e o vulgar como recursos de aproximação do real pelo grotesco. Revela-se, também, a antiguidade da paródia como modalidade de crítica moral através do riso presente em todas as sociedades, e como o gênero tornou-se fecundo e tradicional na Roma dos Césares. A análise de *Satíricon* mostra que o vulgar ocorre tanto no nome das personagens quanto no seu comportamento e em suas ações, com o objetivo de flagrar os abusos e a falência dos costumes. A escolha por *Satíricon* deu-se por sua legitimidade crítica e, também, pela maneira como o autor trabalhou os elementos típicos da paródia, tornando sua obra um estudo obrigatório.

Palavras-chave: Farsa; Ironia; Riso; Petrônio; Paródia.

Abstract: This paper seeks to show how Petronius uses farcical elements to portray a certain social situation. Through analysis of Petronius' *Satyricon*, mockery, parody and the vulgar are shown as resources for the approximation the real to the grotesque. The analysis also reveals the antiquity of parody as form of moral criticism through laughter which is present in all societies, and how the genre became prolific and traditional in the Rome of the Caesars. The analysis shows that in the *Satyricon* the vulgar occurs both in the common name of the characters and in their behavior as well as in their actions, with the aim of exposing the abuses and the failure of morals. The choice of *Satyricon* was due to its critical legitimacy

1. Universidade do Estado da Bahia – Uneb – Campus XVI – DCHT – Irecê – Bahia, Curso de Licenciatura em Letras e Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Portuguesa – 7º Semestre – 2012. Orientadora: Kátia Cristina Novaes Leite, professora de Seminário Interdisciplinar de Pesquisa (Metodologia Científica) da Universidade do Estado da Bahia, Campus XVI.

and also to how the author worked with the typical elements of parody, making his work a compulsory study.

Keywords: Humbug; Irony; Laughter; Petrônio; Parody.

A novela *Satíricon*, de Petrônio, é um exemplo clássico da paródia. Escrita, provavelmente, durante o reinado de Nero, *Satíricon* revela, em sua composição, a intenção de condenar os costumes da sociedade do seu tempo através da imitação burlesca de seus concidadãos. A obra de Petrônio nos leva, portanto, através de sua análise e interpretação, a conhecer os elementos paródicos, e que persistiram em todos os períodos históricos, desde Aristóteles até autores recentes. Pela necessidade própria desse reconhecimento da importância do riso justifica-se o estudo detalhado de *Satíricon* e suas características satíricas. Essa demonstração exige, por conseguinte, uma breve, porém detalhada, apreciação bibliográfica de autores que se debruçam sobre o tema. Escolhemo-los entre os mais significativos, uma vez que o tema abrange um vasto painel de pesquisa e estudo, pois a paródia nunca esteve tão presente quanto em nossos tempos, e, também, porque o nosso estudo da novela de Petrônio tem com base não o texto original, mas uma tradução. No entanto, convém lembrar que a flexibilidade das pesquisas atuais nos permite deter sobre a tradução, que é o caminho mais viável para a maioria dos leitores travar conhecimento com *Satíricon*.

É dessa maneira que introduzimos a obra de Petrônio. Petrônio (Caius Petronius Arbiter) viveu no século I d.C. Frequentou a corte de Nero, distinguindo como governador da Bitínia e cônsul. Era hedonista e cultivava os hábitos requintados, motivo por que recebeu o título (não oficial) de *arbitrator elegantiae* (árbitro da elegância). Consagrado como autor de *Satíricon*, a primeira novela da Europa Ocidental, Petrônio era poeta de talento e homem voluptuoso. Por algum tempo, sua existência e posterior autoria da novela foram postas em dúvida, embora tenha sido citado pelo historiador Tácito, que o localiza justamente no período neroniano.

Segundo Alvarce (2009, p. 58), a paródia é definida etimologicamente como *canto pararelo*, e, como tal, reveste-se do real na intenção de corrigi-lo. Dessa forma, os exageros sociais são recusados pelo próprio modelo social, encarnado pela paródia de maneira abjeta, burlesca, satírica e amoral.

Assim ocorre porque a paródia visa ao riso, a ela associado e, como tal, estudado como um elemento à parte. Se a paródia critica, o faz pelo riso, que, em termos paródicos, é o reconhecimento do risível e, consequentemente, a sua recusa.

Assim se expressa Aristóteles (1996, p. 35) a respeito do riso:

A comédia (...) é imitação de pessoas inferiores; não, porém, com relação a todo vício, mas sim por ser o cômico uma espécie de feio. A comicidade, com efeito, é um defeito e uma feiura sem dor nem destruição; um exemplo óbvio é a máscara cômica, feia e contorcida, mas sem expressão de dor.

Bergson (1983, p. 10) parece concordar com Aristóteles, quando se refere que:

... nos dois casos, uma circunstância exterior determinou o efeito [do risível, grifo meu]. O cômico é, pois, casual; permanece, por assim dizer, na superfície da pessoa. (...) Para se revelar a rigidez mecânica [a exemplo da queda de uma pessoa, grifo meu], será preciso não mais haver um obstáculo anteposto à pessoa pelo acaso das circunstâncias ou pela galhofa de alguém. Será preciso que venha do seu próprio fundo, por uma operação natural, o ensejo incessantemente renovado de se manifestar exteriormente.

O riso está presente em todas as culturas humanas. Através do riso o homem aponta os próprios excessos e critica os seus costumes. Segundo Bergson, o riso faz parte da vida, e suaviza a rigidez mecânica do corpo social.

O riso não advém da estética pura, dado que tem por fim (inconsciente e mesmo imoralmente em muitos casos) um objetivo útil de aprimoramento geral. Resta (...) alguma coisa de estético, pois o cômico surge no momento preciso no qual a sociedade e a pessoa, isentas da preocupação com a sua conservação, começam a tratar-se como obras de arte. (1983, p. 14).

Desde as mais remotas origens, o povo romano cultivava as festividades em função do riso. O espetáculo, o movimento e a ação estavam presentes nessas festividades, sempre na intenção do riso. Segundo Baptista (2009, p. 30), as festas asseguram a perpetuação da ordem humana, renovando o contato com o mundo divino; e o símbolo do contato estabelecido com o divino é o riso. Dessa maneira, percebemos que, ao lado das festas, os romanos riam de si mesmos, numa espécie de *carnevalização*, como se, para garantirem a ordem social, embora persistissem na prática dos costumes percebidos como amorais. De acordo com Bakhtin:

O carnaval é um espetáculo não para ser observado, mas para ser vivido [a exemplo das festas romanas, grifo meu], onde se tem as suspensões das regras, proibições que regem a vida normal. (...) A conduta, gesto e palavra do homem se liberam das dominações hierárquicas (camadas sociais, graus, idades, fortunas) que as determinam internamente fora do carnaval e se tornam excêntricas, deslocadas do ponto de vista lógico da vida habitual. (2010, p. 28).

Zombar da pessoa alheia era um hábito caro aos romanos. Através da imitação, os romanos riam de seus interlocutores. Eram hábeis observadores, e apreciavam zombar dos defeitos dos outros. O costume não é estranho a Bergson, que o cita em seu livro *O riso: ensaio sobre a significação*

do cômico: “É incontestável que certas deformidades têm sobre as demais o triste privilégio de poder, em certos casos, provocar o riso.” (1983, p. 15). Desse costume talvez se originassem as lutas de gladiadores, os combates simulados, o confronto entre homens e animais ferozes, porque era próprio dos romanos divertirem-se com as desgraças corporais.

Dessa forma, os artistas romanos cultivaram a paródia e a sátira com maestria. Em ambas, o burlesco, o vulgar, as obscenidades conduziam o enredo, despertando a hilaridade e o riso dos espectadores. Num sentido mais lato, o burlesco pode ser entendido como uma faceta singular do cômico que se serve da paródia, da caricatura e também da própria sátira, para ridicularizar figuras, costumes, hábitos ou valores que, convertidos em objeto de riso, podem alcançar a crítica da sociedade.

Vale ressaltar, no estudo de *Satíricon*, que outro elemento se faz presente, além do riso. Trata-se da ironia. Como ficará melhor explicado adiante, Petrônio adotou um ponto de vista em sua novela inovador para a época, e que a tradução do livro em estudo parece bem distinguir. Trata-se do diálogo do autor (que não é propriamente o narrador) com o leitor, e são esses diálogos de Petrônio que evocam melhor a sátira. Isso porque, nos diálogos, as referências são sutis, e exigem do leitor uma leitura mais detalhada, de modo a perceber a fina ironia de Petrônio.

A ironia difere do riso porque, enquanto este é a resposta imediata à paródia, aquela exige a aprovação do leitor. É ele quem vai decidir se interpreta tal descrição como ironia ou não, e essa vacilação tem a ver com o sentido irônico, de sentido ambíguo. Tem a ver com aquela sensação que experimentamos num elevador frente aos dizeres “Sorria, você está sendo filmado”, e que os menos sagazes logo compreendem que, na verdade, o aviso não é nada amigável, mas, pelo contrário, é uma ameaça velada, o mesmo que afirmar “Cuidado, estamos vendo você!”.

A respeito da ironia, diz-nos Linda Hutcheon (1985, p. 73) que ela julga a pessoa. De fato, todos nós tememos o julgamento, uma vez que

nele subjaz a ideia de rejeição. Por isso a ironia dialoga melhor com a sátira, enquanto a paródia é uma verdadeira *máquina de riso*. A ironia aponta o que está sendo julgado e, a depender do lugar situado pelo leitor, o que é mostrado pode ou não ser aceito. Ainda segundo Hutcheone (1985, p. 73), a ironia tem como função uma avaliação de natureza pejorativa. Por outro lado, ela escarnece para esconder a censura escarnecedora – é aqui que entra o leitor, aceitar ou não a censura. Por isso mesmo, a ordem volta aos caos revelado.

Segundo Alavarche (apud HUTCHEONE, 2009, p.43), a ironia se revela diferente da metáfora ou da metonímia. A ironia tem arestas, como não as têm a incongruência ou justaposição, e irrita as pessoas. É diferente do paradoxo, porque tem os nervos à flor da pele. A ironia aponta a diferença entre o fino e o grotesco, entre o vulgar e o culto. A ironia pressupõe o leitor capaz de interpretá-la, o que de fato nem sempre ocorre, pelo que ficou exposto acima, sendo a ironia um julgamento pragmático, que irrita e condena.

Em *Satíricon*, Petrônio relata, de maneira burlesca e vulgar, a vida errante e as façanhas de um trio de aventureiros. As aventuras são narradas por Encólpio, que as vive com o garoto Gitão e o amigo Ascilto.

A estrutura da novela é formada por uma grande quantidade de contos soltos e de variados estilos livres e desconexos. Há passagens em versos, além de digressões por meio das quais o autor (Petrônio) expõem suas próprias opiniões, sendo essas, justamente, as únicas consideradas satíricas.

O título da novela de Petrônio nos remete à sátira, embora seja mais apropriado denominá-la como paródia, especialmente porque Petrônio viveu na corte de Nero, participando de banquetes dos ricos, testemunhando, por conseguinte, o grotesco dessas festas, onde um peido soltado por um dos convivas levava à risada geral, dando ensejo para improvisos “filosóficos” sobre a flatulência.

Outras características contribuem para situar *Satíricon* no gênero paródico. A maior parte do enredo se desenvolve em prosa, descrevendo as peripécias dos três aventureiros, Encópio, seu amigo e ex-amante Ascilto e o garoto Gitão, disputado por ambos. De início, Ascilto e Gitão fogem, sendo perseguido por Encópio e uma rica matrona, que fora amante de Encópio, e que, ao conhecer Gitão, se apaixona perdidamente pelo menino.

Explorando as peripécias do trio de maneira burlesca e amoral, Petrônio vai, aos poucos, tecendo o cotidiano dos romanos, dialogando, dessa forma, com o discurso da paródia moderna. Não deixa de ser um fato admirável, tanto mais porque a novela exibe vigor atual, aproximando-se do realismo que seria desenvolvido séculos depois.

Em ritmo veloz, as aventuras do trio terminam sempre em sexo, que vem a ser o *leit motiv* do riso. Mas o percurso deles tem uma direção certa: o banquete dado por um liberto rico e excêntrico, Trimálquio. Será nessa festa que o grotesco mais se acentuará, e onde os convivas compartilham histórias de bruxas, lobisomens, pratos exóticos, surpresas ensaiadas de antemão, como o escravo chamado Trincha, cuja função era trincar as carnes servidas durante o banquete. Dessa forma, ao primeiro chamado de seu amo, o escravo realizava duas ações: atendia à ordem e trinchava a carne.

Há quem considere a personagem inspirada em Nero, cujos festins Petrônio frequentou. Além disso, Nero era dado ao tragicômico, promovendo concursos de poesia e canto dos quais ele era sempre o vencedor. Contra essa tese impera o argumento de que Petrônio não ousaria enfrentar Nero de forma tão direta, uma vez que seria condenado à morte. Mas não há dúvida de que o autor descreve a sociedade romana do seu tempo, fazendo rir com o grotesco e, dessa maneira, criticando de forma sutil a dispersão da moral e dos costumes dos romanos ricos. Como tão bem foi dito por outrem, Petrônio revela como as riquezas e o ócio contribuíram para a degeneração dos bons costumes.

Sempre em direção ao tempo, os três companheiros peregrinam de um lugar para outro, fugindo de perseguidores, enquanto disputavam entre si os favores sexuais do garoto Gitão, que pensavam pelos três, revelando sensatez e liderança. A novela tem um final em aberto, e sabe-se que a segunda parte do livro se perdeu. Encólpio, Ascilto e Gitão estão, agora, numa cidade, consagrados como *salvadores da pátria*.

Tempos depois, o embuste dos três é descoberto, Ascilto e Gitão conseguem fugir a tempo, mas Encólpio é feito prisioneiro. Do alto de uma montanha, Ascilto e Gitão veem a turba conduzindo Encólpio para a borda de um abismo, e lamentam a sorte do companheiro.

Satíricon é um livro cuja finalidade é fazer rir o leitor. Sem dúvida, pertence ao gênero paródico, apesar de o título remeter à sátira. Enquanto os gregos riam com a comédia, os romanos fizeram da paródia o gênero por excelência para fazer rir. Dessa maneira, concluímos que a arma da paródia é o riso, cuja função é a de despertar o ouvinte/leitor para a realidade imitada.

Para Aristóteles (BAPTISTA, 2009), o riso destrói a seriedade do adversário, despertando a atenção do auditório, conquistando o seu favor e o seu julgamento. Platão (BAPTISTA, 2009), por outro lado, temia o riso em sua *República* utópica, alegando que a risada provocava uma agitação de ânimo. Por outro lado, o mesmo Platão apreciava o riso como provocador de palavras reveladoras, proporcionando prazer.

A tradução ora em estudo revela um estilo de Petrónio conciso, claro, direto, de uma jovialidade que nos lembra os escritos modernos. O autor esboça com fidelidade as características das personagens e, não obstante o grotesco e o vulgar de suas ações, a partir do ponto de vista dos três aventureiros, aos quais o narrador (às vezes é o próprio Encólpio que narra as aventuras, às vezes um narrador onisciente cedia lugar a Petrónio para expor suas digressões satíricas) segue com discrição, e pelos olhos deles capta a deformação de caráter dos romanos, revela-nos a fragilidade em

que se sustenta o espírito humano, que, de outra maneira que não o riso, é realçado no percurso da pequena novela.

Interrompendo o marido, Scintila disse: - Parece-me que não estás falando de todos os méritos desse celerado: ele é também o seu queridinho. Mas eu farei com que ele traga sobre si a marca de sua infâmia. Trimálquio se pôs a rir:

- Eu reconheço, nele, o capadócio - disse. - Não se recusa nada. E sem dúvida não serei eu quem irá censurá-lo por isso, pois ele não tem semelhante. Quanto a ti, Scintila, não te mostres tão ciumenta. Crê numa velha raposa que conhece muito bem as mulheres. Possas tu me ver sempre são e salvo, como é verdade que eu cavalgava Mammea, a mulher de meu amo, a ponto de ele suspeitar e me enviar para uma de suas quintas. Mas, caluda, já falei demais. (1981, p. 92).

No entanto, a paródia moderna segue outro percurso diferente do daquele cultivado pelos romanos. Em verdade, o que muda é a forma de parodiar, que, em nosso tempo, consiste ou na imitação de outros textos paródicos, ou na imitação de pessoas e acontecimentos da vida real, sendo esta a aproximação mais direta com o espírito da paródia romana.

Por outro lado, a paródia moderna se apresenta como uma ideologia, cuja função seria manter o *status quo* da sociedade. Ocorre, por conseguinte, através do despertar do riso, que o interlocutor tome conhecimento de abusos e comportamentos amorais, ri deles e, como é própria da paródia a intenção, aceita-os, deixando-os, por fim, no *estado da ordem*.

A antiguidade paródica dava-se nos mesmos moldes da paródia que apreendemos na vida moderna. Exemplo clássico é a festividade em que os donos ricos trocavam de lugar com os seus escravos, por certo período, concedendo-lhes os privilégios da classe rica. A paródia tinha um limite de tempo, ao fim do qual a ordem voltava aos seus lugares, com o patrão e os escravos assumindo as suas posições reais.

No período helênico, a paródia era manifestada através da comédia. Nesse caso, ela fazia rir de forma sutil, denominada, modernamente, como *refração irônica*. Somente no período romano é que a paródia se traduziu melhor em versos, prosa e espetáculo. Suas características consistem na adoção do burlesco, do vulgar, do obsceno.

Durante um período, a paródia sofreu uma *suspensão*, sendo proibida, como, também, a arma de que fazia uso para denunciar a ordem vigente: o riso. Com efeito, durante a Idade Média, o riso foi proibido. Estudado à exaustão desde a mais remota antiguidade, o riso, na Idade Média, cedeu lugar ao clamor religioso. Nesse período, pregava-se que Jesus nunca riu, não cabendo, pois, ao homem fazê-lo. Ao contrário, o homem era exortado a chorar e clamar, extravasando uma pretensa *dor moral* frente aos desígnios religiosos.

Não seria demais levantar a hipótese de que a dor, por outro caminho, alcançava o mesmo propósito do riso paródico: apropriar-se da realidade, fazer *bom uso* dela, seja na sofrimento, seja no riso, e devolvê-la ao seu devido lugar. Essa, aliás, é a variável defendida por Saramago em *Memorial do Convento*.

No estudo da paródia, Linda Hutcheon expõe minuciosamente as transformações que ocorreram com a paródia ao longo dos séculos. Em *Um Estudo da Paródia*, Hutcheon chama a atenção para o fato de que a paródia não é um fenômeno novo. (1985, p. 11). Segundo ela, embora a paródia tenha se voltado para o sistema de auto-reprodução, no qual a sociedade se refere a si mesma, é nas obras de artes que o elemento paródico mais se manifesta na atualidade. Muitas épocas têm competido entre si pelo título de *Idade da Paródia*, mas o certo é que uma das intenções dela é justamente proporcionar um processo incessante de reflexibilidade. Neste sentido, a paródia cumpre com sua função de forma extraordinária.

Nas artes, o conceito de intertextualidade permite que uma obra percorra outra obra em toda a sua extensão, assinalando-lhe os elementos

paródicos. No caso de *Satíricon*, o melhor percurso intertextual foi feito, até o momento, pelo cineasta Federico Fellini. Em sua magistral leitura do *Satíricon* de Petronônio, Fellini não apenas parodiou a paródia de Petronônio, como teve liberdade de incluir cenas que reforçam o burlesco petroniano.

Com efeito, *Satíricon de Fellini*, o filme, carrega nas cores fortes que só o burlesco favorece, e a paródia permite, em cenários ricos e soberbos, com pinceladas de referências melancólicas dirigidas à condição humana. Além disso, a questão principal do filme é a homossexualidade masculina e suas variações. No que diz respeito à degeneração dos costumes, Fellini realiza um trabalho de intertextualidade de modo a permitir uma leitura da Europa moderna na paródia de Petronônio.

Segundo Hutcheone (1985, p.13), a paródia é uma das formas mais importantes da moderna autorreflexividade. Seja em novela, música, pintura, literatura, seja na carnavalização dos costumes, a paródia moderna orienta-se sempre em direção da auto-reflexão. Permite que, nessa imitação, a arte apropria-se da realidade burlesca, critica-a para devolvê-la, depois, ao seu lugar. Todo caos pressupõe um estado de repouso. A paródia realiza essa função, de modo que o *status quo* do poder permaneça em seu lugar.

Segundo Bakhtin, a função da paródia foi mudando com o passar do tempo. No que respeita à correção dos excessos, a exemplo do que se passa em *Satíricon*, diz Bakhtin o seguinte:

... a teoria do riso do Renascimento (como para as fontes antigas), o que é característico é justamente o fato de reconhecer que o riso tem uma significação *criadora*, o que a diferencia nitidamente das teorias e filosofias do riso posteriores, inclusive a de Bergson, que acentuam de preferência suas funções *denegridoras*. (1983, p. 61).

Na leitura de *Satíricon* o leitor capta a sutil ironia com que se reveste o burlesco, através dos comentários de Petrônio. Apropria-se, por assim dizer, do conhecimento da degeneração dos romanos ricos, ri deles para aceitá-los com benevolência através do riso. É assim que tem sido.

Referências

ALAVARCE, Camila da Silva. *A ironia e suas refrações: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso*. São Paulo: Unesp, 2009.

ARISTÓTELES. Nova Cultural. (Coleção OS PENSADORES).

BAKTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Problemas da poética em Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

BAKTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Rabelais e a história do riso*. In: _____. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Rabelais*. São Paulo: HUCITEC/ Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

BAPTISTA, Diana Maria da Silva. *O Burlesco e o Satírico na Obra de Marcial e Juvenal*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Departamento de Línguas e Culturas): 2009. (Tese de Doutorado).

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HUTCHEONE, Linda. *Uma Teoria da Paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX*. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70: 1985.

PETRÔNIO. *Satíricon*. Tradução de Márcio Santarrita. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

Satyricon de Fellini. Diretor: Federico Fellini. Duração: 138 min. Ano: 1969. Gênero: drama. Colorido. País: França/Itália.

SARAMAGO, José. *Memorial do Convento*. 37ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

